

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

MATHEUS HENRIQUE KUNST

**Fala, dizer e ato: investigações entre performatividade da  
linguagem e psicanálise**

SÃO PAULO  
2024

MATHEUS HENRIQUE KUNST

**Fala, dizer e ato: investigações entre performatividade da linguagem e psicanálise**

Versão Corrigida

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Psicologia Social.

Orientador: Dr. Nelson da Silva Júnior

São Paulo  
2024

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTES  
TRABALHOS, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA  
FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação Biblioteca  
Dante Moreira Leite  
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo Dados  
fornecidos pelo(a) autor(a)

KUNST, MATHEUS HENRIQUE

Fala, dizer e ato: investigações entre performatividade da linguagem e  
psicanálise / MATHEUS HENRIQUE KUNST; orientador Nelson da Silva  
Júnior. -- São Paulo, 2024.

103 f.

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social) --  
Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2024.

1. Performatividade. 2. Linguagem. 3. Psicanálise. 4. Atos de fala. I. da Silva  
Júnior, Nelson, orient. II. Título.

## FOLHA DE APROVAÇÃO

Nome: KUNST, Matheus Henrique

Título: Fala, dizer e ato: investigações entre performatividade da linguagem e psicanálise

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Psicologia Social.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr.

Instituição

Julgamento

*Para minha filha,  
Nina Kunst*

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, dirijo meus agradecimentos a Nelson da Silva Júnior, orientador desta tese, por ter aceitado o projeto de pesquisa, por suas orientações e parceria.

À Universidade de São Paulo por acolher, promover e oferecer caminhos para o saber e a produção de conhecimento.

Aos meus pais, Alcionei e Henrique, e meus irmãos, Gisele e Thiago.

A Nina, minha filha,  
A Andrea, mãe da minha filha,  
e a Paola, tia+babá da minha filha.

Aos grandes amigos Thiago, Júlio, William e Leonardo.

Aos diversos colegas e professores de ensino superior com quem pude realizar trocas, receber comentários e incentivos, assim como aos vários alunos que com curiosidade me instigam a falar.

Aos muitos colegas psicanalistas de escolas e institutos com quem pude ter boas interlocuções.

## RESUMO

**KUNST, M. H. Fala, dizer e ato: investigações entre performatividade da linguagem e psicanálise.** 2023. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

Partindo da perspectiva de que psicanálise é uma prática de fala e um meio privilegiado para um tratamento possível do sofrimento, a atual tese se propõe a verificar quais são os alcances e os limites que a noção de performatividade da linguagem encontra no âmbito da teoria e da prática psicanalítica. Para tanto, é realizada uma pesquisa teórico-conceitual acerca de suas diversas acepções e formulações a respeito da performatividade, compreendendo como essa noção foi expandida e criticada no âmbito da filosofia da linguagem, da linguística e do pensamento pós-estruturalista. Aborda-se a performatividade enquanto ato de fala, esquadrihando esse conceito em seu forjamento na filosofia pós-positivista do século passado e evidenciando seus sentidos teóricos a partir da pragmática e da crítica pós-estruturalista. Busca-se debater a recepção do conceito na produção teórica psicanalítica, especialmente a brasileira, evidenciando a condução da psicanálise na via do neopragmatismo e da pragmática. Propõe-se o que seria uma abordagem possível do conceito de performativo em vista do ensino de Jacques Lacan e seus comentadores, especialmente considerando o sujeito do inconsciente e seu atravessamento pela linguagem, a dimensão do ato analítico, a retórica analítica e a dimensão da lalíngua.

Palavras-chave: Performatividade; Linguagem; Psicanálise; Atos de fala

## ABSTRACT

**KUNST, MH Speech, saying and act: investigations between performative language and psychoanalysis.** 2023. Thesis (Doctorate in Social Psychology) – Institute of Psychology, University of São Paulo, São Paulo, 2024.

From the perspective that psychoanalysis is a practice of speech and a privileged way for a possible treatment of suffering, the current thesis aims to verify the scope and limits that the notion of performative language finds within psychoanalytic theory and practice. To this end, theoretical-conceptual research is carried out on its different meanings and formulations regarding performativity, understanding how it was expanded and criticized within the scope of philosophy of language, linguistics and post-structuralist thought. Performativity is approached as a speech act, examining this concept in its forging in the post-positivist philosophy of the last century and highlighting its theoretical meanings based on pragmatics and post-structuralist criticism. The aim is to debate the reception of the concept in psychoanalytic theoretical production, especially in Brazil, highlighting the conduct of psychoanalysis along the path of neopragmatism and pragmatics. What would be a possible approach to the concept of performative is proposed in view of the teaching of Jacques Lacan and his commentators, especially considering the subject of the unconscious and its crossing through language, the dimension of the analytical act, analytical rhetoric and the dimension of *lalangue* .

Keywords: Performativity; Language; Psychoanalysis; Speech acts

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	09
Um termo multifacetado.....	11
Premissas do conceito de performatividade: ato e contexto, felicidades e infelicidades.....	14
A questão dos usos e abusos da linguagem.....	16
Crítica da análise discursiva.....	16
Uma “geografia lógica” do debate sobre a linguagem no último século.....	21
De que forma a noção de performativo interessaria à psicanálise?.....	24
<b>Capítulo 1 – Em torno do sentido pragamático do performativo: Austin e seus comentadores</b> .....	27
1.1. Linguagem enquanto ato de fala.....	28
1.2. O convencionalismo em John Searle: a reinserção da semântica.....	33
<b>Capítulo 2 – Crítica e desconstrução do performativo: discursividade, significantização e corporização</b> .....	38
2.1. Ato de fala: seu enquadre linguístico em Benveniste e a não generalização da performatividade.....	40
2.2. Crítica desconstrutivista do conceito de performatividade: a escrita como condição de possibilidade e impossibilidade do ato de fala.....	42
2.3. Corporificação fenomenológica do ato performativo: gênero e força corporal.....	52
<b>Capítulo 3 – Psicanálise e performatividade: diálogos brasileiros com o pragmatismo pragmática</b> .....	63
3.1. Pragmatismo, pragmática, neopragmatismo: experiência, linguagem e sujeito.....	65
3.2. Usos teóricos das filosofias de Rorty e Davidson nos estudos psicanalíticos.....	69
3.3. Ato de promessa enquanto princípio regulador da experiência analítica.....	74
<b>Capítulo 4 – Além do pragmatismo e da crítica pós-estruturalista: uma proposta de leitura performativa, teórica e clínica do ensino lacaniano</b> .....	77
4.1. A performatividade da mensagem invertida: a função fundamental da fala.....	78
4.2. Noção lacaniana sobre atos de linguagem em geral em vista do ato analítico.....	85
4.3. A performatividade da retórica, da sofística e do ato enquanto teatralidade.....	89
4.4. Performatividade do ressonar da lalíngua.....	93
<b>Conclusão</b> .....	97
<b>Referências</b> .....	100

## INTRODUÇÃO

A atual tese tem como objetivo investigar as diferentes acepções da noção de performatividade de modo a formular seus possíveis alcances e limites no âmbito da teoria e da prática psicanalítica, especialmente a lacaniana. Para tanto, considera-se um rol específico de premissas e problemas que surgiram em meio a filosofia da linguagem e que puderam também ser tratados pela linguística e pela crítica pós-estruturalista, especificamente no que se refere à espessura performativa da linguagem pensada em termos de atos de fala, como encontrado no trabalho de John Austin, seus comentadores e críticos. Trata-se de uma perspectiva própria de uma filosofia pós-positivista do século passado, que se interessou em analisar a linguagem enquanto uma forma de ação, considerando situações comuns e ordinárias dos falantes e problematizando o modo lógico-positivista de pensá-la exclusivamente em função de derivações da lógica proposicional.

Como será visto neste trabalho de pesquisa, a noção de ato performativo não se restringiu ao cenário anglo-saxão, pelo contrário, foi capaz de mobilizar trabalhos de autores como Émile Benveniste (1966/1991), Michel Foucault (1969/2008), Jacques Derrida (1977/1988), Judith Butler (1988, 1997, 2015), Giorgio Agamben (2008), entre outros. Trata-se efetivamente de um tema de amplo interesse àqueles que se questionam acerca da natureza da linguagem, assim como Jacques Lacan que, em seus *Escritos* e *Seminários*, lançou mão de formulações acerca da experiência analítica que, como esta tese defende, são passíveis de serem articuladas à noção de performatividade, principalmente se considerarmos que em psicanálise, do ponto de vista teórico-conceitual, o ato não se restringe unicamente à compreensão dos fins do tratamento, como a passagem de analisante à analista, mas se relaciona intimamente às diferentes formas pelas quais o campo da linguagem realiza-se na função da fala e nas diferentes formas de pontuar, intervir, escandir, tratar etc.

De modo geral, pode-se afirmar que a noção de performativo condiz com uma dimensão entre o falante e a significação que não se restringe à sintaxe e à semântica, ou seja, à forma e ao sentido. Trata-se especificamente da *força*, função pela qual a linguagem é capaz de agir, modificar, constituir ou reconstituir eventos e realidades, assim como os próprios sentidos do que vem a ser um sujeito, em suma, as subjetividades. No entanto, há a questão sobre “onde se fundamenta a força pela qual os atos performativos são realizados?”. A resposta mais imediata, esboçada por Austin (1962/1990, p. 121), consiste em considerar a existência do que ele denominou “classes de força ilocucionária”, nas quais os atos de fala conseguem se realizar, ou

seja, por onde coisas são feitas ao se dizer algo. Essas classes estariam relacionadas às diferentes convenções pelas quais os mais distintos proferimentos dos falantes, ao vincularem-se às diversas formas de enunciados social e institucionalmente legitimados ou racionalmente inteligíveis, tornar-se-iam atos performativos, isto é, possibilitam que um falante, ao dizer algo, realize ou modifique a realidade, assim como recebe seus efeitos.

A questão que anima em larga medida o debate entre diferentes autores e autoras, como os citados acima – debate esse que é o motor central desta tese –, é saber em que medida a *força* depende ou não da autoridade das convenções e da atenção dos falantes aos limites dados pelos contextos e circunstâncias. Se tais dimensões extralinguísticas não são determinantes para que a linguagem realize-se como uma forma de ação, ou melhor dizendo, como ato, fica a questão: por onde a linguagem encontraria sua força?

No decorrer deste trabalho será debatida a existência de basicamente duas considerações para a problemática circunscrita a noção de força: a) um universalismo pragmático, que buscaria compreender a força própria aos atos performativos em função da lógica proposicional articulada à competência cognitiva dos falantes em apreender regras, contextos e convenções, e; b) uma crítica pós-estruturalista e desconstrucionista, que atribui a dinâmicas intrínsecas e próprias à lógica da linguagem e da escritura a possibilidade de que a performatividade ocorra de um modo quase autônomo em relação às realidades extralinguísticas. Esses dois tipos de considerações tratam-se de formas de distinguir tendências teóricas baseadas em estudos de Sybille Krämer (2017) e Uwe Wirth (2015), autores alemães que serão mais bem comentados no decorrer desta pesquisa.

Com a exposição e o debate teórico-conceitual a partir das respostas filosóficas e linguísticas, esta pesquisa pretende adentrar, portanto, em seu objetivo final, qual seja, construir uma resposta psicanalítica à questão da gênese da força dos atos performativos.

A partir da psicanálise, outros autores já formularam e desenvolveram respostas, dentre as quais serão destacadas e debatidas aquelas consideradas mais articuladas à tese (Freire Costa, ano; Gabby Jr., ano; Cassin, ano; Felman, ano). Porém, e mais especificamente, a partir da leitura de Jacques Lacan e de seus comentadores que a atual pesquisa busca encontrar elementos concernentes à questão da força dos performativos levantados pelos autores dedicados à performatividade.

Situar a psicanálise no âmbito desse debate dá-se por um princípio e um questionamento. O princípio é o próprio fato de que um tratamento psicanalítico é uma prática de fala, no qual atos interpretativos são capazes de alcançar a produção do sofrimento que, por sua vez, são modos de significação em uma estrutura de linguagem. A questão é: de que forma esses mesmos

atos psicanalíticos encontram sua força? Como hipótese, será investigado se a potência criativa do verbo e a fala plena, o sujeito suposto saber e o lugar de semblante, a dimensão retórica do tratamento e os efeitos decorrentes do ressonar da lalíngua, constituem possíveis versões psicanalíticas para o problema teórico dos atos performativos.

No entanto, é importante afirmar que esta atual tese não é toda psicanalítica. Primeiro por não pretender trabalhar com ela de forma exclusiva, e nem simplesmente inculcar um novo conceito capaz de agrupar considerações teóricas e modalidades práticas da psicanálise, etiquetando-as como performativas. Por se tratar de uma investigação que considera a diversidade epistêmica no tratamento do tema, em especial no que tange às noções de ato, contexto e força, o que se propõe é pensar e repensar as relações entre a psicanálise e os estudos existentes sobre a performatividade da linguagem, considerando que a primeira tem a fazer interessantes contribuições a respeito dos eventos performativos, assim como recepcionar novos questionamentos. Consiste, portanto, em uma proposta diferente de outros trabalhos que se detiveram em pensar tais relações especialmente mediante o conceito de gênero<sup>1</sup>.

Antes de melhores explicações e detalhamentos, faz-se importante ir à questão mais fundamental: o que é performatividade?

### **Um termo multifacetado**

As palavras *performativo*, *performatividade* e *performance*, por mais que sejam cognatas, nomeiam conceitos e indicam proposições, muitas vezes, divergentes e de difícil coesão. A etimologia comum entre elas – *to perform*, um anglicismo do francês antigo *parfournir*, que significa “fornecer”, “completar” ou “executar completamente” (Turner *apud* Taylor, 2013, p. 28) –, não impede a existência de diferentes acepções e usos teóricos em campos diversos como a filosofia, os estudos de gênero e a antropologia. Assim, não há uma coesão semântica e conceitual. Essa notável divergência é perceptível não apenas por causa dos seus diferentes empregos teóricos, mas também por seus distintos sentidos e denotações na linguagem cotidiana e no senso comum, especialmente se considerarmos as diversas transformações que a contemporaneidade ou a chamada pós-modernidade exercem nas relações humanas.

---

<sup>1</sup> Diferenciar performatividade de gênero e performatividade da linguagem, por mais que haja interfaces importantes entre elas, o que será visto mais adiante, faz-se importante metodologicamente nesta pesquisa. Em relação à primeira, os principais fundamentos advêm diretamente dos estudos de gênero. Já a segunda, retoma questões filosóficas e linguísticas sobre a relação entre ato e linguagem, mais amplas e de diversas áreas, dentre as quais contribui a psicanálise.

Falar de performance, por exemplo, é muitas vezes relacionar o assunto com o modo como indivíduos comportam-se, especialmente no sentido do desempenho, suas formas de atuar, executar tarefas etc., nos mais diversos contextos, especialmente no que tange a reprodução da realidade social do trabalho. O século atual é marcado pelas sociedades serem menos disciplinares e mais sociedades de performance.

Um outro uso ocorre ao se falar sobre a execução de alguma obra artística, seja musical, teatral, televisiva, cinematográfica etc., assim como do improviso de um artista na criação ou apresentação de alguma ideia estética diante do público. Além disso, performance também abrange as formas como indivíduos relacionam-se sob a égide dos ideais da época, tais como a capacidade de ser influente, assertivo, responsivo etc., assim como a forma em que são exercidos os cuidados mútuos e de confiança (maternidade, paternidade, educação em geral), e até em suas capacidades de exercer potência, adquirir e fornecer satisfação sexual.

Uma das principais referências acadêmicas nos estudos da performance, Diana Taylor (2013), comenta sobre essa condição teórica multifacetada:

[...] um dos problemas de se usar a performance, bem como seus falsos cognatos “performativo” e “performatividade”, vem do âmbito extraordinariamente amplo de comportamentos abrangidos pelo termo, que vão desde uma determinada dança até a performance mediada tecnologicamente ou o comportamento cultural convencional. Contudo, o fato de a performance ter camadas múltiplas indica as interconexões profundas entre todos esses sistemas de inteligibilidade e as fricções produtivas entre eles. Como os usos diferentes do termo/conceito – acadêmicos, políticos, científicos e relacionados a negócios – raramente interagem de modo direto, a performance também tem uma história de intraduzibilidade (Taylor, 2013, p. 31).

Essas interconexões entre sistemas inteligíveis e produtivos nas quais os termos *perform* indicam existir podem ser verificadas dentro de uma enorme gama de estudos. Pesquisas no campo da crítica da arte, por exemplo, trazem interessantes perspectivas que corroboram com o argumento segundo o qual ao se falar de performance enquanto uma modalidade possível da arte, por exemplo, necessariamente se reconhece seu aspecto antropológico, em interface com ritos, cerimônias, simbologias, tal qual a forma como a vida da linguagem é pactuada.

No âmbito dos estudos da arte, o ator e pesquisador brasileiro Renato Cohen, em sua pesquisa presente no livro *Performance como linguagem* (2018), reconhece que a inexistência de uma definição única, uma “característica anárquica”, é a principal razão de ser da performance. Não sendo definida e escapando de rótulos, ela:

é antes de tudo uma expressão cênica: um quadro sendo exibido para uma plateia não caracteriza uma performance; alguém pintando esse quadro, ao vivo, já poderia caracterizá-la. A partir dessa primeira definição, podemos entender a performance

como uma função do espaço e do tempo  $P = f(s, t)$ ; para caracterizar uma performance, algo precisa estar acontecendo naquele instante, naquele local (Cohen, 2018, p. 28).

Situar a performance artística em função do espaço e do tempo, recuperando o lugar do produtor e da produção, e não apenas do produto, no campo da arte, possibilita uma reflexão ontológica interessante que leva a pensar em uma ruptura na divisão entre representado e representação. A arte da performance, portanto, demonstraria uma não distinção entre vida e arte, entre real e sistemas de representações, destituindo o lugar de uma racionalidade ou de uma noção de consciência que se crê à parte da reprodução da realidade.

Qual o desígnio da arte: representar o real? Recriar o real? Ou, criar outras realidades? Isso, sem esquecermos da questão primeira, que já extrapola o campo da especulação estética, ou seja, de definir o que é o real? Tomando como ponto de estudo a expressão artística performance, como uma arte de fronteira, no seu contínuo movimento de ruptura com o que pode ser denominado "arte-estabelecida", a performance acaba penetrando por caminhos e situações antes não valorizadas como arte. Da mesma forma, acaba tocando nos tênues limites que separam vida e arte. A performance está ontologicamente ligada a um movimento maior, uma maneira de se encarar a arte; A live art. A live art é a arte ao vivo e também a arte viva. É uma forma de se ver arte em que se procura uma aproximação direta com a vida, em que se estimula o espontâneo, o natural, em detrimento do elaborado, do ensaiado (Cohen, 2018, p. 36-37).

Estudos como os de Jorge Glusberg (2018), por exemplo, atribuem aos movimentos futuristas, dadaísta e ao próprio surrealismo como os precursores históricos e estéticos que possibilitaram que modalidades artísticas de performance, como *happening* e *body art*, e outras discursividades e práticas pudessem surgir e tomar lugar, especialmente no cenário da contracultura. Por outro lado, por mais que a performance enquanto arte seja cronologicamente decorrente do século XX, também evidencia sua conexão antiga e relação estrutural com a cultura.

A rigor, antropologicamente falando, pode-se conjugar o nascimento da performance ao próprio ato do homem se fazer representar (a performance é uma arte cênica) e isso se dá pela institucionalização do código cultural. Dessa forma, há uma corrente ancestral da performance que passa pelos primeiros ritos tribais, pelas celebrações dionisíacas dos gregos e romanos, pelo histrionismo dos menestréis e por inúmeros outros gêneros, calcados na interpretação extrovertida, que vão desaguar no cabaret do século XIX e na modernidade (Cohen, 2018, p. 40-41).

Outro movimento que tanto Cohen (2018) quanto Glusberg (2018) reconhecem como sendo um importante precursor, e de importante interesse a esta atual pesquisa, é a psicanálise. Apesar de não ser um movimento artístico, mas teórico e clínico, é extensamente reconhecido o importante lugar que a arte e a subjetividade dos artistas puderam ocupar nos estudos de Freud em diversos momentos de sua obra. Como reconhecido pelo "pai da psicanálise", o artista é aquele capaz de se desviar em relação às demandas da realidade e da censura na produção de

sua obra, de modo que a arte não seja simplesmente passível de leitura dos significados recalçados e inconscientes, mas uma forma de interpretá-los e tratá-los. Desse modo, a performance seria a forma de arte cuja linguagem é de uma experimentação que teria, do ponto de vista psicanalítico, uma formação de compromisso com a realidade e com a censura atenuada, abarcando uma satisfação que implodiria parâmetros formais de linguagem e estéticos de representação.

A performance é basicamente uma linguagem de experimentação, sem compromissos com a mídia, nem com uma expectativa de público e nem com uma ideologia engajada. Ideologicamente falando, existe uma identificação com o anarquismo que resgata a liberdade na criação, esta a força motriz da arte. A arte, como fórmula Freud, caminha com base no princípio do prazer e não no princípio de realidade. O artista lida com a transgressão, desobstruindo os impedimentos e as interdições que a realidade coloca (a obra de arte vai se caracterizar por ser uma outra criação: se eu vejo uma paisagem que objetivamente é verde, sob uma ótica vermelha, nada me impede de pintá-la assim) (Cohen, 2018, p. 45).

Apesar de considerar a performance artística como um ponto de vista privilegiado para se pensar performatividade em geral, Glusberg (2018) comenta que os estudos da performance “conduzem a um campo de investigação que, no domínio linguístico, foi aprofundado pelos integrantes do grupo de Oxford, [...], que desenvolveram a teoria dos atos da fala”. Admite que a característica tripartite dos atos de fala – esses são divididos entre locucionários, ilocucionários e perlocucionários, como será mais bem debatido no primeiro capítulo – pode ser aplicada e proveitosa aos estudos da arte da performance.

A noção de ato de fala como formulada por Austin, o mais conhecido do chamado grupo de Oxford, é indicada em estudos, como os da crítica da arte, como sendo a que melhor condensaria tanto o que vem a ser a performatividade, quanto um elemento de linguagem passível de ser analisado filosófica e linguisticamente. Além disso, Austin também delimitou dois aspectos fundamentais à performatividade, ato e contexto, que a situam exatamente na dimensão pragmática, mas, por outro lado, compõem uma premissa bastante debatida: ato e contexto enquanto categorias dependentes uma da outra.

### **Premissas do conceito de performatividade: ato e contexto, felicidades e infelicidades**

Com a noção de *ato* compreende-se que comporta primeiramente o que a linguística denomina como enunciação, em suma, o ato de dizer do falante, a atualização da língua em fala. O que é dito não esgota o fato que há dizer. Os enunciados não coincidem inteiramente com a enunciação, haja vista que na produção de significação o que é dito e o que se quer dizer não se equalizam. A enunciação é, portanto, a instância constitutiva do enunciado, a “colocação em

funcionamento da língua por um ato individual de utilização” (Fiorini, 2017) e “logicamente pressuposta pela própria existência do enunciado (que comporta seus traços e suas marcas)” (Fiorini, 2017).

Outro aspecto importante da noção de ato está no fato de que a enunciação não apenas constitui enunciados, mas pode ser capaz de outras realizações na linguagem e nas relações entre os falantes, especialmente em possibilitar que o falante não apenas produza significação no ato *de dizer algo*, mas também *ao se dizer algo*. Trata-se do que Austin pôde formular como o aspecto ilocucionário do *ato de fala*.

Com a noção de *contexto* considera-se geralmente que os enunciados não se sustentam apenas em sua relação com a enunciação, ou seja, em vista da tarefa de emitir uma mensagem ao transformar a língua em fala. Compreende-se que a realização dos signos depende não apenas do respeito às regras sintáticas, mas mais especialmente de circunstâncias que seriam extralinguísticas, de condições contingenciais, práticas, discursivas, institucionais etc. encontradas nas relações entre os falantes e que possibilitam, ou melhor, que dão força para que o dizer tome lugar e realize ações. Trata-se, portanto, da própria pragmática (Marcondes, 2005). Por outro lado, referir-se ao contexto não apenas denota o signo linguístico em seu uso social, mas propriamente às condições pelas quais a linguagem passa a realizar-se não simplesmente como sistema representacional, mas como um instrumento de ação humana – as palavras fazem coisas.

Outra premissa importante, e que constitui um ponto central à teoria dos atos de fala, é que as relações entre os atos e contextos, por serem compreendidas como sendo situações pragmáticas, não são determinadas com referência ao valor de verdade, mas especialmente com referência às condições para o seu sucesso ou felicidade. São critérios linguístico-filosóficos de significação que também é comum à tese de Wittgenstein (1999), segundo a qual a significação dos enunciados é determinada pelo seu uso em jogos de linguagem. Assim como um ato de fala pode ser sucedido, ou feliz, também seria passível de ser malsucedido ou infeliz, por diversas razões. O conceito de performatividade é tomado por Austin, portanto, como uma classe específica de usos da linguagem que, por mais comum que seja, determina-se por ser basicamente procedimentos convencionais que são realizados por meio da pronúncia de certas palavras.

O significado de um ato de fala expresso deriva do conhecimento mutuamente assumido da natureza obrigatória da fala e de certas condições essenciais para o sucesso. Estas dizem respeito, por um lado, às condições de enquadramento intencionais, nomeadamente o compromisso “sério” do falante com um comportamento, e, por outro lado, às condições de enquadramento institucional. Para

a validade dos atos performativos, é crucial que as pessoas que os realizam estejam autorizadas a fazê-lo – e que os sujeitos sobre os quais os atos de fala são realizados sejam admitidos ao procedimento (Wirth, 2015, p. 10).

## **A questão dos usos e abusos da linguagem**

Uma questão deveras importante – e que, inclusive, pauta em larga medida a recepção crítica e desconstrutivista da teoria dos atos de fala que serão tratadas nesta tese – consiste na distinção pensada por Austin (1990) e Searle (2002) entre atos de fala cuja execução é considerada “séria” e outros tipos de performance, em especial performances encenadas, como se formassem dois tipos ou casos que corroboram com a perspectiva de que o sucesso performativo está na seriedade ou uso comum e ordinário da linguagem. Trata-se do tema lançado por Austin (1990) a respeito dos possíveis usos parasitários da linguagem, no qual o ator e o escritor ficcional servem de paradigma: entre o cenário do contexto sério e pragmático e o cenário do contexto de produção “não sério” próprio às artes encontraria-se, dentro de um viés universal e pragmático lido em Austin, Searle e outros teóricos, a transição de atos de fala bem-sucedidos para atos de fala mal sucedidos.

A crítica desconstrutivista – mas também estética da recepção – da teoria dos atos de fala aponta nessa direção. Em “Signature Event Context”, Derrida também questiona o conceito de uso parasitário da linguagem com a categoria de sucesso e fracasso dos atos de fala. Derrida opõe o conceito de parasitário ao de iteração como recitabilidade infinita e recontextualização indefinida. É neste ponto que começa o debate entre a teoria geral da escrita e a teoria geral dos atos de fala (Wirth, 2015, p. 19).

Essa relação problemática e pouco viável entre cenários, contextos e atos sérios, condicionou toda uma perspectiva a respeito do que seriam os usos e abusos da linguagem performativa, delimitando seus alcances e os atrelando necessariamente a uma pragmática marcada pela seriedade e convencionalidade. Como será visto, em vários aspectos a crítica pós-estruturalista questiona esse enquadramento, exatamente para se pensar um estatuto da performatividade que explicasse diversos fenômenos nos quais se prescinde ou se reconfigura contextos.

## **Crítica da análise discursiva**

Dado o aspecto multifacetado da noção de performatividade e o seu esquadramento inicial a partir das especulações teóricas de Austin, evidencia-se, especialmente a partir de uma crítica da análise discursiva encontrada em autores como Michel Foucault (2008) e Lyotard

(2009), um déficit no reconhecimento da dimensão discursiva na forma como a performatividade é pensada.

Uma das críticas advém do reconhecimento sobre a determinação dos limites dos usos da linguagem em sua relação com as regras próprias às formações discursivas e epistêmicas. Em *A arqueologia do saber*, Michel Foucault trata dessa problemática tomando, entre outras, a filosofia dos “analistas ingleses” – ou seja, Austin. Segundo ele, a filosofia analítica situa a relação entre os atos de enunciação e os enunciados de modo que a existência desses é subordinada àqueles, assim como às intenções pragmáticas dos indivíduos na relação com seus contextos, de modo que:

O ato ilocutório não é o que ocorreu antes do momento do enunciado (no pensamento do autor ou no jogo de suas intenções); não é o que se pôde produzir, depois do próprio enunciado, no sulco que deixou atrás de si e nas consequências que provocou; mas sim o que se produziu pelo próprio fato de ter sido enunciado - e precisamente esse enunciado (e nenhum outro) em circunstâncias bem determinadas. Pode-se, então, supor que a individualização dos enunciados depende dos mesmos critérios que a demarcação dos atos de formulação: cada ato tomaria corpo em um enunciado e cada enunciado seria, internamente, habitado por um desses atos (Foucault, 2008, p. 93-94).

Mesmo reconhecendo como se pensa epistemicamente a teoria dos atos de fala, em relação à performatividade, a perspectiva foucaultiana é menos pragmática – ou mesmo não pragmática –, pois considera que atos próprios aos enunciados performativos não se dão por causa de uma força ilocucionária adquirida pelos atos de enunciação no mesmo tempo que se reconhece contextos ou convenções em que estão os falantes. Sem apelar a um recorte ou demarcação pragmática, mas fazendo uso do método arqueológico, Foucault atribui a possibilidade da performatividade a uma anterioridade dos próprios enunciados que advém de uma série de justaposições decorrentes de formações discursivas.

Semelhante correlação, entretanto, não resiste à crítica. É preciso, frequentemente, mais de um enunciado para efetuar um *speech act*: juramento, prece, contrato, promessa, demonstração exigem, na maior parte do tempo, um certo número de fórmulas distintas ou de frases separadas: seria difícil contestar, em cada uma delas, o status de enunciado, sob o pretexto de que são todas atravessadas por um único e mesmo ato ilocutório. Talvez se diga que, nesse caso, o próprio ato não permanece único ao longo da série dos enunciados; que há, em uma prece, tantos atos de prece limitados, sucessivos e justapostos quantas forem as exigências formuladas por enunciados distintos; e que há, em uma promessa, tantos comprometimentos quantas forem as sequências individualizáveis em enunciados separados (Foucault, 2008, p. 94).

Na linha de trabalhar com conceitos sem desconsiderá-los, situando-os no âmbito de uma arqueologia, Foucault realiza uma inversão na forma de analisar a performatividade em relação aos teóricos dos *speech acts*. Corrobora com a perspectiva de que os enunciados não se

atrelam unicamente ao que seria a intenção de indivíduos falantes, mas são desdobramentos de formações discursivas mais complexas. Além disso, considera criticamente não apenas a ideia de que os enunciados seriam decorrentes de formulações pontuais dos atos de fala, mas também a própria metodologia de analisá-los de forma isolada, individualizada e separada das relações discursivas, em larga medida justapostas, próprias as relações sociais, institucionais etc. Também, o enunciado não seria uma das unidades elementares que compõem o discurso em forma de proposição, frase ou conteúdo de um ato de fala, mas funciona ao modo de formação discursiva ou mesmo dispositivo.

O enunciado não é, pois, uma unidade elementar que viria somar-se ou misturar-se às unidades descritas pela gramática ou pela lógica. Não pode ser isolado como uma frase, uma proposição ou um ato de formulação. Descrever um enunciado não significa isolar e caracterizar um segmento horizontal, mas definir as condições nas quais se realizou a função que deu a uma série de signos (não sendo esta forçosamente gramatical nem logicamente estruturada) uma existência, e uma existência específica. Esta a faz aparecer não como um simples traço, mas como relação com um domínio de objetos; não como resultado de uma ação ou de uma operação individual, mas como um jogo de posições possíveis para um sujeito; não como uma totalidade orgânica, autônoma, fechada em si e suscetível de - sozinha - formar sentido, mas como um elemento em um campo de coexistência; não como um acontecimento passageiro ou um objeto inerte, mas como uma materialidade repetível (Foucault, 2008, p. 123).

Tal “materialidade repetível”, que de algum modo afina-se à iterabilidade própria à escrita – um aspecto da crítica ao paradigma da linguagem principalmente empreendida por Jacques Derrida, como será visto posteriormente no trabalho desta pesquisa –, é uma realidade desconhecida à filosofia analítica por não seguir necessariamente à lógica performativa de que se faz ao se dizer, especialmente o que é dito quando se fala, quando se emite sons ou gestos enquanto signos dados a se ouvir e a ver. Nos enunciados performativos o que não é dito, o que poderia ser dito ou foi dito sem intenção – fenômenos de grande interesse não apenas à análise de discurso em Foucault, mas à própria psicanálise – podem ser não dignos de interpretação caso a forma de analisar em questão se detiver somente na lógica ilocucionária do que se faz ao se proferir algo.

Só pode se referir a performances verbais realizadas, já que as analisa no nível de sua existência: descrição das coisas ditas, precisamente porque foram ditas. A análise enunciativa é, pois, uma análise histórica, mas que se mantém fora de qualquer interpretação: às coisas ditas, não pergunta o que escondem, o que nelas estava dito e o não-dito que involuntariamente recobrem, a abundância de pensamentos, imagens ou fantasmas que as habitam; mas, ao contrário, de que modo existem, o que significa para elas o fato de se terem manifestado, de terem deixado rastros e, talvez, de permanecerem para uma reutilização eventual; o que é para elas o fato de terem aparecido - e nenhuma outra em seu lugar. Desse ponto de vista, não se reconhece nenhum enunciado latente: pois aquilo a que nos dirigimos está na evidência da linguagem efetiva (Foucault, 2008, p. 124).

Desse modo, algo de importante valor à forma como Foucault explora a problemática do conceito de performatividade está em atribuir a teorias como as de atos de fala um déficit discursivo na forma como elas analisam a linguagem. Tal limite de interpretação daria-se, por exemplo, na forma como a noção de discurso é pensada, ou seja, no estatuto teórico dado ao discurso:

Quanto ao termo discurso, de que aqui usamos e abusamos em sentidos bem diferentes, podemos agora compreender a razão de seu equívoco: da maneira mais geral e imprecisa, ele designava um conjunto de performances verbais; e entendia-se então por discurso o que havia sido produzido (eventualmente tudo que havia sido produzido) em matéria de conjunto de signos. Mas se compreendia também por discurso um conjunto de atos de formulação, uma série de frases ou de proposições. Enfim - e este sentido foi finalmente privilegiado (com o primeiro que lhe serve de horizonte) -, o discurso é constituído por um conjunto de seqüências de signos, enquanto enunciados, isto é, enquanto lhes podemos atribuir modalidades particulares de existência. E se conseguir demonstrar - como tentarei em seguida - que a lei de tal série é precisamente o que chamei, até aqui, formação discursiva, se conseguir demonstrar que esta é o princípio de dispersão e de repartição, não das formulações, das frases, ou das proposições, mas dos enunciados (no sentido que dei à palavra), o termo discurso poderá ser fixado: conjunto de enunciados que se apóia em um mesmo sistema de formação; é assim que poderei falar do discurso clínico, do discurso econômico, do discurso da história natural, do discurso psiquiátrico (Foucault, 2008, p. 122).

Na linha da análise discursiva, a partir de uma posição mais propriamente pós-estruturalista, uma outra argumentação relevante parte de Jean-François Lyotard, especificamente em seu livro *A condição pós-moderna* (Lyotard, 1970). Considerando os avanços das tecnologias da informação, assim como novas formas de relações sociais e de trânsito econômico a nível global em tempos pós-industriais, o autor diagnostica o que seria uma queda das metanarrativas, ou grandes narrativas, que forneciam explicações totalizantes sobre a individualidade, assim como ao sentido histórico da vida social, em especial, narrativas baseadas no Iluminismo e em sua valorização da razão e do sujeito da ciência. Em relação à linguagem, dada essas modificações metafísicas, ele argumenta que a forma como ela é vivida também é deveras modificada, ascendendo, com isso, o primado prático e pragmático da comunicação e dos usos das informações.

Considera-se pós-moderna a incredulidade em relação aos metarrelatos. É, sem dúvida, um efeito do progresso das ciências; mas este progresso, por sua vez, a supõe. Ao desuso do dispositivo metanarrativo de legitimação corresponde sobretudo a crise da filosofia metafísica e da instituição universitária que dela dependia. A função narrativa perde seus atores (functeurs), os grandes heróis, os grandes perigos, os grandes périplos e o grande objetivo. Ela se dispersa em nuvens de elementos de linguagem narrativos, mas também denotativos, prescritivos, descritivos., cada um veiculado consigo validades pragmáticas sui generis. [...] Assim, nasce uma sociedade que se baseia menos numa antropologia newtoniana (como o estruturalismo ou a teoria dos sistemas) e mais numa pragmática das partículas de linguagem. Existem

muitos jogos de linguagem diferentes; trata-se da heterogeneidade dos elementos (Lyotard, 1979, p. xvi).

A argumentação de Lyotard indica que a destituição do lugar de determinação e de mestria que grandes narrativas assumiam, não apenas na antiguidade com seus mitos, ritos e contos épicos, mas também na presença do Iluminismo e da modernidade, repercutiu na própria relação que indivíduos e sociedades contemporâneas têm com a linguagem. Novas sociabilidades dão-se de modo menos verticalizado e possibilitam que o poder opere de forma diferente na vida social, desta vez valendo-se mais amplamente dos elementos e processos que adquirem a função de “otimizar as performances do sistema” (Lyotard, 1979, p. xvi). Em suma, a experiência performativa da linguagem também condiz com uma ampla conjuntura histórica que não é somente discursiva, mas denota a demanda de aparelhamento da linguagem com a reprodução da própria realidade social.

A pós-modernidade, como examina Lyotard (1979), põe em funcionamento a linguagem ao modo dos jogos e dos atos de fala, articulando Wittgenstein com Austin e Searle. A linguagem passa a ser regida pela existência de regras, pela possibilidade de modificá-las e por seu modo de funcionamento, como em um lance de jogo. Dentro dessa perspectiva, portanto, enunciar, falar, dizer, proferir, comunicar etc., ou seja, os atos de fala ou de linguagem em geral, têm natureza agonística que, por sua vez, não se resume ao combate de argumentações entre os falantes, mas em uma busca pelo sucesso com a própria linguagem na vida social.

[...] falar é combater, no sentido de jogar. e que os atos de linguagem<sup>34</sup> provêm de uma agonística geral. Isto não significa necessariamente que se joga para ganhar. Pode-se realizar um lance pelo prazer de inventá-lo: não é este o caso do trabalho de estímulo da língua provocado pela fala popular ou pela literatura? A invenção contínua de construções novas, de palavras e de sentidos que, no nível da palavra, é o que faz evoluir a língua, proporciona grandes alegrias. Mas, sem dúvida, mesmo este prazer não é independente de um sentimento de sucesso, sobre um adversário pelo menos, mas de envergadura: a língua estabelecida, a conotação (Lyotard, 1977, p. 17).

A perspectiva de Lyotard não apenas indica, como dito acima, que a vida da linguagem articula-se com a reprodução da realidade social a partir da relação entre os falantes - compreensão essa que pode ser lançada nos estudos das sociedades das mais diversas, sejam tradicionais ou modernas. O que o discurso da pós-modernidade diagnostica é que a elevação do paradigma performativo é, em grande medida, decorrente de formas mais sofisticadas de reprodução da própria economia capitalista. A linguagem não é apenas performativa por seu aspecto demiúrgico, mas por articular o discurso agonístico com a maximização das performances do sistema social.

Desde o momento em que se invalidou o enquadramento metafísico da ciência moderna, vem ocorrendo não apenas a crise de conceitos caros ao pensamento moderno, tais como “razão”, “sujeito”, “totalidade”, “verdade”, “progresso”. Constatamos que ao lado dessa crise opera-se sobretudo a busca de novos enquadramentos teóricos (“aumento da potência”, “eficácia”, “otimização das performances do sistema”) legitimadores da produção científico-tecnológica numa era que se quer pós-industrial (Lyotard, 1979, p. viii).

Desse modo, a perspectiva de Lyotard contribui com a problemática de uma forma interessante: não se trata de comparar metodologicamente as diferenças entre formas de analisar discursos, como ocorre entre aquela baseada no método arqueológico e a filosofia da linguagem ordinária como se procede em Austin, Wittgenstein, Searle etc., mas de fazer das especulações teóricas desses últimos autores o diagnóstico de como a linguagem é vivida no âmbito da reprodução da realidade social na pós-modernidade.

Em uma lógica semelhante a esse diagnóstico de Lyotard, Jacques Poulain (2008) considera que a crise do juízo da verdade e da reflexividade racional na experiência atual dos indivíduos com a linguagem é o que realmente condicionou o surgimento de teorias pragmáticas a respeito da performatividade e dos atos de fala, teorias essas que forneceriam, em larga medida, modelos cientificistas de comunicação embasados na mútua experimentação entre os falantes, necessários ao atual momento do mundo capitalista. Esses, por sua vez, buscam constantemente entre si a validação de seus enunciados, a despeito de qualquer outro fundamento ou alguma alteridade entre os interlocutores, pela qual se é possível aferir o que é verdadeiro.

O problema antropológico e filosófico que as teorias pragmáticas dos atos de fala tentam resolver é, saibam elas ou não, aquele da experimentação total do mundo e do homem no contexto do capitalismo tardio. Neste contexto da experimentação, os interlocutores experimentam-se a si mesmos e uns aos outros por atos de fala: como os cientistas conferem o consenso de suas hipóteses com o mundo ao responder “sim” ou “não” à questão “minha hipótese é verdadeira?”, do mesmo modo os interlocutores interrogam o consenso com seus pares de comunicação ao confirmar ou rejeitar a hipótese de vida que eles buscam partilhar em seus atos de comunicação. É assim que eles experimentam a *sapientia universalis*, livres das instituições jurídicas, morais e políticas, como se fossem cientistas experimentando a *mathesis universalis*. O jogo de linguagem da ciência transforma-se em forma de vida universal: em experimentação total (Poulain, 2008, p. 328).

### **Uma “geografia lógica” do debate sobre a linguagem no último século**

A despeito dessa introdução crítica, porém necessária, aos usos teóricos e aos limites da noção de performativo, é importante pensar quais são as principais posições teóricas acerca do tema da performatividade. Para tanto, valer-se de uma sistematização mínima, porém capaz de diferenciar e, ao mesmo tempo, agrupar posições teóricas distintas em relação à linguagem, é

de grande interesse nesta tese. Como propõe a filósofa alemã Sybille Krämer (2017), ao afirmar que haveria duas posições e grupos de autores que respondem a respeito dos problemas a serem tratados aqui, uma “geografia lógica”.

A primeira posição a respeito da linguagem é propriamente intelectualista, a qual distingue o que são regras gramaticais e/ou pragmáticas universais da sua aplicabilidade na fala que, por sua vez, consiste em utilizar tais regras e outros sistemas para produzir significação. Trata-se do que Krämer chama de *Zwei-Welten Modell* (2007, p. 16), ou seja, modelo de dois mundos. Entre os filósofos e linguistas que consentem com essa visão que diferencia sistema e atualização estariam Saussure, Chomsky, Searle, Habermas etc.

Tudo o que pode ser dito sobre a linguagem e a comunicação “puras” é tal que não aparece de forma alguma no uso da linguagem situado espaço-temporalmente e, portanto, não é um dado empírico. O modelo de dois mundos fornece, portanto, uma explicação para um fato estranho que o linguista John E. Joseph diagnosticou como uma característica saliente das teorias linguísticas contemporâneas: que a ‘linguagem’ no sentido da teoria linguística não é o que intuitivamente pensamos como Compreensão da linguagem em nossa vida cotidiana. A genialidade de Saussure foi ter criado a auto-suficiência da linguagem com base nesta separação categórica da fala real. A hipótese de uma linguagem por trás da fala não é simplesmente um movimento errado, mas antes uma maneira inteiramente elegante de fazer com que a diferença constitutiva entre a linguagem universal e a fala permanente venha à tona (Krämer, 2017, p. 16)<sup>2</sup>.

Por outro lado, haveria um segundo grupo daqueles que não teorizam a favor desse modelo binário ou, ao menos, indicam seus limites. Segundo Krämer, destacam-se Wittgenstein, Austin, Luhmann, Davidson, Lacan, Derrida, Butler e outros como sendo os que problematizam direta ou tacitamente a distinção ou a lacuna entre sistemas de representação e suas atualizações. Como será melhor exposto e debatido posteriormente, Derrida, em boa parte da extensão de seu trabalho, é um dos principais críticos do dualismo conceitual próprio ao modelo de dois mundos.

Os defensores de uma imagem “não-intelectualista” da linguagem não querem seguir esta analogia usada secretamente de que a linguagem se relaciona com a fala como – nos tempos modernos – a razão se relaciona com a linguagem. E o argumento para quebrar esta lealdade diz respeito precisamente à relação entre esquema e aplicação.

---

<sup>2</sup> Tradução livre para: „Was immer über die ›reine‹ Sprache und Kommunikation zu sagen ist, ist so beschaffen, daß es sich im raum-zeitlich situierten Sprachgebrauch gar nicht zeigt, also kein empirisches Datum ist. Damit liefert das Zwei-Welten-Modell die Erklärung für einen merkwürdigen Tatbestand, den der Linguist John E. Joseph als ein hervorstechendes Merkmal zeitgenössischer Sprachtheorien diagnostizierte: daß ›die Sprache‹ im Sinne der Sprachtheorie nicht das ist, was wir intuitiv unter ›Sprache‹ in unseren alltäglichen Lebensvoll-zügen verstehen. Saussures Ingenium bestand darin, die Autarkie der Sprache auf der Folie dieser kategorischen Trennung vom tatsächlichen Sprechen geschaffen zu haben. Die Hypostasierung einer Sprache hinter dem Sprechen ist also nicht einfach ein Irrweg, sondern eine durchaus elegante Weise, die konstitutive Differenz zwischen universeller Sprache und jedes-maligem Sprechen auch zutage treten zu lassen“.

Porque para esses autores, a ›aplicação, ›atualização ou ›Realização‹ algo que sempre excede ou ultrapassa o que é aplicado, atualizado e realizado (Krämer, 2017, p. 17)<sup>3</sup>.

Um denominador comum, se for possível tê-lo, entre os autores que compõem o segundo grupo, seria o “modelo de performance” (Krämer, 2017, p. 15). Krämer tem um interessantíssimo argumento para afirmar a relevância desse denominador, ao dizer que “modelo de performance, entendido como o pressuposto de que é o lado do uso através do qual surge uma dinâmica que tem o poder de alterar o esquema em execução” (Krämer, 2017, p. 15)<sup>4</sup>. Performance seria, portanto, um conceito de importância epistemológica e ontológica, dado que leva a questionar o próprio estatuto da linguagem. A partir da visão não intelectualizada, como se diz nos termos de Krämer, não é necessário considerar a linguagem enquanto um campo ou uma instância ideal e extramundana, de modo que seja explicada a partir do reconhecimento de regras sintáticas ou pragmáticas. A analogia da xilogravura usada pela alemã elucida bem: o modelo dos dois mundos pensa os atos de linguagem, em geral, como uma espécie de atividade de prensa de uma imagem segundo o que é previsto em uma forma, a linguagem, seja gramatical ou pragmática.

O modelo da performatividade previsto, por outro lado, propõe questionar a própria forma, ou seja, os modos como a linguagem realiza-se, considerando outras dimensões. Krämer (2017) diz que a linguagem “é substituída pelo nível universal de um “mundo de trás [...] e é colocada onde todos os outros usos linguísticos situados espaço-temporalmente “ocorrem””. Ela não existiria, portanto, como uma forma pura, mas apenas na forma de práticas de uso da linguagem.

Todas as afirmações sobre a linguagem são então aquelas que sempre se referem à representação (escrita) da linguagem, mas não a uma linguagem “per se”. Não temos acesso a algo como uma linguagem “pura”. A linguagem existe apenas como linguagem num meio, como linguagem falada, escrita, gestual e tecnicamente mediada. Também não temos acesso à competência linguística ou comunicativa – exceto através da performance linguística: nesta, contudo, a linguagem aparece como linguagem corporificada. 'Linguagem incorporada' num duplo sentido: a própria linguagem tem uma exterioridade material na forma da voz, da escrita, dos gestos, etc. E esta materialidade da linguagem não é uma questão periférica, mas sim fundamental. Além disso, o uso da linguagem está ligado - de maneiras gradualmente diferentes - à fisicalidade dos usuários da linguagem, que se articulam não apenas

---

<sup>3</sup> Tradução livre para: „Die Verfechter eines ›nicht-intellektualistischen‹ Sprachbildes wollen dieser insgeheim in Anspruch genommenen Analogie, dais sich die Sprache zum Sprechen verhält wie - in der Neuzeit - die Vernunft zur Sprache, nicht folgen. Und das Argument, um diese Gefolgschaft aufzukündigen, bezieht sich genau auf das Verhältnis zwischen Schema und Anwendung. Denn für diese Autoren vollzieht sich auf der Seite der ›Anwendungs, ›Aktualisierungs bzw.

›Realisierung‹ etwas, das dasjenige, was dabei angewendet, aktualisiert und realisiert wird, immer auch überschreitet bzw. übersteigt“.

<sup>4</sup> Tradução livre para: ›Performanz-Modelk, verstanden als die An-nahme, daß es die Seite des Gebrauches ist, durch die eine Dynamik in den Blick kommt, welche die Kraft hat, das Schema im Vollzug zu verändern.

como pessoas formalmente racionais e simetricamente posicionadas, mas também como seres corporais necessitados e assimetricamente posicionados (Krämer, 2017, p. 231)<sup>5</sup>.

A argumentação de Krämer abre perspectiva de se adentrar em um notável dilema teórico da performatividade e que condiz ao que é proposto investigar nesta pesquisa: seguindo a lógica aristotélica da ação, a performatividade enquanto modo de ação da linguagem pode ser entendida tanto na modalidade da necessidade quanto da contingência. Explicando de outra forma, os atos performativos tanto podem ser teorizados em relação à necessidade de se atender às regras gramaticais e pragmáticas, sendo essas últimas os contextos, convenções etc., quanto a partir de contingências dos limites temporais, espaciais e de meios, prescindindo do atendimento às regras postuladas, mas se deparando com suas impossibilidades materiais. Corroborar-se aqui, portanto, com a famosa máxima lacaniana que afirma: “digo sempre a verdade. Não toda... pois, dizê-la toda, não se consegue (...). Dizê-la toda é impossível, materialmente... faltam as palavras. É justamente por esse impossível (...) que a verdade toca o Real” (Lacan, 2003/1973).

### **De que forma a noção de performativo interessaria à psicanálise?**

*Paradoxalmente, a diferença que garante a mais segura subsistência do campo de Freud, é que o campo freudiano é um campo que, por sua natureza, se perde. É aqui que a presença do psicanalista é irreduzível, como testemunha dessa perda (LACAN, 1985/1964, p. 126-127)*

Mesmo dada a sua diversidade de paradigmas e matrizes clínicas, a psicanálise persiste sendo uma prática que considera a fala o meio privilegiado de tratamento do sofrimento em suas diferentes formas clínicas. Uma sessão de psicanálise não se dá sem dois parceiros, o analista e o analisante, e a partir da fala desse último, da transferência e da interpretação, que o sofrimento pode adquirir estatuto de uma formação do inconsciente. Busca-se formar um

---

<sup>5</sup> Tradução livre para: Alle Aussagen über die Sprache sind dann solche, die sich immer auf die (schriftliche) Darstellung von Sprache beziehen, nicht aber auf eine Sprache ›per se‹. Einen Zugang zu so etwas wie die ›reine‹ Sprache haben wir nicht. Sprache existiert nur als Spra-che-in-einem-Medium, als gesprochene, geschriebene, gestische, technisch mediatisierte Sprache. Wir haben auch keinen Zugang zur sprachlichen oder kommunikativen Kompetenz - außer über die sprachliche Performanz: in der jedoch tritt Sprache auf als verkörperte Sprache. ›Verkörperte Sprache‹ in einem zweifachen Sinne: Die Sprache selbst verfügt über eine materiale Exteriorität in Gestalt der Stimme, der Schrift, der Gestik usw. Und diese Mate-rialität der Sprache ist kein randständiger, vielmehr ein grundständiger Sachverhalt. Überdies ist der Sprachgebrauch - in graduell jeweils unterschiedlicher Weise - an die Körperlichkeit der Sprach-benutzer gebunden, die sich nicht nur als formalrationale, symmetrisch positionierte Personen, sondern immer auch als bedürftige, asymmetrisch positionierte Körperwesen artikulieren.

sintoma a ser tratado analiticamente, mais uma vez, com a fala, com as palavras, em suma, com os poderes da linguagem e seus efeitos.

Uma das principais decisões teóricas de Lacan é considerar que, quanto ao inconsciente, são “leis e os efeitos próprios da linguagem que constituem sua causalidade” (Lacan, 2003, p. 174), o que também o levará a postular o inconsciente estruturado como uma linguagem. Por outro lado, também diz o psicanalista parisiense (2003, p. 174) que a causalidade inconsciente dá-se no âmbito da lógica, mas uma lógica que se refere mais aos “efeitos do logos” e “não apenas do princípio de contradição”. Falar de logos não apenas se trataria do poder do discurso, ou seja, do discurso do Outro que estaria no fundamento de tudo que condicionaria a realidade do sujeito, do inconsciente. Mas, trata-se de uma dimensão propriamente logológica, segundo a leitura sofisticada da psicanálise e empreendida por Cassin (2017) que, como poderá ser melhor exposto no último capítulo desta tese, faz com que a linguagem enquanto performativa não se limite ao inconsciente simbólico e à materialidade significante, mas também é índice de excessos de real, próprios à *lalíngua*, *lalangue*.

Dessa forma, de que modo se poderia afirmar ou negar que essa prática de fala, que é a da psicanálise, enquadraria-se em um modelo de performatividade? As formulações propostas e encontradas no decorrer do ensino lacaniano fornecem perspectivas sobre o problema da força performativa e o existente entre ato e contexto? Considerando a formulação austiniana de que “coisas são feitas com palavras”, pode-se adentrar em uma rota com possíveis pistas.

Primeiramente, considera-se que sintoma, essa formação do inconsciente privilegiada para a prática psicanalítica, está ligado “à materialidade do inconsciente, que é feito de coisas que foram ditas ao sujeito, e lhe fizeram mal, e também de coisas impossíveis de dizer que o fazem sofrer” (Laurent, 2007, p. 215). Assim como o sintoma é feito com palavras, pode ser desfeito com palavras.

Com Gerbase (2015), em seu *Atos de fala*, também é encontrado o mesmo tipo de questionamento: “a partir do conceito de enunciado performativo, de Austin, posso perguntar: como fazer chistes com palavras? Como fazer lapsos com palavras? Como fazer sonhos com palavras? O que parece óbvio. Como fazer sintomas com palavras, o que não parece tão óbvio” (Gerbase, 2015, p. 15-16).

Em uma análise, o analisante é “orientado a procurar o dito que faz sintoma ou o dizer que é fazer” (Gerbase, 2015, p. 11). É uma tarefa de reencontrar a dimensão verbosa, tagarela, e suas consequências e efeitos. Trata-se de reconhecer também a oposição do muro da linguagem em relação à fala e ao verbalismo (Lacan, 1998, p. 283), que “são um tema do discurso do homem “normal” de nossa cultura, só fazem reforçar-lhe a espessura”. Seria o muro

da linguagem, ou a linguagem como muro, a indicação do peso intelectualista sob a experiência do sujeito com a fala, como aos modos de um *modelo de dois mundos* de Krämer?

Um importante adendo: a psicanálise, dada a anunciada inexistência da metalinguagem ou a inexistência do Outro do Outro, como formula Lacan, já é, de partida, como diria Krämer, um modelo de performatividade. Pois não há outra linguagem a se recorrer a não ser a língua – ou lalíngua – que fala o sujeito para se constatar que o inconsciente é elucubração. Desse modo, “o que foi feito pela fala, o sintoma, foi feito pelo sujeito e deverá ser desfeito pelo mesmo” (Gerbase, 2015, p. 13)

Para apreender o mecanismo de ação da palavra na análise, temos de aprender melhor o conceito de enunciado performativo, quer dizer, alcançar a dimensão de fato no dito, de tal maneira que não se sustenta mais a distinção entre significante e ato. Significante é ato. Não se sustenta mais a diferença entre discurso e ato. Discurso é ato. [...] No universo do falasser, o que não é dito não é percebido. Para ser percebido, é preciso ser nomeado. O que não é nomeável pertence à dimensão do real, do indizível, do inefável. Nomear significa colocar o dito fato na dimensão do simbólico (Gerbase, ano, p. 15)

Se há uma razão para a vinda do analisante é exatamente o seu sofrimento, seja na forma de inibição, sintoma ou angústia. Chegar ao analista com alguma questão ou algo a ser dito em relação aos seus modos de sofrimento trata-se, portanto, de uma condição esperada e da qual é possível de ser considerada como uma convenção, uma convenção clínica, no caso, e que a psicanálise não prescinde por ser propriamente uma prática da fala. Porém, qual é o estatuto desta convenção? Seria aos moldes pragmáticos? Ou o sujeito já é derivado menos de um contexto e mais de um texto no qual é o seu inconsciente?

Após essa introdução e problematização, os capítulos a seguir tratarão do percurso dos problemas que surgem com as especulações austinianas, atravessando as críticas pós-estruturalistas e adentrando a adesão de alguns psicanalistas às teses pragmáticas e pragmatistas. Entregar possíveis respostas para as questões acima depende, paradoxalmente, da contextualização teórico-conceitual de algumas décadas de debate sobre a performatividade.

## 1.0. EM TORNO DO SENTIDO PRAGMÁTICO DO PERFORMATIVO: AUSTIN E SEUS COMENTADORES

A despeito do antigo interesse pela dimensão ativa e demiúrgica da linguagem, que se encontra formulada tanto no âmbito da cultura, da filosofia, das religiões etc., pode-se afirmar que é especialmente no contexto das pesquisas filosóficas e linguísticas do século passado que essa mesma dimensão pôde ser metodológica e conceitualmente isolada. Teóricos e comentadores afirmam que é a partir dos trabalhos de John L. Austin (1961, 1966/1992), especialmente em sua teoria dos atos de fala, que se cunhou a noção de *performativo* para designar, dentro dos estudos da linguagem, essa tessitura operativa e retórica da experiência dos falantes.

Desde a sua introdução, o conceito de performance tem sido caracterizado por uma oscilação entre a determinação funcional e a fenomenal. A teoria dos atos de fala de Austin é uma tentativa de reconstrução sistemática da tese do jogo de linguagem de Wittgenstein – em particular da sua visão de que o significado dos enunciados linguísticos é determinado pelo seu uso. É claro que são possíveis formas de utilização convencionais e não convencionais muito diferentes. Em *How to do Things with Words*, Austin introduz o conceito de performance para descrever uma classe específica de usos da linguagem em que “procedimentos convencionais” são realizados ao pronunciar certas palavras. Por exemplo, quando o casal diz “sim” diante do escrivão ou de sua fórmula de execução: “Declaro-vos marido e mulher”. A provocação linguístico-filosófica dos enunciados performativos reside no fato de não possuírem condições de verdade lógico-semânticas. O seu significado não pode, portanto, ser determinado com referência ao seu valor de verdade, mas apenas com referência às condições para o seu sucesso. Isso muda os critérios linguístico-filosóficos para a atribuição de significado (Krämer, 2017, p. 10).

As especulações austinianas propuseram rapidamente que o performativo fosse mais do que um tipo linguístico de enunciado ou mesmo um nome mais técnico para o componente que atestaria o aspecto pragmático do signo, como anteriormente postulado pelo pragmaticismo de Charles S. Peirce. A empreitada é abrangente e propõe não apenas uma noção, mas uma forma de análise e de compreender, a partir da filosofia da linguagem, os fenômenos linguísticos, considerando-os mais enquanto atos e contextos na produção de significação do que estrutura sintática e lógica.

É com Austin que a abordagem pragmática é exercida mais livremente. Falar é agir e, em especial, na teoria dos atos de fala, [...] a função representativa da linguagem desaparece para, no lugar, haver o exercício de sua potência de intervenção sobre os fatos. A preocupação com as circunstâncias extralinguísticas incluídas no processo de determinação do sentido ganha a cena. A potência de realização do dizer é determinada no exterior do universo da linguagem, nas condições onde o dizer se realiza. Passa-se a analisar, portanto, a enunciação, o ato de dizer, e não a pura sentença ou frase isolada (Frreira, Bezerra Jr. & Tedesco, 2008, p. 21).

Apresenta-se neste capítulo o que vem a ser o paradigma performativo da linguagem a partir de um debate em torno de Austin e dos seus encaminhamentos teóricos empreendidos por outros autores, em especial no que tange à forma como a dimensão semântica e proposicional fica desinserida pelo ato de fala em meio às especulações austinianas e, posteriormente, é reinserida a ele a partir da teoria de John Searle. Será visto que, entre comentadores contemporâneos, encontram nesse âmbito não apenas uma distinção teórica, mas um embate filosófico e linguístico. Dessa forma, considerando-se os seguintes escopos: a) a teoria dos atos de fala como pressuposta superação do positivismo lógico; b) sua posterior reabilitação nos âmbitos de projetos teóricos com premissas racionalistas, convencionalistas e consciencialistas e; c) as razões pelas quais uma noção psicanalítica de performatividade furtaria-se de abordagens intelectualistas.

De modo geral, neste momento da tese, trataremos do conjunto de pressupostos e formalizações que fundamentam as dimensões de ato e contexto e para as quais se dirigiram as críticas desconstrutivistas que serão debatidas no segundo capítulo.

### **1.1. Linguagem enquanto ato de fala**

Em seu principal e mais conhecido trabalho, *How to do things with words* (Austin, 1962) – versão brasileira, *Quando dizer é fazer* (1992) –, encontra-se postumamente transcritas boa parte das conferências de Austin em um formato que muito se assemelha a um ensaio teórico. Seu outro conhecido trabalho, *Philosophical Papers* (1961), também uma publicação póstuma, reúne artigos que não apenas trazem as pressuposições contidas em suas conferências, mas também reflexões filosóficas mais abrangentes. Entre seus dois trabalhos, o que pode ser considerado como sua principal tese é a reflexão de que as melhores conclusões acerca da natureza da linguagem obtêm-se com a filosofia que se debruça naquilo que os falantes efetivamente realizam quando se interpelam, no interior mesmo da pragmática que se dá por atos e contextos, deixando de se deter apenas na delimitação dos aspectos sintáticos e lógico-positivos dos enunciados proposicionais.

A principal meta do empreendimento de Austin é oferecer uma argumentação para a perspectiva de que qualquer sentença ou declaração é, antes de tudo, um proferimento, ou seja, um dizer que se dá por condições e finalidades práticas. Para tanto, cunha-se o termo “performativo”. Os enunciados em geral tendem a ser compreendidos como uma descrição do real, a partir de um exercício cognitivo da função constativa da linguagem, porém, segundo a

argumentação austiniana, isso não seria possível sem um fundamento performativo, sem condições de possibilidade, ou contexto, para que a linguagem possa agir para dar lugar a esse próprio enunciado na realidade. Trata-se, em linhas gerais, da linguagem ordinária.

Sentenças e proferimentos, em geral, costumam atender à função constativa e serem marcados pelo que Austin (1994, p. 123) chama de “fetiche verdadeiro/falso”. No entanto – e aqui reside o ponto nevrálgico do problema –, tais atos, a princípio, sempre necessitam de determinadas circunstâncias, contextos e convenções ou situações de fala nas quais os falantes se fazem comprometidos.

O primeiro problema levantado em *Quando dizer é fazer* (1990, pp. 21-22) relaciona-se diretamente com o método filosófico, a forma como a própria filosofia, no entendimento do autor, estaria excessivamente atada às formulações e às análises de sentenças do tipo constativas. Buscar compreender como afirmações verdadeiras são formadas, a lógica subjacente a elas, como devem se corresponder e se vincular à realidade externa e empírica, ou mesmo metafísica, para que possam, enfim, constituírem-se enquanto proferimentos científicos e filosóficos verdadeiros, essa empreitada é um tipo de tarefa que deverá sofrer uma importante crítica. Trata-se de um diagnóstico que se dirige primeiramente à conjuntura própria à filosofia anglo-saxã de sua época, herdeira do positivismo lógico e que, segundo esse autor, estava detida em uma “falácia descritiva” (Austin, 2000, p. 23). A linguagem seria, para o descritivismo criticado por Austin, apenas um instrumento lógico e cientificizado para se articular enunciado, sentido e referência dentro de um paradigma essencialmente empírico. Haveria, dentro desse paradigma, pouco o que se considerar a respeito da linguagem ordinária, ou seja, do seu uso efetivo nas mais variadas dinâmicas sociais, de modo que uma compreensão filosófica da linguagem fica deveras limitada.

É ao considerar a existência de declarações que nem sempre são proposições factuais, mas são proferimentos éticos, no sentido de implicarem o próprio falante em determinado contexto, que Austin passa a identificar a existência de enunciados que serão chamados de *performativos*.

Um performativo se realiza em relação com as “circunstâncias em que a declaração foi feita”, na atenção às “restrições” às quais está sujeito e na “maneira” como deve ser recebido (Austin, 1990, p.23), ou seja, por se articular a um determinado contexto e se remeter a determinadas convenções que formam a dimensão social na qual tal ação está implicada. A linguagem ordinária é explicitação própria do performativo que Austin lança mão para questionar criticamente a tarefa filosófica clássica.

A distinção dos enunciados em sentenças constatativas e sentenças performativas – também simplesmente denominadas de *constatativos* e *performativos* – é preliminar. Essa distinção, que será pelo próprio Austin posteriormente problematizada, possibilita um isolamento provisório do conceito para que ele seja melhor analisado.

Como veremos, o autor primeiramente prioriza a análise de *performativos explícitos*, exemplos que evidenciam e transparecem a recorrente proeminência desse tipo de enunciado na linguagem ordinária, em especial em situações de importantes convenções, formalidades e ritualizações, para posteriormente evidenciar a presença dos *performativos implícitos*.

Em geral, os performativos explícitos contêm verbos na primeira pessoa do singular do presente do indicativo da voz ativa. Os seguintes exemplos conhecidos nos textos de Austin, que expressam muito bem esse tipo de sentença, são: a) “aceito esta mulher como minha legítima esposa”; b) “batizo este navio com o nome de *Rainha Elisabeth*”; c) “Lego a meu irmão este relógio”; d) “aposto cem cruzados como vai chover amanhã” (Austin, 1990, p.24).

Como facilmente se compreende, tais enunciados baseiam-se em formas sentenciais que costumam ser proferidas em situações que proporcionam e requerem falas postas em ato. Trata-se de ações dos falantes que são sucedidas pela legitimidade que carregam contextual e convencionalmente. No entanto, se uma determinada doutrina da verdade adota critérios para validar ou invalidar uma sentença, julgar um proferimento, um discurso etc. enquanto verdadeiros ou falsos em relação a uma realidade objetiva, Austin busca evidenciar que um performativo não se efetiva sem outras séries de critérios próprios e que, de certa forma, desprendem-se de um discurso da verdade. Esses critérios, por sua vez, são princípios mais gerais das convenções entre falantes que possibilitam que uma fala passe a ser considerada um ato, ou seja, que determinadas palavras não sejam apenas sons ou representações, sintática e semanticamente fundadas, mas que tenham a força de realizar uma ação.

Não basta que se profira certas palavras que formam uma frase tal como “aceito essa mulher como minha legítima esposa” para que alguém se case. São necessárias condições para que tal proferimento seja a realização de um ato de casamento. São as convenções, ou seja, circunstâncias e contextos convencionalmente aceitos e apropriados, sejam eles provisórios ou institucionalizados, que formam a densidade prática necessária para que alguém, em uma situação de casamento, seja considerado casado após proferir a famosa fórmula aguardada em ser pronunciada pelos noivos. Exemplos: estar diante de um juiz ou sacerdote; estar presente do início ao fim da cerimônia; ser legítima e reconhecidamente noivo ou noiva do par presente no altar ou na ocasião; estar diante de testemunhas, ser aceito por aquele ou aquela em seu pedido; no caso do casamento católico-cristão, não ser divorciado etc.; tais circunstâncias são

algumas das condições convencionais necessárias para efetivamente se casar, segundo a análise inicial de Austin.

Se as convenções determinam, a princípio, quais são as condições necessárias para que um performativo suceda-se, ou seja, quais são os princípios gerais para que uma fala seja considerada um ato, o não atendimento dessas condições levam aos chamados *atos malogrados ou infelizes*. Um aspecto conhecido do empreendimento austiniano, e que ocupa boa parte das especulações de *Quando dizer é fazer*, é o trabalho de evidenciar, compreender e sistematizar situações em que um ato é infeliz, isto é, quando falhas ocorrerem em sua realização devido algum tipo de abuso ou transgressão de princípios e regras explícitas ou tácitas (Austin, 1994, p. 31). Essa empreitada forma a chamada “*doutrina das infelicidades*”.

Primeiro, Austin considera provisoriamente seis princípios gerais para que um “proferimento performativo desenvolvido e explícito” suceda-se (Austin, 1990, p. 30-31): A.1) procedimento convencionalmente aceito; A.2) pessoas e circunstâncias adequadas à convenção; B.1) procedimento devidamente executado pelos participantes; B.2) de forma completa; Γ.1) existência de intenções e pensamentos correspondentes à conduta e, Γ.2) participantes que se correspondem a essa forma.

A distinção entre condições nos tipos A e B (letras latinas) e Γ (letra grega *gama*) refere-se a dois índices de malogro do performativo. A não atenção às condições representadas pela dupla A e B geram *desacertos*, ou seja, torna *nulo* o proferimento exatamente por ter sido incorretamente invocado e executado, a despeito da intenção ou da sinceridade de quem pretendeu executá-lo. Já o não cumprimento do terceiro tipo de condições, Γ, reverbera distintamente daquelas de A e B que, por sua vez, valem-se da convencionalidade intrínseca ao performativo. O malogro para o tipo Γ configura um *abuso*, o que torna *vazio* o ato proferido (Austin, 1990, p. 32).

Uma das formas de ilustrar a potencial nulidade do ato é trazer à discussão as linguagens teatrais e poéticas que, segundo Austin, consistem em “formas parasitárias” em relação ao dito uso normal da linguagem:

[...] os performativos enquanto proferimentos herdam também outros tipos de males que infectam todo e qualquer proferimento. Estes, porém, embora possam ser enquadrados em uma regra mais geral, foram, no momento, deliberadamente excluídos. O que quero dizer é o seguinte: um proferimento performativo será, digamos, sempre *vazio* ou *nulo* de uma maneira peculiar, se dito por um ator no palco, ou se introduzido em um poema, ou falado em um solilóquio, etc. De modo singular, isso vale para todo e qualquer proferimento, pois trata-se de uma mudança de rumo em circunstâncias especiais. Compreensivelmente a linguagem, em tais circunstâncias, não é levada a sério, mas de forma parasitária em relação ao seu uso normal, forma esta que se inclui na doutrina do estiolamento da linguagem. Tudo isso

fica excluído de nossas considerações. Nossos proferimentos performativos, felizes ou não, devem ser entendidos como ocorrendo em circunstâncias ordinárias (Austin, 1990, p. 36)

Tal concepção acerca de um uso parasitário ou esvaziado da linguagem pode ser tida como uma das mais problemáticas teoricamente e que trouxe grandes consequências ao debate filosófico sobre a noção de performativo. A princípio, tratar-se-ia de uma decisão teórica polêmica que, em nome de um método filosófico, desconsiderar-se-ia ou se deixaria em segundo plano as linguagens teatral e poética, destituindo-as de qualquer índice de seriedade por serem eminentemente anuláveis do ponto de vista performativo e pragmático. Vale ressaltar também que Austin, ao menos em uma primeira leitura, parece evitar qualquer especulação acerca de uma *teatralidade da linguagem*, como observa Judith Butler (1988), e que será examinado posteriormente nessa primeira parte da tese.

No mesmo conjunto de conferências de *Quando dizer é fazer* (Austin, 1990, p. 101), a prevalência da performatividade nos exemplos analisados por Austin o leva a formular as três dimensões que servirão de extenso debate posterior. Todo ato de fala dá-se pela articulação de *ato locucionário, ato ilocucionário e ato perlocucionário*.

O ato locucionário consiste na dimensão linguística propriamente dita, isto é, nas palavras e sentenças empregadas, dotadas de sentido e referência e de acordo com regras gramaticais. O ato ilocucionário, que é o núcleo do ato de fala, tem como aspecto fundamental a força ilocucionária, marcada pelo performativo propriamente dito, que constitui o tipo de ato realizado. [...] Pode-se dizer, por conseguinte, que a realização de um ato de fala com uma determinada força vai além de seus elementos linguísticos propriamente ditos, das palavras proferidas. O ato perlocucionário, que tem recebido menos atenção dos especialistas, foi definido por Austin como caracterizado pelas "consequências do ato em relação aos sentimentos, pensamentos e ações da audiência, ou do falante, ou de outras pessoas, e pode ter sido realizado com o objetivo, intenção ou propósito de gerar essas consequências (Marcondes, 2017, p. 70-71)

Como dito acima, para uma análise pragmática, a existência da dimensão ilocucionária indica que não basta o proferimento de palavras para que algo seja feito e se realize. Adentra-se, portanto, a debatida perspectiva, que pôde ser colocada na introdução desta atual tese, de que não há *ato* que não se relacione a um *contexto*. Pressupõe-se, portanto, condições extralinguísticas para a realização dos atos. Não apenas os elementos linguísticos em sua articulação com supostas intenções do falante, mas especialmente convenções sociais, em um espectro entre formalidade e informalidade, que possibilitam condições de satisfação para o sucesso ou fracasso de um ato de fala.

As convenções são de natureza social e podem ser mais formais, por exemplo no caso de um tribunal, ou informais, no caso de um grupo de amigos que discute o resultado

da final de um campeonato de futebol. Em ambas as situações as convenções estão presentes e os falantes seguem regras, normas, procedimentos habituais que possuem graus variados de formalidade, mas que compõem sua forma de conduta enquanto elementos básicos do contexto de realização dos atos (Marcondes, 2017, p. 55).

Após formular as três dimensões do ato, Austin propõe que a análise performativa deve considerar o ato de fala total, uma noção que é posta ao compreender que houve em sua teoria uma superação da distinção constativo/performativo e até mesmo da dicotomia entre dimensão de verdade e de felicidade, que não se sustentaria. Declarações e descrições, segundo ele, “são apenas dois nomes, dentre muitos, que designam atos ilocucionários; não ocupam uma posição *sui generis*” (Austin, 1990. p. 121). Em suma, a função representativa e constativa, que depende do sentido e da referência, é superada.

A teoria austiniana culmina nessa suspensão da semântica em função de uma referência quando as três dimensões do ato de fala e as classes de forças ilocucionárias são formuladas. No entanto, por se tratar muito mais de uma série de especulações com várias questões em aberto, como o próprio Austin admite, aqueles que deram continuidade a essas investigações, sendo John Searle o mais conhecido desses, puderam dar outros direcionamentos. No caso de Searle, em sua *Taxonomia dos atos ilocucionários* (Searle, 2002 [1979]), pretende-se uma espécie de tratamento teórico às supostas lacunas e falhas da teoria dos atos de fala, de modo, inclusive, a implementar uma proposta de retorno à dimensão proposicional semântica como chave para a compreensão da efetivação das forças ilocucionárias, assim como uma tentativa de identificar o maior número possível de modos de convenções enquanto *contextos* determinantes para os diferentes tipos de atos de fala.

Poder-se-ia formular que em Austin o que é principalmente investigado é o modo como a dimensão do *ato* – enunciação – adquire do *contexto* a força para que de um dizer ocorra um fazer, mesmo a despeito da noção da verdade da adequação semântica dos enunciados às referências empíricas. Searle vê nisso um problema teórico, índice de inacabamento do projeto teórico austiniano. Sua proposta é compreender a performatividade enquanto ato ilocucionário capaz de unir força e proposição, “apresentando uma taxonomia racional dos tipos de atos de fala e a relação entre os significados das sentenças e os contextos em que elas se expressam” (Searle, 2002/1979, p. 2).

## 1.2. O convencionalismo em John Searle: a reinserção da semântica

Pode-se afirmar que o filósofo americano John Searle, conhecido por ser um dos principais herdeiros da teoria dos atos de fala de Austin – inclusive por ter sido seu aluno –, é

um dos que melhor representa a tendência racionalista e convencionalista da performatividade. Tal perspectiva considera que a linguagem, na sua tarefa de significação, realiza-se seguindo um sistema universal de classes de enunciados e suas respectivas regras sintáticas e pragmáticas pelas quais os falantes, enquanto competentes no uso racional da fala, devem atualizar em situações de conversação. Ainda em relação aos falantes, há em Searle o delineamento de uma noção de subjetividade sobremaneira focalizada enquanto agente da comunicação, competente racionalmente a fazer uso dos sistemas dos quais dependem seus atos de fala, atendendo assim as suas necessidades linguísticas nas relações sociais. Vejamos melhor:

Uma das premissas da abordagem de Searle é a afirmação de que a investigação em torno do funcionamento da linguagem não é um problema linguístico – o que permite passar do som ao significado e do significado ao som –, mas se trata de saber de que forma e a partir de quais conhecimentos os falantes são capazes de tornar os sons atos ilocucionários e, desse modo, produzir significação. O filósofo parte do princípio de que o ato de fala é a menor unidade gramatical da comunicação humana, abordando tanto a dimensão semântica quanto pragmática, ou seja, o conteúdo proposicional e a função ilocucionária.

A teoria de atos de fala não é um apêndice de nossa teoria da linguagem, algo a ser consignado ao reino da “pragmática”, do desempenho; na verdade, a teoria dos atos de fala necessariamente ocupará um lugar central em nossa gramática, já que incluirá tudo o que se costumava chamar de semântica, tão bem quanto o que se costumava chamar de pragmática (Searle, 1979/1995, p. 277).

A noção de contexto, um dos objetos desta atual pesquisa, pode ser compreendida em Searle abarcando tanto o conteúdo proposicional, ou seja, os aspectos da referência e da predicação, quanto a força ilocucionária. Essa última, por sua vez, e como comenta Krämer (2017, p. 60), refere-se ao papel que o falante pretende fazer com o enunciado de uma frase em determinada situação, ou seja, se ele está fazendo uma afirmação, pergunta ou promessa. Ambos os componentes, conteúdo e força, estão imbuídos no ato de fala. Pode-se afirmar, portanto, que a abordagem searleana busca integrar o ato constativo, como compreendido por Austin, no âmbito do ato performativo, ou seja, fazer com que a dimensão semântica, referencial e predicativa, própria ao entendimento representacional da linguagem, esteja estipulada no próprio âmbito da performatividade: “Os atos ilocucionários e proposicionais caracterizam-se pelo fato de as palavras serem pronunciadas no contexto de uma frase em determinados contextos, sob certas condições e com certas intenções (Searle, 1974, p. 41).

Em Searle, o significado do ato de fala não é a soma do significado semântico da frase, que está conectado ao conteúdo proposicional, e do significado pragmático do enunciado, que está enraizado na função ilocucionária. Como comenta Krämer (2017), a proposta de Searle

sobre o conteúdo proposicional é uma crítica ao discurso usual que toma proposição e função ou força ilocucionária como espécies de entidades independentes. O conteúdo proposicional é dependente de sua incorporação nos atos ilocucionários – a pragmática engloba a semântica –, e é somente no decurso dessa determinação funcional ilocucionária que o conteúdo proposicional adquire significado – ou seja, a existência de quaisquer possibilidades de que atos de fala tenham significados advém exatamente de que o sentido dá-se no uso. “A semântica”, portanto, “não é aumentada pela pragmática, mas vice-versa: a própria semântica é pragmatizada” (Krämer, 2017, p. 63).

Para a teoria dos atos de fala a partir da leitura realizada por Searle, o falante e o ouvinte detêm conhecimentos sobre convenções contextuais e regras preparatórias que possibilitam o ato ilocucionário, ou seja, “informações factuais de base e capacidades gerais de racionalidade e inferência [...] ouvinte e falante dispõem desses traços da competência linguística e cognitiva” (Searle, 2010, p. 231). Desse modo, há um delineamento de uma subjetividade marcada por uma filosofia que põe em primeiro plano a consciência e a capacidade cognitiva, o que levou Searle posteriormente a se dedicar especialmente a levantar novos problemas no âmbito da chamada filosofia da mente, em obras como *Redescoberta da mente* (2006), *Consciência e linguagem* (2010) etc.

A posição teórica searleana é frontalmente antiestrutural. A forma como ele prossegue na fundamentação do projeto austiniano é frisando ainda mais o lugar do sujeito racional no reconhecimento das regras proposicionais e da força ilocucionária dos enunciados como condição para o ato de fala. Vale ressaltar que se trata de uma abordagem da teoria austiniana que, dada a existência de infelicidades, tais como desacertos e abusos, alega que não haveria alguma perspectiva interessante ao se considerar os usos e efeitos da linguagem que extrapolam o convencionalismo pragmático na relação entre os falantes, ou seja, da repercussão performativa da enunciação entre os falantes para além dos enunciados.

Um aspecto importante é que em Searle a linguagem performativa não estaria assentada e prevista em uma estrutura sintática, como formulada, por exemplo, pela linguística em Benveniste – como será tematizado no próximo capítulo –, mas se realiza na interpelação e na competência linguística e cognitiva do falante e do ouvinte. O falante, o ouvinte e o ato não são, portanto, categorias sintáticas. São as categorias sintáticas que, por sua vez, fazem referência ao falante, ao ouvinte e ao ato, que para Searle tratam das condições concretas e reais na qual a linguagem humana realiza-se.

Nota: Não há necessidade de postular um *I*, um *you* ou um verbo, nem no ar nem na estrutura profunda, pois já existe uma motivação independente para a crença de que, na situação

discursiva, há falantes, ouvintes e atos de fala, e esses elementos que se faz referência no enunciado das regras sintáticas relevantes (Searle, 1979/2002, p. 262).

Em seu livro *Expressão e significado* ([1979], 2002), um dos seus principais no tocante aos atos de fala, Searle (p. 2) pressupõe “uma distinção entre a força ilocucionária de uma emissão e seu conteúdo proposicional, assim simbolizada”.

$$F(p)$$

Desse modo, ato de fala passa a ser formulado considerando que há uma combinação de uma proposição,  $p$ , e uma força ilocucionária,  $f$ . Por  $p$  fica determinado o conteúdo, a dimensão semântica, “que estabelece sua relação com os fatos no mundo, podendo, portanto, ser verdadeira ou falsa” (Marcondes, 2017, p 77); e por  $f$  indica-se a força ilocucionária que deve ser acrescentada à proposição, realizando, por fim, o ato de fala.

Se Austin propôs uma taxonomia dos atos ilocucionários a partir de categorias provisórias elencadas nos tipos gerais – *veredictivos, exercitivos, compromissivos ou comissivos, comportamentais e expositivos* –, Searle argumenta que esses mesmos tipos, dados em função de  $F(p)$ , teriam que ser revistos e substituídos por cinco outros tipos, quais sejam: *assertivo, compromissivo, diretivo, expressivo e declarativo*. Além de uma reconfiguração da dimensão ilocucionário, Searle define sete componentes: *objetivo ilocucionário; grau de força do objetivo ilocucionário; modo de realização; condição do conteúdo proposicional; condição preparatória; condição de sinceridade e grau de força da condição de sinceridade*.

É perceptível que em Searle há o encaminhamento distinto, em larga medida racionalista, por uma tentativa exaustiva, como sua obra demonstra, de coincidir a linguagem performativa com a constativa a partir de uma inclusão da lógica proposicional. Há entre alguns comentadores importantes da teoria dos atos de fala, como Danilo Marcondes (2017), Kanavillil Rajagopalan (2010) etc., o consenso de que esse teórico realizou um distanciamento do que havia de mais original na proposta de Austin. Marcondes, por exemplo, afirma que o projeto de uma análise do ato de fala total acabou se perdendo com Searle e seu colaborador e Daniel Vanderveken, especialmente ao se considerar que nas observações finais da 12ª Conferência de *How to do things...* Perde-se de vista o “ato de fala total” que, como afirma Austin (1962, p .121), trata-se do “ato de fala total na situação de fala total [...] único fenômeno real que, em última análise, pretendemos elucidar”.

Do que se trata e como se analisa, afinal, o *ato de fala total*. Para Marcondes, o ato de fala total apenas pode ser analisado por uma perspectiva nitidamente pragmática, desvencilhada da lógica proposicional e da categoria da verdade:

Proponho considerar o ato de fala total mencionado por Austin na 12ª conferência como tendo as seguintes características [...]: 1. *Condições de possibilidade*, isto é, convenções, regras e normas que torna o ato possível, incluindo definições do que compõe um contexto adequado; 2. O efetivo *proferimento* das fórmulas e expressões linguísticas, incluindo a linguagem não verbal (gestos, usos de símbolos); 3. Os efeitos e as consequências que decorrem desse proferimento nessas circunstâncias e que podem tornar o ato bem-sucedido ou não (Marcondes, 2017, p. 74-75)

A pragmática dessa análise reside em considerar propriamente a utilização da linguagem em ato, contrastando as condições de possibilidade com as consequências, sucedidas ou não, sem necessariamente se deter de que forma o falante realizou a articulação entre conteúdo semântico proposicional e força ilocucionária, como estipula Searle.

Essas e outras possíveis acepções das especulações de Austin (2017, p. 68), segundo Marcondes, “ênfatisa a necessidade de aplicar a teoria a problemas filosóficos”. Segundo esse mesmo autor brasileiro:

A Teoria dos Atos de Fala se desenvolveu em duas direções que se afastaram do objetivo primordial de seu criador. Por um lado, dando origem a uma análise formal da linguagem; por outro, influenciando a linguística, em especial a aplicada, sendo ainda adotada pelas ciências humanas e sociais. Assim, conceitos como performativo e força ilocucionária tornaram-se correntes em linguística, psicologia, ciências sociais e teoria da comunicação [...] É particularmente relevante, por exemplo, a influência dessa teoria em historiadores contemporâneos (ver Q. Skinner, "Social meaning and the explanation of social action", in *Philosophy, Politics and Society*), assim como na psicanálise (ver S. Felman, *Le scandale du corps parlant*). Mais recentemente, J. Butler alertou, em *Excitable Speech*, para os usos performativos da linguagem em casos de agressão verbal (hate speech) e de veiculação de preconceitos (Marcondes, 2017, p. 69).

Rajagopalan (2010, p. 12) considera “espantosa” a divulgação nos meios filosóficos e linguísticos, especialmente em livros introdutório, da opinião de que Searle seria o principal representante e aperfeiçoador do pensamento de Austin, como se o primeiro fosse o “fiel intérprete” de seu mestre.

A proposta de Sybille Krämer de situar Austin fora do “modelo de dois mundos”, como comentado na introdução desta tese, corrobora com a ideia de que a consideração da existência dos atos mal sucedidos ou infelizes é central para as especulações de Austin em *Quando dizer é fazer* (1990), e não somente uma exceção à regra. A própria possibilidade de falhar é em larga medida constitutiva dos performativos.

## 2.0. CRÍTICA E DESCONSTRUÇÃO DO PERFORMATIVO: DISCURSIVIDADE, SIGNIFICANTIZAÇÃO E CORPORIZAÇÃO

A teoria da performatividade, como ancorada nas propostas de John Austin, e na forma como Searle a aborda, não se tornou apenas tema de discussão teórico-conceitual no âmbito de uma filosofia ou linguística interessada nos fenômenos da linguagem por um viés pragmático. Como proposto por Uwe Wirth, especialmente na apresentação de sua coletânea de artigos editados pelo próprio autor: *Performanz – zwischen Sprachphilosophie und Kulturwissenschaften* (2015); o conceito de performatividade habita um campo de tensão entre ilocução, iteração e indexicalidade.

Trata-se de uma tensão, dado a distinção veemente entre essas três dimensões, que foi animada especialmente por debates que circularam entre diferentes sistemas conceituais de pressupostos epistêmicos distintos que, segundo Wirth (2015), podem ser elencados da seguinte forma: a) abordagem do conceito de performativo a partir da filosofia da linguagem; b) crítica desconstrutivista; c) descoberta do performativo através dos estudos culturais. Neste capítulo, pretende-se apresentar e debater de que forma a segunda e a terceira abordagem foram desdobradas a partir da primeira. Em suma, e mais conceitualmente, como a noção de performatividade, abordada na teoria dos atos de fala cunhada por Austin, foi criticada, tratada e transformada. O saldo disso interessa a esta pesquisa pois a forma como a performatividade é esquadrihada pode interessar, ou não, assim como se articular, ou não, com o que se é possível pensar como sendo a performatividade para a teoria psicanalítica, especialmente a lacaniana.

Nesta argumentação, primeiramente há a abordagem filosófica do conceito que parte, como visto no capítulo anterior, das especulações e forjamentos teóricos de Austin. Lança-se mão de ideias fundamentais como, por exemplo, a distinção entre constatativos e performativos e sua posterior superação ao se propor a noção de ato de fala; a substituição do sentido da verdade de um enunciado por condições de sucesso, ou felicidade, dos performativos; a superação da referência extralinguística como condição imprescindível à linguagem para se valorizar a característica autorreferencial de todos os performativos – ou seja, eles fazem o que eles enunciam – que, por sua vez, também dependem do conhecimento que os falantes devem assumir em relação às suas intenções e às condições e contextos que possibilitam que os enunciados não sejam apenas locuções, mas adquiram força ilocucionária e se sucedam e tenham efeitos, evitando, portanto, infelicidade, esvaziamento e nulidade. Ato, contexto e

sucesso, portanto, são três noções demarcadoras do que seria uma abordagem originária no debate contemporâneo sobre performatividade.

Além disso, pode-se acrescentar a essa abordagem uma distinção que fica propriamente distinguida na proposta da abordagem gramatical universal de Noam Chomsky. Se a noção de performatividade aborda o que, de modo geral, pode-se dizer ser a linguagem em desempenho, ela não seria possível, dentro de certos pressupostos, sem a existência da competência linguística do falante, ou seja, dos conhecimentos e de um sistema inato de processos generativos. Como comenta Krämer (2017, p. 43), a partir de Chomsky, linguagem, gramática e competência são termos que se equivalem, equalização que se distancia do que seria uma idealização da linguagem e se assentaria na capacidade mental e de uma gramática interna na qual um falante pode ter capacidade. Idealiza-se, então, a busca por um órgão da linguagem. Mais detalhes da abordagem de Chomsky não serão tratados nesta pesquisa, porém é em larga medida reconhecida pela perspectiva de Searle sobre os atos de fala que pressupõe que entre as locuções e a realização ilocucionária das falas está presente a capacidade linguística, racional e cognitiva do falante de articulação de suas intenções ao reconhecimento dos contextos.

Jürgen Habermas e Karl-Otto Apel, dois filósofos alemães que também se filiam à abordagem filosófica e racionalista em questão, propõem, em larga medida, articular a teoria dos atos de fala à perspectiva de um agir comunicativo que, no âmbito de uma pragmática, seja transcendental (Apel) ou universal (Habermas), põe o sucesso dos atos ilocucionários em perspectiva dos processos de reivindicação de reconhecimento e validação nos quais os falantes estão envolvidos na vida social. Como nesta pesquisa não se tem propriamente o campo das relações sociais na esfera pública como objeto, a forma como Habermas e Apel encaminharam o debate fica como uma breve ilustração de como a abordagem filosófica da performatividade visa especialmente a fundamentação de uma universalização da pragmática.

Neste capítulo, busca-se esquadrihar algumas linhas de raciocínio e argumentação que possibilitam que uma abordagem universal pragmática que generaliza a performatividade dos atos de fala é passível a: a) um tratamento linguístico que, por sua vez, adequaria ao âmbito de uma lógica da enunciação mais estruturalista do que pragmática, como realizado por Émile Benveniste; b) uma leitura crítica, pós-estruturalista e desconstrutivista, especificamente a que dilui a oposição entre fala e escrita, ao ponto de reconhecer a prevalência grafemática e gramatológica e destituir a hegemonia da voz e da fala como fenômenos centrais à linguagem, como postulado por Jacques Derrida.

Além desse itinerário, na conclusão deste capítulo propõe-se que, a despeito do que se empenhou na compreensão fenomenológica dos atos performativos como abrangendo também

a dimensão de gênero e sua inscrição nos corpos, o saldo teórico seja posto em perspectiva da psicanálise.

### **2.1. Ato de fala: seu enquadre linguístico em Benveniste e a não generalização da performatividade**

Émile Benveniste, em seu *Problemas de linguística geral I* (1991, p. 294), pôde reconhecer a pertinência para a linguística do que foi levantado pela análise performativa. Em seu artigo "A filosofia analítica e a linguagem", ele se refere às repercussões que um importante relatório exerceu sobre muitos linguistas da época – o *Cahiers de Royaumont, Philosophie No. IV, La Philosophie Analytique*, publicado pela Les Editions de Minuit em 1961, que foi o registro do colóquio anglo-francês ocorrido em Royaumont, França, em 1958.

Segundo o que a atual pesquisa pôde levantar, nesse relatório estaria contido, inclusive, o texto que John Austin teria pessoalmente apresentado no evento, "Performatif-Constatatif". Tal escrito foi republicado posteriormente com o título de "Performative Utterances" em seu *Philosophical Papers* (1979/1960).

O linguista francês questiona duas considerações caras a Austin, quais sejam: a) que atos performativos, por valerem-se muito mais das condições pragmáticas, não necessitam e podem ocorrer independente de critérios gramaticais; e b) que a divisão constatativo/performativo pode ser abolida, ser desfeita, à medida em que se considera que, subjacente a qualquer tipo de enunciado, mesmo aqueles de asserção factual, há sempre uma espécie de força que torna necessariamente qualquer fala em um ato performativo.

Na primeira consideração problematizada por Benveniste, o argumento austiniano é basicamente apresentar que seria vã a busca por critérios gramaticais para classificar se um enunciado é performativo ou não, pois nas situações ordinárias de interpelação entre os falantes, sempre haveria uma quantidade grande de situações de fala em que os enunciados são indiretos e não se valem da necessidade de atender a critérios claros e definidos gramaticalmente, como aqueles de se falar explicitamente em 1º pessoa do singular, na voz ativa etc. Entonação, gestos e qualquer outro tipo de sinalização, segundo Austin, já portariam uma espécie de força performativa independentemente da atenção à gramática – a palavra cão, sozinha, por exemplo pode substituir todo um enunciado como "aviso-os de que o cão é bravo e vai atacá-los".

Na segunda consideração, a saber, a abolição da distinção entre constatativos e performativos, há um embasamento de capital importância e que pode ser considerado o núcleo central de toda perspectiva da teoria dos atos de fala. Trata-se da consideração acerca do ato de

promessa que, por sua vez, é o ato performativo por excelência e que evidencia o próprio modo de ser da linguagem.

Mesmo nas asserções factuais, como "X é P", residiria uma promessa subjacente, concernente ao pacto simbólico entre os falantes. O enunciador, ao falar, está dando a sua palavra, valendo-se de algum nível de autoridade para dizer determinada coisa (Austin, 1960, p. 99). "Minha palavra é meu penhor" (Austin, 1990), lema austiniano, que não se refere apenas ao que um ato de fala realiza, mas a um performativo mais fundamental do qual todos os outros derivam.

Benveniste problematiza ambas as considerações. Primeiramente, argumenta que os infundáveis exemplos de performativos que podem ser extraídos da vida social, sejam diretos ou indiretos, nada mais seriam do que fórmulas já banalizadas (Bom dia, bem-vindo, perdão etc.), e que mesmo muitas delas sendo claramente derivadas de atos performativos antigos, mais solenes e até mágicos, não caberia conceber a uma análise linguística exumá-las, mas fundamentalmente analisar o que é devidamente performativo a um enquadre social e linguisticamente normativo corrente. Quanto à dimensão fundamental da promessa, o linguista francês, portanto, simplesmente não atribui grande importância, haja vista que ao se dizer *eu juro*, sempre será um ato subjetivamente distinto ao se dizer na terceira pessoa, *ela jura* (Benveniste, 1991, 298). Segundo ele, um pode ser performativo, mas o outro proferimento continuará sendo constatativo. Tal posição pode ter sido inoportuna, pois como Austin bem argumenta, a dimensão da promessa, do valor simbólico da palavra, do ato de fala, é generalizada, está implicada mesmo ao se dizer "*ela jura*"<sup>6</sup>.

Partindo de suas críticas, Benveniste passa a oferecer o que pode ser um "tratamento linguístico" para o performativo. Segundo sua perspectiva, faz-se necessário que um performativo seja sempre, além de linguisticamente autorreferencial (exemplo: um juiz abre a sessão de julgamento porque diz que abre a sessão), um proferimento de autoridade (é dito por um juiz), uma propriedade única daquele que a profere (só um juiz pode iniciar uma sessão de julgamento) e uma nomeação do que está sendo feito e de seu agente (está sendo aberta a sessão pelo juiz, imbuído de sua autoridade jurídica em determinada instância). Benveniste foi, portanto, um dos primeiros autores a oferecerem um itinerário linguístico à noção de ato

---

<sup>6</sup> Esse tema é bastante trabalhado por Giorgio Agamben em "*O sacramento da linguagem – arqueologia do juramento*". O autor deste trabalho de pesquisa pretende melhor apresentá-lo em algum capítulo posterior. Isso se vincula bastante com as relações entre atos e ordem simbólica, algo que o próprio Lacan em seu seminário sobre o *Ato analítico* pôde refletir e, de certa forma, contrastar com o que ocorreria com o ato analítico.

performativo como proposto na teoria dos atos de fala, recusando qualquer tipo de especulação acerca de uma performatividade que não fosse gramatical e institucionalmente convencional.

Austin, ao contrário do que se pode pensar, em suas tentativas de criar classes de forças ilocucionárias convencionais, dá muito mais ênfase às infelicidades, aos azares, aos desacertos, apontando para uma espécie de performatividade à deriva, que extrapola os próprios enunciados, mas sem oferecer um enquadre final a esse problema. Para tanto, do ponto de vista da própria teorização, o filósofo inglês propõe para se compreender esse caráter fugidio, indireto e não explícito, algo como análise do “ato de fala total” (Austin, 1962/1990, p. 121), no sentido de considerar sempre o objeto de forma ampla e contextual, sem contornos delimitados, mas aberto a uma análise pragmática sempre particular e contingencial aos próprios fenômenos discursivos e linguísticos, como propõe o filósofo brasileiro Danilo Marcondes (2017, p. 114).

## **2.2. Crítica desconstrutivista do conceito de performatividade: a escrita como condição de possibilidade e impossibilidade do ato de fala**

Uma controvérsia importante nesta atual pesquisa teve lugar na história da filosofia ocidental, o debate Jacques Derrida e John Searle. A formulação de uma teoria geral dos atos de fala que recuperaria as questões sobre o valor proposicional dos enunciados e que parte de um viés racionalista, fortemente delineada por uma concepção do falante enquanto um agente racional, consciente e deliberativo em seus atos de performativos, é posto em perspectiva crítica por Derrida em dois textos famosos, *Signature Event Context* (1988/1972) e *Limited Inc a, b, c...* (1988/1977). O empreendimento de Austin e Searle passaria às vistas do projeto pós-estruturalista de conhecimento como desconstrução, proposta de Derrida de apontar para a dimensão da escritura enquanto lógica fundante e não suplementar à linguagem. Como apresentada em sua *Gramatologia* (2006/1967), trata-se de uma crítica ao fonocentrismo.

No ato performativo não há apenas o que se fala e a força que se extrairia de uma consensualidade, mas, enquanto signo, há algo de escritura nela contida, com características de iterabilidade (repetição, atualização em mais diversos contextos) e citacionalidade (possibilidade de estar em diversos contextos). Trata-se de um debate rico e com diversos detalhes e que, novamente, atualiza e pretende responder à questão acerca da origem e assentamento da força performativa, ou mesmo denegá-la.

O que se pode questionar a partir desse debate é de que forma a noção de ato perdura mesmo na implosão da noção de contexto e a destituição da intencionalidade enquanto centro

do qual se inicia os atos de fala. Será apresentado e debatido abaixo esse rol de problemas, de modo que possa ser refletido, não apenas como esse mesmo rol proporcionou um certo número de pressupostos teóricos para os estudos sobre a performatividade de gênero, especialmente no trabalho de Judith Butler, mas de que modo se diagramou as formas como se pensa e se conhece a performatividade, em seus alcances e limites. Desse modo, é possível questionar de que maneira esse debate pode vir a interessar à psicanálise para além da leitura desta última pelos estudos de gênero.

\* \* \*

Jacques Derrida é um dos nomes entre linguistas e filósofos que ganham importância notória nos destinos da discussão acerca da performatividade da linguagem. Uma das suas mais conhecidas incursões está apresentada especialmente nos seus artigos *Signature Event Context* (1988/1977) e *Limited Inc a, b, c...* (1988/1977), em que pôde inculcar a lógica da escritura, um tema bastante caro e desenvolvido em outras obras deste autor, enquanto um outro paradigma para se pensar a linguagem. Trata-se de uma reflexão produtora de um giro significativo no debate sobre a teoria dos atos de fala, especialmente ao apontar uma não sustentação da lógica ilocucionária por um viés unicamente racionalista e pragmático, desde o que foi proposto por Austin até o que foi empreendido nos trabalhos de John Searle.

Para Derrida, a dimensão da voz, que fundamenta todo e qualquer ato de fala em seu aspecto locucionário, passa a não se sustentar se a dimensão da escritura é posta em primeiro plano. A lógica da escritura supera a convencionalidade dos contextos pelos quais os atos se realizam. Porém, antes de analisar o que nesta tese se faz importante, cabe uma breve apresentação do pensamento do filósofo francês.

Desde cedo em seu trabalho filosófico, Derrida propõe uma crítica desconstrutivista ao chamado logocentrismo, empreendimento teórico encontrado em obras como *Gramatologia* (1967a) e *A escritura e a diferença* (1967b). Fundamenta essa crítica especialmente a partir do argumento segundo o qual as economias discursivas no pensamento ocidental estão marcadas pela articulação entre o *logos* (razão, discurso) e *phone* (som, voz) como via de garantir a “metafísica presença”. Tal metafísica condiciona o que poderíamos considerar como também sendo o lugar da consciência, da sua permanência contínua que se expressa e se caracteriza pela intenção e suas representações. Trata-se, argumenta Derrida (1967a, p. 13), da perspectiva de que o som da voz pela qual a fala se realiza vincula os símbolos que tanto representariam os

afetos quanto a razão pela qual a alma humana seria dotada, de modo a garantir sua permanente presença no discurso, dando sentido ao ser.

O pensamento aristotélico caracteriza a voz enquanto produtora de símbolos dada a sua proximidade essencial e imediata com a alma, refletindo-a. “Entre o ser e a alma, as coisas e as afecções, haveria uma relação de tradução ou de significação natural”, atribui Derrida ao logocentrismo com suas raízes aristotélicas (1967a, p 13.). A primeira das convenções humanas, a de que a linguagem falada refere-se de modo imediato à ordem da significação natural e universal. Portando um poder primordial, a voz, assim, seria a verdadeira produtora do significante, especialmente de um primeiro significante do qual os outros derivam.

Essa economia discursiva logocêntrica – que também pode ser chamada de fonologocêntrica – depende da realização de uma censura da dimensão da escritura, criando para tanto a exata oposição entre fala e escritura. Na história e no pensamento ocidental é delegada ao lugar de suplemento da fala a “extensão da fonografia e de todos os meios de conservar a linguagem falada, de fazê-la funcionar sem a presença do sujeito falante” (Derrida, 2006/1967a, p 12). Porém, o diagnóstico derridiano aponta para uma superação de tal paradigma que situa de forma secundária a escritura:

Já há algum tempo, com efeito, aqui e ali, por um gesto e por motivos profundamente necessários, dos quais seria mais fácil denunciar a degradação do que desvendar a origem, diz-se "linguagem" por ação, movimento, pensamento, reflexão, consciência, inconsciente, experiência, afetividade etc. Há, agora, a tendência a designar por "escritura" tudo isso e mais alguma coisa: não apenas os gestos físicos da inscrição literal, pictográfica ou ideográfica, mas também a totalidade do que a possibilita; e a seguir, além da face significante, até mesmo a face significada; e, a partir daí, tudo o que pode dar lugar a uma inscrição em geral, literal ou não, e mesmo que o que ela distribui no espaço não pertença à ordem da voz: cinematografia, coreografia, sem dúvida, mas também "escritura" pictural, musical, escultural etc. (Derrida, 2006/1967a, p. 10-11).

Como comenta Catherine Malabou<sup>7</sup>, Derrida em sua *Gramatologia* redefine a escrita ou escritura não mais em uma função de transcrição e complementariedade à fala, mas “como traço, lacuna imperceptível que desarticula a presença”, abrangendo todo o campo da linguagem, incluindo a própria fala.

O próprio Saussure mostrou que falar equivale a articular unidades sonoras e significativas, colocando em jogo as suas diferenças. Isto implica que nunca podemos dizer ou significar nada ao mesmo tempo, mas que cada afirmação é espaçada e temporalizada, e que esta diferença na articulação – como os silêncios na fala ou a pontuação nas palavras, na escrita – constitui a própria possibilidade da linguagem” (Malabou)

---

<sup>7</sup> <https://www.universalis.fr/encyclopedie/jacques-derrida/2-une-autre-definition-de-l-ecriture/>

O desconhecimento de que a linguagem não é fundamentalmente uma articulação à voz e à sonoridade, de modo geral, e de que a partir da noção de escritura é possível compreendê-la em uma lógica sem passar pela ontologia da presença e a articulação entre consciência, intencionalidade, representações e fala, é atribuído por Derrida às teorias dos atos de fala em *Signature Event Context* (Derrida, 1988).

Para demonstrar isso, tomarei como certo o fato de que as análises de Austin exigem sempre um valor de contexto, e mesmo de um contexto exaustivamente determinado, em teoria ou teleologicamente; a longa lista de “infelicidades” que em sua variedade podem afetar o evento performativo sempre volta a um elemento no que Austin chama de contexto total. Um desses elementos essenciais – e não um entre outros – permanece, classicamente, a consciência, a presença consciente da intenção do sujeito falante na totalidade do seu ato de fala. Como resultado, a comunicação performativa torna-se mais uma vez a comunicação de um significado intencional, mesmo que esse significado não tenha referente na forma de uma coisa ou de um estado anterior ou exterior das coisas (Derrida, 1988, p. 14)<sup>8</sup>.

Por outro lado, Derrida identifica na teoria dos atos de fala não apenas uma abordagem linguístico filosófica criticável, mas também um campo no qual pudesse incluir e articular sua própria teoria da escrita, ou seja, a perspectiva de que é a lógica escritural ou grafemática que prevalece no funcionamento da linguagem.

Primeiramente, considera que o ato locucionário, como compreendido na leitura searleana e mais geral de Austin, é essencialmente fonético e, dessa forma, no jargão derridiano, fonocêntrico. Apesar de que tanto Austin quanto seus comentadores indiquem a existência de sinais, símbolos e signos, assim como falas indiretas e até o silêncio, manifestações da linguagem em geral que prescindem de um falante. Porém, segundo a crítica derrideana, poderia se dizer que essas ainda carregam a intenção e remetem a uma *metafísica da presença*. Portanto, se a performatividade, seja por vias diretas ou indiretas, é compreendida de modo geral enquanto desdobramentos ilocucionários e perlocucionários do aspecto sígnico da fala, em larga medida sonora ou remetendo ao primado da voz, a introdução ou intromissão da dimensão da escritura põe em questão a própria teoria do ato de fala como um todo.

Austin não levou em conta o que - na estrutura da locução (portanto, antes de qualquer determinação ilocutória ou perlocutória) - já implica aquele sistema de predicados que chamo de grafemático em geral e, conseqüentemente, obscurece todas as oposições que se seguem, oposições cuja pertinência, pureza, e rigor que Austin tentou estabelecer sem sucesso (Derrida, 1988, p. 14).

---

<sup>8</sup> In order to demonstrate this, I shall take for granted the fact that Austin's analyses at all times require a value of context, and even of a context exhaustively determined, in theory or teleologically; the long list of "infelicities" which in their variety may affect the performative event always comes back to an element in what Austin calls the total context.<sup>6</sup> One of those essential elements-and not one among others-remains, classically, consciousness, the conscious presence of the intention of the speaking subject in the totality of his speech act. As a result, performative communication becomes once more the communication of an intentional meaning,<sup>7</sup> even if that meaning has no referent in the form of a thing or of a prior or exterior state of things.

Por outro lado – o que mais tornou o debate fértil –, a lógica da escritura também possibilitou que o entendimento sobre os atos performativos admitisse uma dinâmica *outra* e, inclusive, mais autônoma em relação a um universalismo ou racionalismo pragmático. Como se dá essa segunda visada?

A partir da perspectiva da crítica derrideana, o ato enquanto signo não apenas vincula e contém a lógica da escritura, mas dessa última advém as condições intrínsecas para a possibilidade de qualquer forma, conteúdo e ato de linguagem, incluindo os performativos. Em *Signature Event Context* (Derrida, 1988), Derrida indica que ato de fala, em seu aspecto de signo, não dependeria exclusivamente de contextos e convenções para se realizar do ponto de vista ilocucionário ou mesmo não se realizaria. Propõe pensá-lo a partir das características que constituem a lógica da escritura como iterabilidade (produtibilidade, repetição e atualização, sendo o mesmo e ao mesmo tempo diferente nos mais diversos contextos) e citacionalidade (possibilidade de ser referido ou enxertado em diversos contextos).

Mas não será esta ausência apenas uma presença distante, atrasada ou que, de uma forma ou de outra, é idealizada na sua representação? Não parece ser esse o caso, ou pelo menos esta distância, divergência, atraso, este adiamento [différance] deve ser capaz de ser levado a um certo caráter absoluto de ausência se a estrutura da escrita, supondo que a escrita existe, é constituir a si mesmo. É nesse ponto que a *différance* como escrita não poderia mais (ser) uma modificação (ontológica) da presença. Para que a minha “comunicação escrita” conserve a sua função de escrita, isto é, a sua legibilidade, ela deve permanecer legível apesar do desaparecimento absoluto de qualquer receptor, determinado em geral. Minha comunicação deve ser repetível – iterável – na ausência absoluta do receptor ou de qualquer coletividade de receptores empiricamente determinável. Tal iterabilidade - (iter, mais uma vez, provavelmente vem de itara, outro em sânscrito, e tudo o que se segue pode ser lido como a elaboração da lógica que liga a repetição à alteridade) estrutura a marca da própria escrita, não importa o tipo particular de escrita está envolvida (seja pictográfica, hieroglífica, ideográfica, fonética, alfabética, para citar as antigas categorias). Uma escrita que não seja estruturalmente legível – iterável – além da morte do destinatário não seria escrita (Derrida, 1988, p. 7)<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> Tradução livre do inglês: But is not this absence merely a distant presence, one which is delayed or which, in one form or another, is idealized in its representation? This does not seem to be the case, or at least this distance, divergence, delay, this deferral [differ-ance] must be capable of being carried to a certain absoluteness of absence if the structure of writing, assuming that writing exists, is to constitute itself. It is at that point that the *différance* [difference and deferral, trans.] as writing could no longer (be) an (ontological) modification of presence. In order for my "written communication" to retain its function as writing, i.e., its readability, it must remain readable despite the absolute disappearance of any receiver, determined in general. My communication must be repeatable-iterable-in the absolute absence of the receiver or of any empirically determinable collectivity of receivers. Such iterability- (iter, again, probably comes from itara, other in Sanskrit, and everything that follows can be read as the working out of the logic that ties repetition to alterity) structures the mark of writing itself, no matter what particular type of writing is involved (whether pictographical, hieroglyphic, ideographic, phonetic, alphabetic, to cite the old categories). A writing that is not structurally readable-iterable-beyond the death of the addressee would not be writing.

Ao se admitir o primado da escrita enquanto iterativa e citacional, duas categorias importantes, intencionalidade e contexto, passam a ser revistas.

A primeira, a intencionalidade, perde seu valor central pois a lógica interna da escrita preserva sua legibilidade de modo a possibilitar que se prescindia de qualquer ancoragem que, dada a metafísica da presença, atribui-se a uma virtual intenção. Já o caráter citacional indica que a escrita é sempre remissiva a si própria, ou seja, a significação é própria de sua estrutura: “dada essa estrutura de iteração, a intenção que anima o enunciado nunca estará totalmente presente para si mesma e para seu conteúdo. A iteração que o estrutura a priori introduz nele uma deiscência e uma fenda que são essenciais” (Derrida, 1988, p. 18)<sup>10</sup>.

Já o contexto, enquanto realidade convencional e extralinguística, é revisto não porque deixa de haver um papel ao menos contingencial às enunciações enquanto fenômenos, mas porque tanto a iterabilidade quanto a citacionalidade fazem com que as enunciações não apenas tenham autonomia em relação ao contexto, mas produzam outros contextos, possibilitando outras significações e leituras – assim como a remissão ao que seria contextos outros, de outros tempos e outros espaços, enxertando a situação com enunciados que extrapolam o que seria um contexto verdadeiro ou pragmaticamente possibilitado, mas que se remetem ao próprio funcionamento da linguagem enquanto escrita. Além disso, essa implosão de um ideal da realidade pragmática aos atos de fala também, a partir da lógica da escritura, prescinde da função centralizadora da intenção que, como sabido, caracteriza o falante em sua enunciação sob uma perspectiva racional.

Acima de tudo, esta ausência essencial de intenção da realidade da enunciação, esta inconsciência estrutural, se quisermos, proíbe qualquer saturação do contexto. Para que um contexto seja exaustivamente determinável, no sentido exigido por Austin, a intenção consciente teria, no mínimo, de estar totalmente presente e imediatamente transparente para si e para os outros, uma vez que é um centro determinante [foyer] do contexto (DERRIDA, 1988, p.18)<sup>11</sup>.

A autonomia da escrita, enquanto dimensão grafemática da linguagem, dá-se em relação à intencionalidade, mas também ao contexto que, por sua vez, não determina completamente o uso do signo ou, como se tematiza nesta pesquisa, a força ilocucionária do ato de fala. Convenções e circunstâncias que compreendem os contextos não seriam o que determina

---

<sup>10</sup> Tradução livre do inglês: given that structure of iteration, the intention animating the utterance will never be through and through present to itself and to its content. The iteration structuring it a priori introduces into it a dehiscence and a cleft [brisure] which are essential.

<sup>11</sup> Tradução livre do inglês: Above all, this essential absence of intending the actuality of utterance, this structural unconsciousness, if you like, prohibits any saturation of the context. In order for a context to be exhaustively determinable, in the sense required by Austin, conscious intention would at the very least have to be totally present and immediately transparent to itself and to others, since it is a determining center [foyer] of context.

primeiramente os enunciados performativos, como exemplifica exaustivamente Austin, mesmo aqueles que socialmente condizem com atos de fala formais, cerimoniais, ritualísticos etc, mas o que determina é mais especificamente a iteração, a portabilidade de uma marca.

[...] que Austin, nesta conjuntura, parece considerar apenas a convencionalidade que constitui a circunstância do enunciado [monce], seu entorno contextual, e não uma certa convencionalidade intrínseca ao que constitui o ato de fala [locução] em si, tudo isso pode ser rapidamente resumido sob a rubrica problemática da "natureza arbitrária do signo", que amplia, agrava e radicaliza a dificuldade. "Ritual" não é uma ocorrência possível [eventualite], mas sim, como iterabilidade, uma característica estrutural de toda marca (Derrida, 1988, p. 13)<sup>12</sup>.

A iteração estrutura a produtibilidade e a legibilidade da escrita na ausência de destinatário e remetente, porém sem a garantia de identidade do signo. O detalhe importante nessa compreensão é que a iterabilidade para Derrida não é simples reprodução do sentido. A repetição da escrita, dada à arbitrariedade do signo, está intimamente articulada à alteridade, e não à identidade, não à repetição dele – condição essa que possibilita que haja mudança e inovação, revogando a estabilidade de sentido.

Essas características da iterabilidade levam a citacionalidade da escritura, ou seja, que qualquer elemento seja citável, fazendo com que o contexto seja uma categoria profundamente relativa. Como diz Krämer (2017, p. 227), "não só as intenções do autor, mas também o respectivo contexto não pode determinar completamente a vida dos signos escritos". Isso também indica que qualquer signo retirado de seu contexto pode ser colocado em um outro diferente, como um enxerto, criando cadeias estrangeiras.

No entanto, isso não deve ser mal interpretado como um apelo à irrelevância dos contextos, mas apenas à sua incompletude: Todo "sinal pode... ser citado, entre aspas". marcas sejam definidas; assim, pode romper com qualquer contexto, criando infinitos novos contextos de uma forma completamente insaturável. Isto não pressupõe que o signo se aplique fora dos contextos, mas, pelo contrário, que só existem contextos sem um centro de ancoragem absoluto (Krämer, 2017, p. 227)<sup>13</sup>.

Outro aspecto importante da crítica desconstrutivista direciona-se à polêmica divisão que Austin realizou entre "linguagem séria" e "não séria". A primeira é propriamente a

---

<sup>12</sup> Tradução livre do inglês: "that Austin, at this juncture, appears to consider solely the conventionality constituting the circumstance of the utterance [monce], its contextual surroundings, and not a certain conventionality intrinsic to what constitutes the speech act [locution] itself, all that might be summarized rapidly under the problematical rubric of "the arbitrary nature of the sign," which extends, aggravates, and radicalizes the difficulty. "Ritual" is not a possible occurrence [eventualite], but rather, as iterability, a structural characteristic of every mark."

<sup>13</sup> Tradução livre do alemão: Allerdings darf das nicht mißverstanden werden als ein Plädoyer für die Irrelevanz von Kontexten, sondern nur für deren Unabgeschlossenheit: Jedes »Zeichen kann ... zitiert, in Anführungsstriche gesetzt werden; dadurch kann es mit jedem gegebenen Kontext brechen, unendlich viele neue Kontexte auf eine absolut nicht saturierbare Weise erzeugen. Dies setzt nicht voraus, daß das Zeichen außerhalb von Kontexten gilt, sondern im Gegen-teil, daß es nur Kontexte ohne absolutes Verankerungszentrum gibt.

linguagem ordinária, a da vida comum dos falantes em suas relações cotidianas e que, segundo o filósofo inglês – assim como o segundo Wittgenstein –, deve ser o objeto privilegiado da análise filosófica. Já a segunda é composta pelas formas parasitárias que, como vista em capítulo anterior deste trabalho, compõe as formas teatrais, poéticas etc. de linguagem que se valem de atos de fala fora de contextos e, dessa forma, sem força ilocucionária, sendo assim, não performativas.

[...] Envolve precisamente a possibilidade de cada enunciado performativo (e a priori qualquer outro enunciado) ser “citado”. Agora Austin exclui esta possibilidade (e a teoria geral que a explicaria) com uma espécie de insistência lateral, tanto mais significativa em sua espontaneidade. Ele insiste no fato de que essa possibilidade permanece anormal, parasitária, que constitui uma espécie de atenuação ou de sucumbir agonizante da linguagem da qual deveríamos nos distanciar vigorosamente e ignorar resolutamente. E o conceito de “comum”, portanto de “linguagem comum”, ao qual ele recorre, é claramente marcado por esta exclusão (Derrida, 1988, p 16)<sup>14</sup>.

Se a linguagem enquanto escritura, além de suportar, ocorre em larga medida de sua possibilidade de se remeter a si mesma, do ponto de vista da citacionalidade, mesmo a chamada linguagem comum e ordinária não seria possível sem um certo “parasitismo” de si mesma – ou seja, os enunciados performativos são sempre uma espécie de citação do que já está escrito em uma determinada realidade da escritura, sendo mais fundamental do que as condições convencionais de qualquer contexto. Ademais, nessa divisão entre linguagem comum e parasitismo, Derrida encontra a própria repetição da oposição entre fala e escrita, sendo essa última como acessório e “imitação” do que se enuncia pelo poder da fala:

Austin exclui, portanto, junto com o que ele chama de “mudança radical”, o “não sério”, o “parasitismo”, o “estiolamento”, o “não comum” (juntamente com toda a teoria geral que, se tivesse sucesso em contabilizando-os, não seria mais governado por essas oposições), tudo o que ele, no entanto, reconhece como a possibilidade disponível para todo ato de enunciação. É justamente como um “parasita” que a escrita sempre foi tratada pela tradição filosófica, e a conexão neste caso não é de forma alguma coincidência (Derrida, 1988, pp. 16-17)<sup>15</sup>.

Essa abordagem crítica de tomar os atos de fala pela lógica da escrita contribuiu para que a noção de performatividade, a partir do debate com Austin, não fosse restringida apenas

---

<sup>14</sup> Tradução livre do inglês: It involves precisely the possibility for every performative utterance (and a priori every other utterance) to be "quoted." Now Austin excludes this possibility (and the general theory which would account for it) with a kind of lateral insistence, all the more significant in its off-handedness. He insists on the fact that this possibility remains abnormal, parasitic, that it constitutes a kind of extenuation or agonized succumbing of language that we should strenuously distance ourselves from and resolutely ignore. And the concept of the "ordinary," thus of "ordinary language," to which he has recourse is clearly marked by this exclusion

<sup>15</sup> Tradução livre do inglês: Austin thus excludes, along with what he calls a "sea-change," the "non-serious," "parasitism," "etiolation," "the non-ordinary" (along with the whole general theory which, if it succeeded in accounting for them, would no longer be governed by those oppositions), all of which he nevertheless recognizes as the possibility available to every act of utterance. It is as just such a "parasite" that writing has always been treated by the philosophical tradition, and the connection in this case is by no means coincidental.

aos encaminhamentos teóricos como os de John Searle. O chamado "debate Searle-Derrida" decorreu após a publicação do artigo "*Signature Event Context*" de 1972. Searle publicou um ensaio chamado "*Reiterando as diferenças: uma resposta a Derrida*", em 1977, que se colocou como uma réplica às críticas de Derrida à noção de ato ilocucionário. Em 1988, Derrida publica o livro "*Limited Inc*", com um texto que funciona como uma tréplica e crítica às posições de Searle, contendo um breve resumo de quais seriam as principais argumentações do americano.

Segundo o editor de *Limited Inc*, Gerald Graff (1988, p. 25), Searle elenca os quatro aspectos principais e inter-relacionados na argumentação de Derrida: 1) a assimilação da fala oral à escrita por Derrida; 2) desafio à visão que identifica o sentido de uma enunciação com as intenções de seu locutor ou escritor; 3) as implicações do conceito de "iterabilidade", palavra de Derrida para a repetibilidade das mesmas expressões em diferentes contextos (o que para Derrida envolve sempre transformação) e; 4) sua crítica ao tratamento dado por J. L. Austin ao discurso ficcional, que atua como "parasita" do discurso não ficcional, normal ou "sério".

Uma distinção deveras paradigmática, o que indica a impossibilidade de absorver a perspectiva desconstrutivista por parte de Searle, consiste que a escrita para Derrida funciona numa lógica que prescinde de emissor, receptor e contexto, não se reduzindo à comunicação. Searle argumenta que não é a "iterabilidade, a repetibilidade dos elementos linguísticos, que distingue a escrita da fala oral, mas a relativa permanência da escrita" (Graff, 1988). Em suma, trata-se de uma dimensão propriamente física da escrita, enquanto marca gráfica e material em superfície, como o que está impresso em livros, escrito em listas etc., que caracteriza a existência da escrita para Searle, apenas considerando que sua autonomia em relação à fala está em sua permanência e sobrevivência:

O fenômeno da sobrevivência do texto não é o mesmo que o fenômeno da repetibilidade", pois o mesmo texto "pode ser lido por muitos leitores diferentes muito depois da morte do autor, e é este fenômeno da permanência do texto que permite separar o enunciado de sua origem e distinguir a palavra escrita da falada (Graff, 1988, p. 26).

Em relação à intencionalidade, o argumento de Searle é categórico, pois é "na medida em que o autor diz o que quer dizer, o texto é a expressão de suas intenções" (Searle *apud* Graf, 1988, p. 26). A compreensão acerca do que se enuncia, seja falando ou no que se torna escrito – nesse sentido, para Searle, linguagem oral ou escrita se distinguem por serem espécie de mídias diferentes –, está no que se reconhece como sendo as "intenções ilocucionárias do autor e essas intenções podem ser mais ou menos perfeitamente realizadas pelas palavras proferidas, sejam elas escritas ou faladas" (Searle *apud* Graf, 1988, p. 26).

A exclusão metafísica que Derrida atribui à distinção entre linguagem séria ou ordinária e o que seria as formas parasitárias (poesia, solilóquio, teatro etc.) é para Searle unicamente uma decisão metodológica na pesquisa de Austin. Segundo o americano, “se quisermos saber o que significa fazer uma promessa ou uma declaração, é melhor não começarmos a nossa investigação com promessas feitas por atores no palco” (Searle *apud* Graff, 1988, p. 26). De qualquer forma, as situações ordinárias são consideradas “padrão” e as formas parasitárias são assim denominadas por relacionarem-se e dependerem logicamente das situações sociais dos falantes.

A categoria de uso é fundamental à perspectiva de Searle, propriamente pragmática, sobre a relação dos falantes com os atos de fala. A ideia de que, dada a citacionalidade, as enunciações são sempre movimentos que remetem à escrita não faz sentido quando:

Performances de atos de fala reais, escritos ou falados, são eventos singulares datáveis em contextos históricos específicos (...). Os ouvintes são capazes de compreender o número infinito de coisas novas que podem ser comunicadas por atos de fala porque “o falante e os ouvintes são mestres dos conjuntos de regras que chamamos de regras da linguagem, e essas regras são recursivas. da mesma regra (Searle *apud* Graff, 1988, p. 26)

Vê-se que conceber os falantes como indivíduos racionais e competentes é fundamental e constitutivo na compreensão de Searle. Ele, inclusive, em seus diversos livros, e em especial em “*Expressão e significado – estudos da teoria dos atos de fala*” (Searle, 2002/1979, p. 276), postula que para sua filosofia da linguagem, ao considerar que o ato de fala é a unidade da comunicação humana, o principal problema e objeto de pesquisa é compreender como a partir dos sons é possível se passar aos atos ilocucionários. Essa passagem, “do fato bruto da produção de ruídos ao fato institucional da realização dos atos ilocucionários da comunicação humana” (p. 277), considera estando em função especialmente das capacidades racionais e das competências cognitivas – perspectiva que, ao ser reconhecida por Searle, como se sabe, possibilitou que sua filosofia não tivesse apenas a linguagem como objeto, mas a mente e a consciência, temas mais atuais em seus livros.

O aparato necessário para que o ouvinte faça a inferência inclui uma teoria dos atos de fala, uma teoria conversacional, informações fatuais de base e capacidades gerais de racionalidade e inferência. Cada um desses elementos é independentemente motivado, isto é, temos evidências, razoavelmente independentes de qualquer teoria dos atos de fala indiretos, de que o ouvinte e o falante dispõem desses traços da competência linguística e cognitiva. A hipótese que se faz neste capítulo é que todos os casos podem ser analisados por meio desse aparato, sem o envolvimento de nenhum “postulado conversacional”. [...] Em minha concepção, essas generalizações devem ser explicadas por uma teoria dos atos de fala, que inclui uma teoria da conversação, e pela suposição de que falantes e ouvintes sabem certas coisas gerais sobre o mundo e têm certas capacidades gerais de racionalidade (Searle, 2002/1979, p. 274).

Nesse debate no qual a perspectiva desconstrutivista e a abordagem racional e universalista dos atos performativos se dispõem de forma que não seja possível transposições conceituais, dada a expressiva diferença entre os paradigmas, e que na história da filosofia ocidental ficou conhecido como a polêmica “Searle-Derrida”, criou-se uma conjuntura bastante fecunda não apenas de problemáticas, mas de diversos encaminhamentos teóricos nos mais distintos campos. Trata-se de um episódio que engatou o avanço de novos estudos da performatividade e deu notícias de que se refere à um tema que está distante de ser homogêneo teoricamente, mas marcado pela diversidade e controvérsia:

A sua ambiguidade e a sua aplicabilidade omnipresente também contribuíram para que o conceito de performance tenha sido fortemente contestado desde o início - o exemplo notável até hoje é a escalada polêmica no contexto do chamado "Debate Searle-Derrida". - e hoje, no contexto da viragem performativa que começou, os estudos culturais estão mais uma vez em expansão. Em termos de história da ciência, o conceito de performance passou de um termo técnico na teoria dos atos de fala para um termo abrangente nos estudos culturais, em que a questão das "condições funcionais para o sucesso" dos atos de fala foi substituída pela questão de suas "condições fenomênicas de corporificação" (Wirth, 2015, p. 10)<sup>16</sup>.

### 2.3. Corporificação fenomenológica do ato performativo: gênero e força corporal

Como apresentado no tópico anterior, a noção de performativo, revista de forma pertinente por Derrida, foi retirada de um enquadre puramente linguístico ou pragmático, articulando-a à dimensão do significante enquanto escritura, especialmente no que tem de iterativa e citável – formas de repetição que se desarticula à ideia de um falante consciente e pragmaticamente orientado. Essa perspectiva crítica que descentraliza a performatividade da consciência e que identifica nela repetições que não necessariamente é o retorno de um mesmo, mas uma repetição em variações de contexto, intenção, referente, locutor etc. possibilitou que outras visadas críticas tomassem o performativo enquanto objeto de análise, como ocorreu, por exemplo, com os estudos de gênero.

Como fica em evidência, uma perspectiva performativa da linguagem torna-se chave de leitura para a compreensão acerca da constituição das identidades de gêneros, assim como de

---

<sup>16</sup> Tradução livre do alemão: „Seine Vieldeutigkeit und seine ubiquitäre Anwendbarkeit haben auch dazu beigetragen, daß der Performanzbegriff von Anfang an heftig umstritten war - herausragendes Beispiel ist bis heute die polemische Eskalation im Rahmen der sogenannten »Searle-Derrida-Debatte« - und heute, im Kontext des eingeläuteten performative turn der Kulturwissenschaften, erneut Hochkonjunktur hat. Wissenschaftsgeschichtlich betrachtet hat sich der Begriff der Performanz von einem terminus technicus der Sprechakttheorie zu einem umbrella term der Kulturwissenschaften verwandelt, wobei die Frage nach den »funktionalen Gelingensbedingungen« der Sprechakte von der Frage nach ihren »phänomenalen Verkörperungsbedingungen« abgelöst wurde.“

sua relação com a normatividade que rege as experiências e as práticas sexuais. Ou seja, trata-se de uma área de pesquisa que não se fundamentaria desconsiderando problemáticas próprias aos paradigmas da linguagem. O percurso intelectual de Judith Butler pode bem demonstrar esse aspecto e posicionar a autora como uma importante pensadora da linguagem, cuja particularidade está em pensar as formas de relação que o corpo tem com os gêneros sexuais – constituídos a partir da articulação entre performatividade, discurso e fenomenologia.

Em seu seminal artigo *Performative Acts and Gender Constitution: An Essay in Phenomenology and Feminist Theory* (1988), Butler apresenta uma articulação entre a fenomenologia de Merleau-Ponty e o feminismo formulado por Simone de Beauvoir a fim de argumentar a favor da perspectiva de que identidades de gêneros não se constituem desconsiderando o âmbito de uma temporalidade social, de uma disposição à crença e da presença de uma audiência social mundana na qual os sujeitos em suas corporeidades são interpelados. Lança mão da noção de performatividade como uma chave de leitura para melhor compreender como, por dentro dessas dimensões, as identidades não apenas são constituídas, mas essencialmente instituídas.

[...] o gênero não é de forma alguma uma identidade estável ou locus de ação a partir do qual vários atos procedem; antes, é uma identidade tenuamente constituída no tempo - uma identidade instituída por meio de uma repetição estilizada de atos. Além disso, o gênero é instituído por meio da estilização do corpo e, portanto, deve ser entendido como a maneira mundana pela qual os gestos, movimentos e representações corporais de vários tipos constituem a ilusão de um eu permanente com gênero (Butler, 1988, p. 519)<sup>17</sup>.

Para melhor fundamentar a formulação da noção de performatividade, Butler ressalta em diversos trabalhos um aspecto problemático quanto ao modo como a filosofia da linguagem aborda a noção de ato. Segundo a autora, quando tal filosofia coloca em maior relevo o sucesso dos atos de fala e os pressupostos contextuais e consensuais nos quais os falantes estariam enredados, deixa-se de indagar acerca do “sentido teatral” da experiência vivida por esses sujeitos, no sentido de que a reprodução de situações históricas, imbuídas nas interpelações sociais, não se dá sem uma necessária “dramatização”. Sabe-se, como discutido em capítulos anteriores, que a distinção feita por Austin entre linguagem séria e não séria, sendo essa última parasitária e que se realizaria, especialmente, em contextos artísticos, consiste em uma posição

---

<sup>17</sup> Tradução livre do inglês: ' In this sense, gender is in no way a stable identity or locus of agency from which various acts proceed; rather, it is an identity tenuously constituted in time -an identity instituted through a stylized repetition of acts. Further, gender is instituted through the stylization of the body and, hence, must be understood as the mundane way in which bodily gestures, movements, and enactments of various kinds constitute the illusion of an abiding gender“

metodológica que tiraria dos atos a possibilidade de serem analisados como “dramáticos” ou teatrais. Porém, Butler, em suas investigações sobre a reprodução das identidades de gênero, corrobora com uma noção de que a performatividade não apenas deve ser pensada considerando uma situação histórica, mas a sua atualização em atos daria-se sempre “dentro de contextos teatrais” (Butler, 1988, pp. 519-521), pois o gênero, no que essa categoria tem de sujeição, é inteligível partindo da perspectiva de que é performativamente instituído, condicionado em papéis a serem dramatizados, estilos repetíveis, em uma dimensão de normatividade social. Como pôde elaborar posteriormente, Butler (2003, p. 200) se questiona “em que sentidos o gênero é um ato?”, e afirma: “como em outros dramas sociais rituais, a ação do gênero requer uma performance repetida. Essa repetição é a um só tempo reencenação e nova experiência de um conjunto de significados já estabelecidos socialmente; e também é a forma mundana e ritualizada de sua legitimação”.

Como já citado na introdução desta pesquisa (Wirth, 2015, p. 10) – e ainda mais preciso neste momento –, se antes a performance era uma terminologia técnica para se compreender a teoria dos atos de fala em questão das condições funcionais de sucesso, investigá-la e concebê-la, especialmente a partir de Butler, dá-se pelo reconhecimento de “condições fenomênicas de corporificação” (Wirth, 2015, p. 10). Não apenas a performatividade é atribuída a toda linguagem, mas extrapola a lógica ilocucionária, tornando-se constitutiva de diversas categorias que assujeitam os próprios falantes, em especial os gêneros sexuais.

Em um de seus mais conhecidos trabalhos, *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* (2003), Butler deixa em constante evidência a perspectiva de que gênero se constitui performativamente em vista de uma teatralidade:

Se os atributos de gênero não são expressivos mas performativos, então constituem efetivamente a identidade que pretensamente expressariam ou revelariam. A distinção entre expressão e performatividade é crucial. Se os atributos e atos do gênero, as várias maneiras como o corpo mostra ou produz sua significação cultural, são performativos, então não há identidade preexistente pela qual um ato ou atributo possa ser medido: não haveria atos de gênero verdadeiros ou falsos, reais ou distorcidos, e a postulação de uma identidade de gênero verdadeira se revelaria uma ficção reguladora (Butler, 2003, p. 201).

Poderia se dizer, a partir de uma leitura de Austin, que a ficção estaria apoiada na linguagem não séria e parasitária à séria e comum, porém o trecho acima indica que Butler encontra na ficção, em sua característica de dissolver limites entre o que é verdadeiro e falso, a característica mais própria à performatividade. Não haveria mais ou menos verdadeiramente homem, mais ou menos verdadeiramente mulher, dado que, se gênero é performativo, não há referências constatativas ao que é constituído discursivamente. Desse modo, o estudo butleriano

não é puramente teórico, mas traz a proposta de repensar a política feminista, bem como outras políticas emancipatórias, considerando sua doutrina performativa específica:

Como estratégia para descaracterizar e dar novo significado às categorias corporais, descrevo e proponho uma série de práticas parodísticas baseadas numa teoria performativa de atos de gênero que rompem as categorias de corpo, sexo, gênero e sexualidade, ocasionando sua resignificação subversiva e sua proliferação além da estrutura binária (Butler, 2003, p. 11)

A performance é algo cultural, não se enquadra em um tipo de comportamento, mesmo que sofisticado, da espécie humana. Assim, gênero não constitui nenhum fato natural, mas fato sem nenhuma estabilidade a não ser por ser repetível performativamente. As chamadas práticas parodísticas acentuam a perspectiva performativa que estaria além da oposição entre linguagem séria e parasitária. A performance é, portanto, paródia e, segundo o argumento butleriano, diversas práticas de gênero decorrentes das culturas gay, lésbica, drag e entre outras, evidenciam esse aspecto, subvertendo as relações entre gênero, poder discursivo, assim como do próprio contexto.

Considerar a especificidade do aspecto epistemológico e político do performativo em Butler é de interesse estratégico nesta pesquisa. A filósofa traça uma noção de agência e ação que em vários aspectos se distingue de um universalismo pragmático, como de John Searle – assim como busca se afastar de outras teóricas feministas importantes, como Monique Wittig, das quais ela considera e diverge em diversos pontos. Compreendendo o próprio poder constitutivo dos atos performativos e sua repetibilidade dentro de um viés aproximado à noção de iteratividade, como cunhado por Derrida, pelas quais as repetições sempre jogam com as diferenças – de modo que todo ato pode se dar fora de contexto convencional, assim como surtir efeitos de significação distinto –, Butler delineia uma forma de subjetividade em relação à linguagem distinta daquela centrada em termos de intenção racional e da lógica conversacional como vista, em larga medida, na política de linguagem de Wittig.

A linguagem tem uma possibilidade dupla: pode ser usada para afirmar a universalidade verdadeira e inclusiva das pessoas, ou pode instituir uma hierarquia em que somente algumas pessoas são elegíveis para falar, e outras, em virtude de sua exclusão do ponto de vista universal, não podem “falar” sem desautorizar simultaneamente sua fala. Contudo, antes dessa relação assimétrica com a fala existe um contrato social ideal, um contrato em que todo ato de fala na primeira pessoa pressupõe e afirma uma reciprocidade absoluta entre os sujeitos falantes — a versão de Wittig para a situação ideal de fala (Butler, 2003, p. 174).

A proposta de Wittig, acerca do modo como a subjetividade feminista e lésbica buscaria uma saída do campo do gênero no que esse tem de submissão e prescrição, “descreve o sujeito falante como aquele que, no ato de dizer 'eu', se reapropria da linguagem como um todo,

partindo apenas de si mesmo, com o poder de usar toda a linguagem” (Butler, 2003, 170). A partir desse poder seria possível “uma autonegação que contesta os significados compulsórios da heterossexualidade”, em que se fundaria identidades sexuais a partir de atos performativos conscientes e fundantes. Segundo Butler, Wittig propõe que sua política da linguagem baseia-se em uma “defesa do sujeito cognitivo”, de modo que não adentraria em grandes questões metafísicas envolvendo as reflexões filosóficas sobre o sujeito.

Esse fundamento absoluto do “eu” falante supõe a presença de dimensões quase divinas na discussão de Wittig. Esse privilégio de dizer “eu” estabelece um eu soberano, um centro de plenitude e poder absolutos; a fala funda “o ato supremo da subjetividade”. E o advento da subjetividade é a derrubada efetiva do sexo e, conseqüentemente, do feminino: “nenhuma mulher pode dizer eu sem ser um sujeito total em si mesma — isto é, sem gênero, universal e completa” (Butler, 2003, p.158).

Uma das principais argumentações de Butler, que contribui para uma política da linguagem distinta àquela de Wittig, é considerar que “os atos e gestos, os desejos articulados e postos em ato criam a ilusão de um núcleo interno e organizador do gênero” (Butler, ano, p.). As discursividades heteronormativas, por exemplo, manteriam essa ilusão como forma de regulação, assim, de manter as formações performativas sob a perspectiva de um ator interno, um “eu”. No entanto, Butler assente com o fato de que a individualização dos atos e gestos, ou seja, atribuí-los a um núcleo psicológico substancializado, é uma maneira de deslocar teórica e politicamente o que seria a forma como performativa e discursivamente constituem o sujeito e sua identidade do gênero.

De fato, quando se diz que o sujeito é constituído, isso quer dizer simplesmente que o sujeito é uma consequência de certos discursos regidos por regras, os quais governam a invocação inteligível da identidade. O sujeito não é determinado pelas regras pelas quais é gerado, porque a significação não é um ato fundador, mas antes um processo regulado de repetição que tanto se oculta quanto impõe suas regras, precisamente por meio da produção de efeitos substancializantes. Em certo sentido, toda significação ocorre na órbita da compulsão à repetição; a “ação”, portanto, deve ser situada na possibilidade de uma variação dessa repetição (Butler, 2003, p. 194)

Em *Discurso de ódio – uma política do performativo* (2021/1997), Butler pôde realizar uma reaproximação mais direta às especulações de Austin, retornando à perspectiva da interpelação entre os falantes, especialmente ao tomar como objeto de análise o uso da palavra injuriosa, o ato de fala que visa ferir, violentar, humilhar e, ao mesmo tempo, tem o poder de nomeação, de fixar o sujeito de forma estigmatizada, assim como de retirar o sujeito de seu contexto enquanto falante.

Butler, nesse trabalho, vale-se de uma certa crítica à normatividade linguística, desenvolvendo outras problemáticas a respeito da performatividade da linguagem, não apenas

relativa ao poder constitutivo de identidades de gênero, mas também em um panorama político ainda mais amplo, quando sinaliza o poder violentamente constitutivo da fala – inclusive de incidir descontextualizando sujeitos, afetando o lugar de sujeito dos falantes. Além disso, a incorporação fenomenológica dos performativos, por não ser exclusiva do gênero, considera a dimensão somática, a qual equivaleria a injúria linguística à injúria física. “A linguagem sustenta o corpo” e “é por ser interpelada nos termos da linguagem que certa existência social do corpo se torna possível”, diz Butler, assim como considera que se a linguagem é capaz de sustentar um corpo, “pode também ameaçar sua existência” (Butler, 2021, pp. 16-18).

No que tange aos aspectos importantes do ato performativo, este trabalho valoriza o poder da função da fala em vista dos processos interpelativos entre os falantes a partir de um diálogo constante com Austin, mas considerando que o ato de fala não apenas assujeita, como teorizado em *Problemas de gênero*. O entrelaçamento somático do ato de fala faz com que seja propriamente um ato corporal.

Para corroborar com essa perspectiva, Butler primeiramente segue o caminho, assim como outros autores, tal qual Derrida, de extrair consequências da afirmação austiniana de que o fracasso é um mal ao qual estão sujeitos todos os atos convencionais, considerando um aspecto interno que possibilita que a linguagem se desdobre em uma miríade de sentidos para além da lógica ilocucionária.

A afirmação de Austin, segundo a qual só é possível conhecer a força da ilocução uma vez que a "situação total" do ato de fala possa ser identificada, é ameaçada por uma dificuldade constitutiva. Se a temporalidade da convenção linguística, considerada como ritual, excede a instância de seu enunciado, e se esse excesso não é totalmente apreensível ou identificável (o passado e o futuro do enunciado não podem ser narrados com certeza), então parece que o que constitui a "situação de fala total" é a impossibilidade de se alcançar uma forma totalizada em qualquer uma das instâncias. Nesse sentido, encontrar o contexto apropriado para o ato de fala em questão não é suficiente para avaliar seus efeitos com precisão (Butler, 2021, p. 15).

Dada a impossibilidade de uma situação total, de reconhecer todas as instâncias contextuais e consensuais – haja vista a crítica arqueológica foucaultiana de que os enunciados performativos articulam-se com a amplitude discursiva e histórica –, assim como na crítica desconstrucionista de Derrida, a lógica ilocucionária é posta em revisão, mas, dada a incorporação fenomenológica da linguagem a qual o gênero demonstraria, o ato performativo é encontrado, haja vista os exemplos de injúria que *Discurso de ódio* analisa, em sua existência somática.

Em que consiste a "força" do performativo e como podemos entendê-lo como parte do político? Bourdieu afirma que a "força" do performativo é o efeito do poder social,

e que o poder social deve ser compreendido a partir de contextos de autoridade estabelecidos e de seus instrumentos de censura. Em oposição a essa explicação social da força do performativo, Derrida sugere que a ruptura do enunciado a partir de contextos anteriores e estabelecidos constitui a "força" do enunciado. Na introdução, defendi que o ato de fala é um ato corporal e que a "força" do performativo nunca é totalmente separável da força corporal: isso é o que constitui o quiasmo da "ameaça" como um ato de fala ao mesmo tempo corporal e linguístico (Butler, 2021, p. 232).

As dificuldades de teorizar e as impossibilidades de analisar o que seria a força ilocucionária enquanto articulação entre contexto e ato de fala, assim como dada a incorporação fenomenológica da linguagem, corrobora com esse movimento de situar o que Butler chama de força corporal. A impossibilidade da lógica ilocucionária dos contextos leva a se situar a dimensão da força em função de uma lógica intrínseca ao performativo que, com Derrida, equivaleria a própria lógica da escritura – iterabilidade, citacionalidade etc. –, mas dessa vez Butler localiza no âmbito do corpo. Tal força corporal é melhor pensada por Butler em seu diálogo com Shoshana Felman.

Para Felman, o corpo que fala é um escândalo justamente porque seu discurso não é completamente regido pela intenção. Nenhum ato de fala pode controlar ou determinar totalmente os efeitos retóricos do corpo que fala. Isso também é escandaloso porque a ação corporal da fala não é previsível de modo mecânico. O fato de que o ato de fala é um ato corporal não significa que o corpo esteja totalmente presente em sua fala. A relação entre a fala e o corpo é a de um quiasmo. A fala é corporal, mas o corpo excede a fala que ele produz; e a fala permanece irreduzível aos meios corporais de sua enunciação (Butler, 2021, p. 255).

Shoshana Felman é uma crítica literária norte-americana, pouco referida e debatida na pesquisa em psicanálise no Brasil, que publicou, no início da década de 1980, um valioso e pertinente trabalho para a atual pesquisa. Uma leitura “heterodoxa” das conferências e publicações de Austin e de sua proximidade e conhecimento do cenário intelectual e literário franceses, assim como o seu encontro com a psicanálise – inclusive tendo conhecido pessoalmente Jacques Lacan em suas conferências nos Estados Unidos –, possibilitaram o lançamento de uma perspectiva original acerca do estatuto do performativo na pós-polêmica Derrida-Searle.

Seu recurso à crítica literária pode ser uma das razões determinantes para que essa autora pudesse apontar para uma abordagem que não tenha somente problemas técnicos no debate linguístico-filosófico, mas que também considerasse as discrepâncias dos enunciados quanto ao caráter excessivo da enunciação, as quais a literatura e seus autores costumam retratar.

Entre os diversos textos em que aborda a teoria psicanalítica no âmbito acadêmico norte-americano, foi em seu *The scandal of the speaking body: Don Juan with J. L. Austin – or the seduction in two languages* (1983), originalmente publicado na França em 1980, pela Editions du Seuil – recentemente lançado em sua edição brasileira, “O escândalo do corpo falante - Don

Juan com Austin, ou a sedução em duas línguas” –, que Felman apresentou um interessante ensaio que não foi capaz somente de articular análise performativa, literatura e psicanálise lacaniana, mas de proporcionar, a partir de uma argumentação teórica que o perpassa, uma espécie de suspensão dos limites entre essas três disciplinas, de modo a criar uma espécie de circuito elucidativo.

Perante outros autores e comentadores, distingue-se por oferecer uma interpretação dos trabalhos austinianos que rompe com os sistematismo que percebidos em uma primeira leitura, assim como com aquela mais padronizada, como a de John Searle, indicando o quanto Austin implicitamente demonstrava que o que mais caracterizaria a performatividade é o seu potencial subversivo e autosubversivo (Felman, 1984, p. 43), a despeito de toda uma exaustiva tentativa de formalização linguístico-filosófica.

No entanto, o que poderia ser uma leitura alternativa ou até um certo retorno ao sentido literal do que um determinado e importante autor realizou, o caso da perspectiva de Felman com o texto austiniano trata-se muito mais de “aplicar Austin com Austin”, ou melhor, de tomar como performativa a sua própria apresentação e argumentação acerca do performativo, de modo a se pensar uma performatividade da teoria, o ato de teorizar. A própria explanação da teoria não se dá, portanto, apenas no que ela cognitivamente pode apresentar, mas também funcionaria, para todos os efeitos, performativamente.

Para atender a esse propósito, Felman insiste em evidenciar dois aspectos importantes contidos na própria análise performativa austiniana, voltando-os, de certa forma, “contra” o próprio filósofo. O primeiro deles é o princípio que considera a promessa, o *ato de prometer*, que caracterizaria os próprios atos de fala em geral, como um modelo geral para todos os atos; o segundo, é o próprio objetivo teórico mais amplo de Austin e que não teria sido alcançado, aquele de encontrar o “constatativo do performativo”, ou seja, uma reconciliação com a dimensão semântica e referencial da linguagem, de modo que um performativo atendesse aos critérios de verdade próprios da linguagem constatativa, o que pode ser entendido como sendo a própria busca de Searle em rearticular o ato de fala com a lógica proposicional.

Como performance, o próprio empreendimento austiniano é habitado por uma falta de meios. Assim como o ato donjuanesco de prometer é constituído, duplamente, pelo ato de falhar (tanto no sentido de falhar em seu objetivo quanto no sentido de deixar de cumprir sua palavra), a análise austiniana, se for um ato, é apenas o ato de não apreender o *constatativo do performativo*. **De fato, como encontrar a verdade daquilo que, como tal, desconstrói o próprio critério da verdade?** A distinção de Austin acaba se subvertendo; Austin abandona a oposição declaração / performance a favor de uma teoria generalizada do performativo: a doutrina geral dos atos

ilocucionários. Como Don Juan, Austin leva em consideração o potencial subversivo e autossubversivo do performativo (Felman, 1983, p. 43. Grifo nosso)<sup>18</sup>.

Como se lê na citação acima, em seu recurso à literatura Felman localiza no mito do sedutor Don Juan, em especial aquele da versão tragicômica escrita pelo dramaturgo francês Molière, cada uma das cenas e interações daquele com seus interlocutores, o que nada mais evidenciaria do que o confronto direto entre o modelo performativo de linguagem e o constativo. Os mais diferentes personagens que se deparam e são interpelados pelo protagonista seriam, na análise de Felman, fieis adeptos à perspectiva constativa, ou seja, presos a uma concepção exclusivamente cognitivista da linguagem e que a caracteriza unicamente como meio de transmissão de verdade e de conhecimento da realidade (Felman, 1981, p. 13). Tal atitude teórica dos personagens para com a linguagem coloca-os, portanto, em grandes dificuldades frente à presença da dimensão performativa própria à sedução donjuanesca.

Quanto àquilo concernente às características próprias à atitude sedutora de Don Juan que poderiam elucidar acerca do performativo, Felman afirma que:

Don Juan obviamente abusa da instituição da promessa. Mas o que esse abuso significa sobre o prometer em si? O escândalo da sedução parece estar fundamentalmente ligado ao escândalo da promessa quebrada. Don Juan é o mito do escândalo precisamente na medida em que é o mito da violação: a violação não das mulheres, mas das promessas feitas a elas; em particular, promessas de casamento. A questão que este livro levantará é, portanto, dupla: como a pesquisa sobre a performativa lança luz sobre o mito de Don Juan? mas também, por outro lado, que luz o mito de Don Juan lança sobre a teoria performativa? (Felman, 1983, p. 4)<sup>19</sup>.

É a partir da noção de promessa, ou o ato de prometer, o ato de fala por excelência segundo o próprio Austin, que Don Juan revelaria dinamismos pouco esclarecidos pela filosofia da linguagem (Felman, 1983, p. 03) e que estariam, por sua vez, mais devidamente formulados pelo modo como a psicanálise lacaniana compreende a relação do sujeito com a fala e o gozo.

---

<sup>18</sup> Tradução livre para: “As performance, the Austinian enterprise is itself inhabited by a lack of means. Just as the Donjuanian act of promising is constituted, doubly, by the act of failing (both in the sense of failing in one’s aim and in the sense of failing to keep one’s word), the Austinian analysis, if it is an act, is only the act of failing to grasp the constative of the performative. How, indeed, might one find the truth of that which, as such, deconstructs the criterion of truth itself? Austin’s distinction ends up subverting itself; Austin abandons the statement/performance opposition in favor of a generalized theory of the performative: the general doctrine of illocutionary acts. Like Don Juan, Austin takes into account the subversive, and selfsubversive, potential of the performative” (Felman, 1983, p. 43).

<sup>19</sup> Tradução livre para: “Don Juan obviously abuses the institution of promising. But what does this abuse signify about promising itself? The scandal of seduction seems to be fundamentally tied to the scandal of the broken promise. Don Juan is the myth of scandal precisely to the extent that it is the myth of violation: the violation not of women but of promises made to them; in particular, promises of marriage. The question that this book will raise is thus twofold: how does research on the performative shed light on the myth of Don Juan? but also, on the other hand, what light does the Don Juan myth shed on performative theory?” (Felman, 1983, p. 4).

Don Juan, esse personagem sedutor e descomedido, com sua série de empreitadas e conquistas, deixa às claras e de forma escandalosa que não seria no não cumprimento da palavra e na consumação do objetivo declarado que residiria o que há de mais próprio à transgressão, mas mais propriamente no aspecto autorreferencial do performativo que não seria puramente linguístico.

Trata-se muito mais da dimensão própria à performatividade da linguagem que resiste a ser envencilhada aos processos normativos de compreensão, produção de sentido e cumprimento de expectativas sociais, em suma, de reprodução de formas habituais de socialização.

Para melhor considerar esse ponto no âmbito teórico, Felman (1983, p. 11) primeiramente empreende uma crítica a respeito de como Émile Benveniste, autor do qual esta tese pôde apresentar e debater anteriormente, buscou enxertar novas especificações à noção de performativo, contrariando, inclusive, a conclusão austiniana de que as analíticas da linguagem não deveriam se servir mais da distinção entre constatativos/performativos. Benveniste argumenta (1991, p. 294) que não caberia conceber o performativo fora de um enquadre social e linguisticamente normativo. Faz-se necessário que seja sempre, além de linguisticamente autorreferencial, um proferimento de autoridade, uma propriedade única daquele que a profere e uma nomeação do que está sendo feito e de seu agente. Além disso, toda a teoria geral das forças ilocucionárias que se baseiam na distinção constativo/performativo, assim como a teoria das infelicidades ou dos atos de fala malogrados – esses dois níveis importantes em Austin –, são excluídos da análise linguística do performativo em Benveniste.

A aposta no debate que opõe Benveniste a Austin pode, portanto, ser expressa na seguinte questão: pode o performativo, como tal, servir de base ou fundamento para a teoria? Para Benveniste, a resposta é sim, e o interesse do performativo está justamente em sua capacidade de servir de base para a análise linguística. Austin, no entanto, desconstruindo - como Don Juan - o valor fundador e originário do "primeiro", está ciente, por sua vez, do fato de que a própria performance do performativo consiste precisamente em realizar a perda de equilíbrio: é a performance de a perda do terreno (Felman, 1983, p. 44).

Do ponto de vista de uma teoria performativa, Don Juan subverteria radicalmente quaisquer forjamentos de regras que visam condicionar socialmente o sucesso de um ato performativo. Quando performatividade e sedução estão unidos, a própria dicotomia sucedido/malsucedido é abalada. O personagem “dramatiza o sucesso da linguagem, mesmo falhando” quanto ao atendimento às convenções sociolinguísticas.

Como visto na explanação de Felman acerca da teorização em Austin, as noções de contexto, situação e circunstâncias servem constantemente às teorias padrões para embasar a

força própria da realização ao performativo, ou seja, a perspectiva de qualquer ato deveria considerar sempre as condições de possibilidade que residiriam, em última instância, no atendimento de convenções sociais e linguísticas. Mas é exatamente essa leitura mais imediata da argumentação austiniana que, como se sabe, possibilitou ao posterior empreendido de John Searle articular a teoria dos atos de fala e a construção racional da realidade social (Searle, 1996), problematizada por Felman. Segundo a teoria, Austin não apenas propõe radicalizar com o estatuto da linguagem, mas também o estatuto do próprio referente, caro à tradição analítica e lógico-positivista. Trata-se não apenas de situar a referência no contexto simbólico das convenções sociais como alternativa para ancorar o performativo no campo da verdade constativa, mas de subverter a própria noção de referência, reconhecendo-a como uma construção e um efeito da linguagem.

É a partir desse viés que situa o referente em uma interioridade da linguagem, ou que não vê essa última como estando apartada da realidade, que Felman se aproxima da psicanálise. De acordo com a autora, as duas disciplinas reconhecem que “a interferência e a interação entre realidade e significante constitui o locus específico de seu funcionamento e questionamento” (Felman, 1983, p. 50)<sup>20</sup>, mas ao considerar o que a atual pesquisa chama de “realidade não é sem a linguagem” – ou como pode se dizer, a partir de Lacan (2012/1971, p. 67), o fato é fundado pelo dito –, ou mais especificamente, um saber sobre a linguagem, como traz o conceito mais geral de ato.

Ao contrário da concepção tradicional do referente, entretanto, o conhecimento referencial da linguagem não é encarado aqui como conhecimento constativo, cognitivo: nem para a psicanálise nem para a análise performativa a linguagem é uma afirmação do real, um simples reflexo do referente ou sua representação mimética. Muito pelo contrário, o próprio referente é produzido pela linguagem como seu próprio efeito. Tanto o ato analítico quanto o performativo são efeitos de linguagem - mas efeitos de linguagem referenciais. Isso significa que entre linguagem e referente não há mais uma oposição simples (nem há identidade, por outro lado): a linguagem se faz parte daquilo a que se refere (sem, porém, ser tudo a que se refere). O conhecimento referencial da linguagem não é o conhecimento sobre a realidade (sobre uma entidade separada e distinta), mas o conhecimento que tem a ver com a realidade, que atua dentro da realidade, uma vez que é ele mesma - pelo menos em parte - do que essa realidade é feita. O referente não é mais simplesmente uma substância preexistente, mas um ato, ou seja, um movimento dinâmico de modificação da realidade (Felman, 1993, p. 51)<sup>21</sup>.

---

<sup>20</sup> Tradução livre para: “Like performative analysis, psychoanalysis too looks into the relation between words and acts, between language and referent: the interference and the interaction between reality and the signifier constitute the specific locus of its work, and of its questioning.”

<sup>21</sup> Tradução livre para: “Contrary to the traditional conception of the referent, however, referential knowledge of language is not envisaged here as constative, cognitive knowledge: neither for psychoanalysis nor performative analysis is language a statement of the real, a simple reflection of the referent or its mimetic representation. Quite to the contrary, the referent is itself produced by language as its own effect. Both the analytic act and the performative are language effects—but referential language effects. This means that between language and referent

### 3.0. PSICANÁLISE E PERFORMATIVIDADE: DIÁLOGOS BRASILEIROS COM O PRAGMATISMO E A PRAGMÁTICA

Os termos *pragmatismo e pragmática*, ao contrário do que podem parecer, não necessariamente apresentam a mesma definição, ou melhor, nem sempre se referem ao mesmo conjunto conceitual e teórico (Ferreira, Bezerra Jr. & Tedesco, 2008). Enquanto o pragmatismo refere-se a uma doutrina filosófica, o segundo relaciona-se mais diretamente com uma abordagem a respeito da dimensão prática dos signos e que é de interesse à semiótica, à linguística, à própria filosofia, seja ela pragmatista ou não.

A teoria investigada nesta pesquisa, a dos atos de fala de John Austin, compõe a corrente pragmática, porém não consiste em um desenvolvimento do pragmatismo clássico do James, Dewey e Peirce. Trata-se de uma filosofia analítica pós-positivista, que substitui a investigação da linguagem do positivismo lógico por uma certa soberania da linguagem ordinária, confluindo em certos aspectos com o pensamento de Ludwig Wittgenstein, especialmente o “segundo Wittgenstein” de *Investigações filosóficas*. Na história das ideias, tanto o filósofo inglês quanto o austríaco compõem um cabedal de subsídios teóricos a diversos outros autores que se apoiam no pensamento pragmático para fundamentar análises de discurso, proposições filosóficas, assim como compreensões de fenômenos linguísticos em dispositivos de poder e de tratamento.

Os estatutos da prática e da ação, duas noções que, em um primeiro momento do pensamento pragmatista, estariam mais próximas de uma categoria da experiência própria ao empirismo e ao positivismo, paulatinamente passam a estar articuladas à dimensão de linguagem. O desenvolvimento do tema da linguagem em sua articulação com a ação ocorrerá em toda extensão do século XX, chegando aos principais autores contemporâneos.

Neste capítulo, a atual pesquisa busca apresentar e discutir uma proposta teórica que se encontra na literatura psicanalítica – e neste tópico se dá uma atenção maior à nacional – que propõe tomar a própria psicanálise como um objeto de análise a fim de “redescrevê-la” a favor do que pôde ser chamado de psicanálise pragmática, como propôs o psicanalista Jurandir Freire Costa e outros (1994). Trata-se de um movimento que recorre à teoria de pragmatistas contemporâneos como Donald Davidson e Richard Rorty, assim como aos autores interessados

---

there is no longer a simple opposition (nor is there identity, on the other hand): language makes itself part of what it refers to (without, however, being all that it refers to). Referential knowledge of language is not knowledge about reality (about a separate and distinct entity), but knowledge that has to do with reality, that acts within reality, since it is itself—at least in part—what this reality is made of. The referent is no longer simply a preexisting substance, but an act, that is, a dynamic movement of modification of reality.”

na pragmática, como Austin e Wittgenstein, sendo esses últimos importantes por darem condições para que a perspectiva da linguagem pudesse substituir a noção de experiência advinda do pragmatismo clássico.

Se por um lado, a psicanálise, por se interessar pelo tema da linguagem, possa parecer sensível aos problemas levantados em nome do pensamento pragmatista e das teorias pragmáticas, por outro, surge uma série complexa de problemas teóricos, haja vista que estão em jogo questões epistemológicas e ontológicas. A guinada em operar uma outra virada linguística na psicanálise a partir do ponto de vista do pragmatismo e da pragmática, elencando noções como atos de fala e redescrição contínua do sujeito, como foi a proposta de Freire Costa (1994), não busca apenas qualificar os conceitos operantes na psicanálise por essa perspectiva, mas apontar criticamente para o que seria suas insuficiências em aspectos fundamentais, em especial, conceitos como sujeito do inconsciente, estrutura e real advindos do ensino lacaniano.

Como ficará mais elucidado à frente, verifica-se, tanto no fundamento filosófico pragmatista, quanto na proposta de uma psicanálise redescrita pragmaticamente, a soberania de uma subjetividade delineada pela noção de ação. Sujeito, noção cara à psicanálise lacaniana, desta vez é tomado como uma instância cuja realidade não é negativa, mas tem densidade prática, consistindo em um nome para uma “rede de crenças e desejos postulada como causa interior do comportamento linguístico” (Freire Costa, 1994, p. 31). Como é possível postular no ensino lacaniano, o sujeito do inconsciente que na experiência psicanalítica deduz-se como uma instância de negatividade, fugaz, ser desejante atrelado a uma falta – *falta-a-ser, manque à être* –, que aparece e desaparece em uma cadeia significante, ou mesmo como uma espécie de enodamento que atrela fala e gozo, cuja ontologia não é anterior ao próprio discurso – o *falasser, parlêtre* –, o sujeito no pragmatismo, por sua vez, é aquele que dispensaria qualquer risco metafísico de uma linguagem cuja lógica aporta estruturalmente um real impossível de representar simbolicamente, preferindo uma concepção de linguagem cuja fala encontra função em um campo de experiências morais:

O sujeito da causa interior de nossos comportamentos linguísticos não é uma atividade mental separada da linguagem e que a precede determinando o curso dos atos de fala. É uma dobra da linguagem, como disse Derrida, cuja característica é a de ser usada para singularizar quem fala como sendo a origem e a causa da própria fala. O sujeito visto como causa interior das descrições e apreciações de suas condutas linguísticas é o sujeito moral. Sujeito a quem atribuímos a capacidade de optar diante de alternativas conflitantes, de discernir entre o bem e o mal ou de preferir agir conforme convicções. Este sujeito, visto como um epifenômeno imaginário, ilusório, contingente, empírico

em relação ao “sujeito verdadeiro”, no neo-estruturalismo<sup>22</sup>, é o pressuposto do da concepção de sujeito no pragmatismo (Freire Costa, 1994, p. 32).

Antes das devidas considerações importantes a esta pesquisa, tanto de confirmar as diferenças epistêmicas quanto de extrair questionamentos que contribuam para uma outra proposta sobre quê performatividade está em jogo na experiência analítica a partir da psicanálise lacaniana, faz-se importante destrinchar abaixo o que é relevante especificar sobre o pragmatismo, pragmática e o que foi e é a tal proposta de uma redescrição pragmática da psicanálise.

### **3.1. Pragmatismo, pragmática, neopragmatismo: experiência, linguagem e sujeito**

O pragmatismo não é estritamente um termo conceitual, mas o nome para o movimento e a corrente cujas fundamentações filosóficas advém, principalmente, com os trabalhos dos americanos Charles Sanders Peirce, William James e John Dewey. O que esses pensadores puderam desenvolver teoricamente e publicar é conhecido também como “pragmatismo clássico” (Marcondes, 2005; Ferreira, Bezerra Jr. & Tedesco, 2008). Como bem conhecido, o que se destaca nessa abordagem é a priorização de um método filosófico e científico que equivale o objeto de conhecimento com as práticas e seus efeitos na realidade – evitando ou não corroborando com a necessidade de categorias estáveis como estruturas organizadoras e mediadores na aquisição e produção de conhecimento. O pensamento é compreendido, portanto, desvinculado de questões tipicamente ontológicas, mas intimamente ligado à ação como forma privilegiada de conhecer e apreender os objetos e a realidade.

Enquanto método e teoria, o pragmatismo filosófico busca, desde suas origens, como defende James: “a atitude de olhar além das primeiras coisas, dos princípios, das ‘categorias’, das supostas necessidades; e de procurar pelas últimas coisas, frutos, consequências, fatos” (James 1907, p. 21).

O fazer teórico busca priorizar noções como efeitos e resultados e, dessa forma, criar uma espécie de primado da prática como condição de possibilidade privilegiada de se abordar a realidade e produzir conhecimento. Como afirma Peirce (1983, p. 59): “Considerar que efeitos – imaginavelmente possíveis de alcance prático – concebemos que possa ter o objeto de nossa

---

<sup>22</sup> O que Freire Costa aqui denomina como “neo-estruturalismo” é a forma como Jacques Lacan forja a noção de estrutura que, diferentemente do estruturalismo linguístico e antropológico, porta uma exclusão interna que seria o sujeito.

concepção. A concepção desses efeitos corresponderá ao todo da concepção que tenhamos do objeto”.

Segundo James e Dewey, a ação se assenta na dimensão da experiência, na capacidade do humano de experienciar e experimentar a realidade. Tal perspectiva, mesmo podendo ser considerada vizinha ao empirismo, busca priorizar e se deter aos efeitos e aos resultados práticos que, por sua vez, passam a ser concebidos como fontes de conhecimento. A experiência com esses resultados passa a ser, enfim, os verificadores privilegiados das verdades necessárias ao próprio desenvolvimento da vida humana.

A verdade para o pragmatismo clássico não é uma categoria empregada à dimensão empírica, ao conhecimento próprio à experiência sensorial, mas é um valor que se atribui ao conhecimento por sua utilidade individual e social. É o emprego dessa perspectiva para outros cerne da vida e da experiência dos indivíduos que possibilitou que James e Dewey também fomentassem a escola funcionalista da psicologia. “A verdade representa o valor de uma relação cognitiva entremeada por uma ação produtiva” (Ferreira, Bezerra Jr. & Tedesco, 2008, p. 13) e, desse modo, possibilita também a entrever que verdades estejam, inclusive, em uma posição anterior à ação. Tal perspectiva também levou ao funcionalismo incutir no âmbito da nascente psicologia as noções como o agir adequado, produtivo etc. Essas noções, por sua vez, testemunham, segundo estudos críticos, a intimidade que esse viés do pragmatismo tem com o utilitarismo econômico, como discutido na introdução deste trabalho.

Por outro lado, se o primado da prática orienta o pensamento pragmatista em geral, não se mantém historicamente somente a partir da valoração de uma noção de pouca sustentação como é a de experiência, assim como outra criticável, a de verdade enquanto valor utilitário. No âmbito do próprio pragmatismo clássico, tais categorias passaram a ser revistas desde as dissidências iniciais que ocorreram entre James e Dewey, de um lado, e Peirce, de outro.

Interessante é que apenas Dewey e James, dentre os pragmatistas, aplicaram o método pragmático à questão da verdade. Peirce, outro destacado pragmatista, aplico-o à questão dos significados, produzindo uma filosofia da linguagem expressa em uma teoria dos conceitos científicos. Uma vez que a área de atuação de sua semântica é o conhecimento científico, ele produz também uma filosofia da ciência, ou melhor, uma filosofia científica. Logo, sua abordagem na questão dos significados só pode se mostrar operacional, ou seja, o sentido de um termo é o conjunto das operações nele descritas, sem entrar na questão sobre a utilidade destas. Ele não trata, por conseguinte, do conhecimento comum. De resto, rejeita o sentido utilitarista imprimido por James ao movimento, o que o faz mudar o nome da sua doutrina para “pragmaticismo” (Arruda, Bezerra Jr. & Tedesco, 2008, p. 12).

A posição peirceana, que recusa o utilitarismo de James e Dewey e privilegia a compreensão das operacionalidades presentes na prática científica, fomentou o surgimento da

semiótica moderna. Nos seus estudos dos signos, Peirce desenvolveu instrumentais linguísticos que se tornaram as bases iniciais da pragmática enquanto abordagem propriamente da linguagem e que pôde se aprimorar e se desenvolver independentemente dos ideais pragmatistas e outros campos da filosofia e da linguística.

Esses impasses e desdobramentos do pragmatismo clássico proporcionaram uma extensa gama de desenvolvimentos teóricos no século XX e que culminaram no surgimento da filosofia da linguagem pós-positivista proposta por filósofos como Ludwig Wittgenstein, John Austin e outros, assim como o *neopragmatismo* representado principalmente por Richard Rorty e Donald Davidson.

Se, por um lado, ambas as correntes baseiam-se e buscam sustentar o primado da prática, por outro, também consideram insuficiente ou mesmo problemático o apoio na noção não linguística de experiência. Para tanto, substituem-na com a implementação da dimensão de linguagem, claro, em sua concepção pragmática e crítica aos modelos representacionais.

Pode-se afirmar que se deve especialmente a Charles Morris (1938), em seu *Fundamentos de uma teoria dos signos*, influenciado pela semiótica de Peirce e tendo como mentor John Hebert Mead, importante precursor da psicologia social, a introdução nos estudos da linguagem da divisão em sintaxe, semântica e pragmática<sup>23</sup> e que impactou enormemente a maioria dos desenvolvimentos posteriores em análise pragmática e pragmatismo (Marcondes, 2004, p. 7): “A sintaxe é o estudo das relações formais dos signos uns com os outros, a semântica é o estudo das relações dos signos com os objetos a que se aplicam (designata), e a pragmática o estudo da relação dos signos com seus intérpretes” (Morris, 1938 *apud* Levinson, 1983, p. 15).

A proposta de estruturar os estudos da linguagem divididos entre semântica, sintaxe e pragmática impactou a pragmática da filosofia da linguagem, possibilitando a virada pragmático-linguística presente nos últimos desenvolvimentos de Wittgenstein (1999) e na

---

<sup>23</sup> Retoma-se aqui, brevemente, a acepção dessas categorias: “A sintaxe estuda relações entre os signos como unidades básicas na formação de complexos como proposições e define quais são as regras e delimita combinações possíveis entre os signos na produção de significados – por exemplo, a sentença “João fora lá corre” é sintaticamente correta na língua portuguesa; já a sentença “Casa em estuda Maria”, incorreta. A semântica, por sua vez, estuda o significado dos signos linguísticos, considerando seu modo de relação com os objetos designados por eles – sentença “Júlio César concluiu a conquista da Gália em 51. a.C.” é considerada adequada à realidade histórica. Sintaxe também pode ser considerada como um pressuposto da semântica. Conforme uma lógica proposicional básica, uma sentença depende de articulações corretas em sua formação para ter significado e valor de verdade. Exemplos onde a função sintática compromete ou modifica a significação: - “51 Gália conquista da concluiu Júlio César a.C.” não produz significado e é sintaticamente errôneo; “João ama Maria” e “Maria ama João” são sentenças com significados distintos, mesmo tendo os mesmos signos, apesar de terem a mesma estrutura sintática. Já o estudo do domínio pragmático se interessa pela localização da função e do lugar dos intérpretes enquanto inseparáveis dos mais variáveis, múltiplos e heterogêneos contextos e modos de comunicação (Marcondes, 2017).

maioria dos trabalhos Austin (1961, 1979), que, por sua vez, também tiveram influência decisiva no próprio resgate do legado pragmatista proposto por Richard Rorty e Donald Davidson. Desse modo, a perspectiva pragmatista que põe em primeiro plano a experiência é articulada à linguagem, especialmente considerando a dimensão pragmática.

O neopragmatismo de Rorty e Davidson, dois autores contemporâneos, recorre à linguagem enquanto dimensão que supera a noção vitalista e não linguística de experiência do pragmatismo clássico. A partir da herança pragmática de Peirce e Morris via filosofia da linguagem de Wittgenstein e Austin, a proposta pragmatista é atualizada “focalizando sua atenção entre linguagem e o resto do mundo ao invés de entre experiência e natureza” (Rorty, 1994, p. 55).

A partir dessa mudança já não há mais sentido em investigar “se uma dada linguagem é adequada à tarefa de expressar de maneira fiel a natureza humana” [...] trata-se de indagar sobre as “coisas que fazemos com palavras” (Austin) e sobre suas consequências para o pensamento e a vida” (Ferreira, Bezerra Jr. & Tedesco, 2008, p. 17).

Para o pragmatismo clássico, como visto, há a verdade enquanto valor que se atribui à ação em sua utilidade e resultados práticos. A ação, enquanto experiência, dá-se “mais verdadeiramente” a partir do grau de utilidade e geração de satisfação ao humano. Para o neopragmatismo, como indicado na citação acima, se os efeitos e as consequências da ação são inseparáveis da dimensão da linguagem, ele também, de modo análogo ao pragmatismo antigo, não se separa do aspecto de engrandecimento da própria experiência. Dessa vez, a linguagem, ao invés da experiência, que passa a ser, eminentemente, um instrumento que tem a potência de produzir redescrições: “ao invés de nos voltarmos para a dimensão não linguística da experiência, deveríamos nos restringir a perguntar como podemos tecer novas “redes de crenças” utilizando novos “vocabulários”, mais ricos e interessantes para os nossos propósitos (Ferreira, Bezerra Jr. & Tedesco, 2008, p. 17).

Como visto, neopragmatismo não se restringe à análise pragmática, mas, valendo-se dessa última, constitui um questionamento a respeito da linguagem na sua relação com formas de vida e, dessa forma, produzindo um outro paradigma sobre o que é um sujeito, indagação essa que rompe com algumas das principais tradições filosóficas na modernidade.

O racionalismo cartesiano, o empirismo, assim como a crítica kantiana, são dispensáveis para o sujeito do primado da prática. Como argumenta Freire Costa (1994, p. 31), o sujeito é “uma realidade linguística de densidade prática”, sendo que tal prática não é simplesmente interior à dimensão da comunicação, mas das experiências morais e intelectuais e seus propósitos na vida individual e social.

O sujeito do pragmatismo ou o eu, no vocabulário de Davidson, Rorty e Wittgenstein, não é o produto da decantação intelectual que destila, em estado puro, os últimos constituintes da extensão e significação da palavra. Também não é o eu final, original, o mínimo ou o máximo eu, que analisa, explica e reduz a alguns elementos comuns a todos os outros “eus”. Para conhecer o sujeito, isto é, para empregar corretamente a expressão, não precisamos de acordo com definições racionalmente fundadas, precisamos de acordo quanto ao julgamento de seu valor pragmático. Uma definição racionalmente fundada é aquela que supõe a irredutibilidade empírica ou teórica dos termos de base. O sujeito ou eu do pragmatismo é somente a imagem mais coerente com o ideal de auto-enriquecimento (Freire Costa, 1994, p. 31)

Como observa Freire Costa (1994, p. 39), o neopragmatismo concebe a linguagem como uma habilidade, ou melhor, uma série diversificada de habilidades e ações humanas com características linguísticas. Trata-se de:

Comportamento natural expressivo, feito de marcas e sons articulados com sentido. É a habilidade que temos de reagir a estímulos do ambiente com palavras e sentenças. Esta habilidade é produto da evolução do homem, o que não significa reduzir a linguagem ao fisicalismo nem ao behaviorismo, como pode-se pensar de imediato. Reagimos linguisticamente a solicitações ambientais linguísticas e não linguísticas (Freire Costa, 1994, p. 39).

### **3.2. Usos teóricos das filosofias de Rorty e Davidson nos estudos psicanalíticos**

Um aspecto muitíssimo importante para se compreender o que significou a adesão ao pragmatismo, no caso dos trabalhos de alguns autores da redescrição pragmática da psicanálise, consiste no fato de que a própria noção de sujeito do inconsciente, especialmente aquela teorizado por Jacques Lacan, é deveras criticada e, em detrimento dessa noção, promove-se uma teoria da subjetividade delineada pela proposta pragmatista de sujeito voltado ao “auto-enriquecimento” (Freire Costa, 1994, p. 24): “não pergunte o que realmente sou”; “qual meu verdadeiro eu”; “o que de essencial existe em mim”. Pergunte, “como posso redescrever-me, de maneira a viver uma vida melhor ou mais bela” (Rorty *apud* Freire Costa, 1994, p. 24).

A noção de uma subjetividade dotada de capacidade de se redescrever e promotora de auto-enriquecimento contrapõe-se, segundo Rorty, ao “ideal de autopurificação”. Freire Costa se baseia na polaridade proposta pelo filósofo norte-americano para afirmar que desde muito cedo a disciplina freudiana fundamentou-se na busca pela última.

Baseando-se na analogia proposta por Freud em “Sobre a psicoterapia” (1904), Freire Costa busca exemplificar o que uma psicanálise pragmática significaria para a compreensão geral do que seria seu método. Nesse texto, Freud cita Leonardo Da Vinci quando esse fala da diferença entre a pintura e a escultura. A primeira “trabalha *per via di porre*, acrescentando as

substâncias, as cores, a uma tela branca” e a segunda “*per via di levare*, retirando da pedra bruta tudo que recobre a superfície da estátua nela contida”. A opção pela segunda perspectiva, o trabalho *per via di levare*, como sendo a que melhor forneceria uma imagem do que vem a ser o método de trabalho da psicanálise, consistiu em uma injunção técnica por parte de Freud (Freire Costa, 1994, p. 9).

A ideia de que o analista e o trabalho de análise, como na arqueologia, revelam uma espécie de escultura oculta e escondida que, no caso do tratamento clínico, seria a causa dos sintomas, estaria no fundamento de ao menos duas perspectivas ou versões. Na primeira, vale-se da compreensão do “trauma real, lembrança traumática, fantasia traumática, complexo imagóico recalçado ou, por fim, “verdade histórica” ou “história vivida” (Freire Costa, 1994, p. 10). A análise a descobriria, daria voz à linguagem dos sintomas, conduzindo-a para o campo da representação, em suma, ao poder e à ação do simbólico. Já uma segunda versão possível que se apoiaria na analogia empregada por Freud é aquela perspectiva, proeminentemente lacaniana, que ressalta a atividade da linguagem ou a existência de uma estrutura condicionada por ela.

A linguagem imaginada como esquema, forma matriz ou estrutura é o que determina a passagem do acontecimento sem sentido para um acontecimento com significação. Entre o puramente vivido e o posteriormente narrado interpõe-se a matriz linguística que, por sua ordem interna, determina que narrativas serão possíveis ou dizíveis conscientemente. A verdadeira escultura escondida é a arquitetura da linguagem (Freire Costa, 1994, p. 11).

A concepção de estrutura, segundo o viés crítico do pragmatismo, enquanto uma algo invisível que se afere mais por uma lógica do que análise prática da linguagem, seria decorrente “de entender como o sujeito pode comunicar-se, não obstante a vaguidade das palavras e frases da língua” (Freire Costa, 1994, p. 35).

Porque imaginamos que a língua corrente é imprecisa, inexata, polissêmica, sujeita a distorções etc, sucumbimos ao inevitável, ou seja, dizemos, de uma vez por todas, que a comunicação humana é impossível. Impossível porque jamais poderemos dizer exatamente o que queremos e o que sabemos sobre nós mesmos, o outro e o mundo (Freire Costa, 1994, p. 35).

Haveria, portanto, uma urgência teórica de se conceber uma outra matriz de linguagem em psicanálise que retirasse o sujeito de sua negatividade e de seu aspecto fugidio, como se esse fosse somente uma resposta do real a despeito de outras formas de racionalidade existentes na vida. A proposta de redescrição da psicanálise seria, portanto, elevar a uma importância teórica e clínica à própria redescrição do sujeito, de uma negatividade a uma espécie de positividade. No âmbito desse projeto contribuiria Donald Davidson, um conhecido filósofo da

mente americano, especialmente em seu *Paradoxos da irracionalidade* (1982), capítulo escrito para a coletânea *Philosophical Essays on Freud*, em que se encontra um debate específico com a obra freudiana para repensar o estatuto da irracionalidade, assim como da própria racionalidade, articulada às relações entre linguagem e sujeito.

Segundo Davidson (1982), sendo a irracionalidade um atributo possível à “ação, crença, intenção, inferência ou emoção”, não precisaria ser vista como oposto à racionalidade, ou seja, como um atributo ao não-racional, “uma falha dentro da casa da razão”. Faz-se necessário questionar por que é possível que a irracionalidade na forma da acrasia e autoengano ocorra, sendo que a interpretação das ações e dos fatos dá-se por uma suposta necessidade subjetiva de se atender a parâmetros da razão. Trata-se de um paradoxo – e é interessante perceber que admitir que as ocorrências de irracionalidade são um paradoxo, dado que o sujeito seria racional para a filosofia, especialmente anglo-saxã, o que indica a exclusão de qualquer dimensão constitutivo e de experiência do sujeito que se poderia chamar de loucura. Davidson, portanto, propõe uma concepção de mente que estaria calcada nas necessidades de resolução de contradições, mente essa que articularia de diferentes formas, razões, crenças e desejos. Essa doutrina da mente seria como uma espécie de reconstrução da psicanálise, considerando os fenômenos que se interessa (atos falhos, sintomas, repetições etc.) e as diversas críticas filosóficas a ela – de modo que se reconduza a invenção freudiana a um esteio da razão dessa vez no âmbito da ação.

Um argumento padrão contra a psicanálise que une filósofos de diferentes matrizes, como John Searle e Jean-Paul Sartre, dirige-se a ideia de que o inconsciente seria uma espécie de consciência oculta e autônoma, na qual desejos, identificações, afetos etc. teriam vida independente da consciência do indivíduo. Uma mente que não fosse um todo consistente e que, inclusive, supostamente retiraria da pessoa a responsabilidade por seus atos, desejos, pensamentos etc., seria em vários aspectos inviável filosoficamente, dada outros aspectos da razão, em especial a ética ou prática. Além disso, uma crítica de cunho epistemológico dirigido à Freud está no que seria o recurso que a obra freudiana faz às ciências físicas e biológicas para compreender a dimensão conflitiva da vida psíquica, sendo que essas, por serem psicológicas, deveriam ser compreendidas como derivadas de dinâmicas próprias à razão.

Freud ampliou enormemente o número e a variedade dos fenômenos considerados racionais; ocorre que temos razões para nossos esquecimentos, atos falhos e medos exagerados. Por outro lado, Freud pretende que suas explicações produzam o que a explicação na ciência natural frequentemente promete: abordagens causais que permitem controle. Dessa forma, ele aplica a eventos e estados mentais termos derivados da hidráulica, eletromagnetismo, neurologia e mecânica. Toulmin, Flew, McIntyre e Peters, entre os filósofos, em diferentes momentos afirmaram que as

teorias psicanalíticas tentam o impossível ao submeterem os fenômenos psicológicos (que requerem explicações em termos de razões) a leis casuais; eles acreditam que isso explica, mas não justifica, o uso constante por parte de Freud, ao falar da mente, de metáforas retiradas de outras ciências (Davidson, 1982).

Freud atribuía uma racionalidade própria aos chamados eventos inconscientes, porém, seria na descrição a partir dos esquematismos tópicos que, segundo o argumento de Davidson, faria da psicanálise uma teoria paradoxal do ponto de vista filosófico. No entanto, o pensamento freudiano triunfa em não tornar fenômenos que geralmente são tomados como ocasiões de irracionalidade como necessariamente fora do campo da razão.

É nesse imbróglio que Davidson propõe intervir e oferecer uma outra descrição para o que é chamado de inconsciente, mas dentro de um viés que se pretende racional e propositivo.

Parece então que há duas tendências irreconciliáveis na metodologia de Freud. De um lado, ele pretende estender o alcance dos fenômenos sujeitos à explicação racional; por outro lado, ele procura tratar esses fenômenos do mesmo modo como forças e estados são tratados nas ciências naturais. No entanto, nestas últimas não há lugar para razões e atitudes proposicionais; só há lugar para causalidade. Para avaliar essas críticas à teoria psicanalítica, gostaria primeiramente de apresentar parte do que acredito ser uma análise correta da ação intencional normal. Depois disso procurarei lidar com a questão da irracionalidade (Davidson, 1982).

Dada tal premissa, Davidson empreende o que seria um tratamento filosófico do inconsciente via algo muito típico da filosofia da linguagem, a implantação de uma lógica proposicional. Tal lógica fundamentaria uma análise que admitiria que ações não seriam desprovidas de conteúdo, que devido à intencionalidade, toda ação é proposicional. Tal fundamentação seria de grande interesse à psicanálise, ainda mais que os conteúdos nada mais seriam que crenças e desejos, sendo esses as causas e as razões para que ocorram ações ou eventos psicológicos. Davidson se desprende da tentativa freudiana de atribuir a eventos mentais explicações e causas de ordem física, mas por outro lado, propõe que desejos podem bem funcionar como causas para determinadas crenças, sem necessariamente serem razões, ou seja, suficientemente racionais.

No mínimo, a explicação suscita dois fatores: um valor, uma meta, um desejo ou uma atitude do agente, e uma crença de que, ao agir da maneira a ser explicada, ele pode favorecer o valor ou a meta relevante, ou ele estará agindo de acordo com essa atitude. Tanto a ação quanto o par crença-desejo, que fornece a razão, devem ser relacionados de maneiras bem distintas a fim de produzir uma explicação. Primeiro, deve haver uma relação lógica. Crenças e desejos têm um conteúdo, e esses conteúdos devem ser tais que impliquem que haja algo valoroso e desejável sobre a ação. Assim, um homem que descubra algo desejável na saúde, e acredita que o exercício físico torná-lo-á sadio pode concluir que há algo desejável nisso que pode explicar porque ele se exercita. Segundo, as razões que um agente possui para agir, se o que se quer é explicar a ação por meio delas, devem ser razões com bases nas quais ele agiu; as razões devem ter desempenhado um papel causal na ocorrência da ação. Essas duas condições das explicações racionais são ambas necessárias, mas não suficientes, uma vez que algumas relações causais entre pares de crença-desejo e ações não oferecem

explicações racionais (essa complicação não será tratada por nós aqui, embora não haja dúvida de que sejam ações irracionais que dão origem à complicação) (Davidson, 1982).

Freire Costa busca adentrar o ensaio davidsoniano na produção teórica psicanalítica brasileira, afirmando que se trata de um “modo teoricamente mais simples e elegante” de se compreender o inconsciente. Segundo ele, ao se compreender que há crenças que funcionam como causas sem serem razões”, essas mesmas podem ser chamadas de “causas ou crenças inconscientes” (Freire Costa, 1994, p. 29). Em suma, trataria de compreender que formações do inconsciente dão-se por causas inconscientes que não tem razão, “até pode ser descrita em termos de justificativas intencionais, aceitáveis para o sujeito ou para o intérprete” (p. 29). Por outro lado, Freire Costa adere a uma radicalização do ensaio de Davidson empreendida por Richard Rorty, quando, para esse último, as propostas do primeiro ainda estariam presas a concepções de causas e razões derivadas das noções de eventos e fatos, sendo que do ponto de vista da vida do sujeito, o que seriam causas e razões nada mais são do que processos de justificações que possibilitam decisões.

A passagem de relações de causa para relações de justificação admite uma estatuto específico do sujeito no neopragmatismo rortiano. Trata-se de uma “uma realidade linguística com densidade prática”, realidade essa *sujeita* a diversos processos de redescrições, reinvenções e consequências performativas. “O sujeito”, segundo Freire Costa (1994, p. 32), “é a rede de crenças e desejos postulada como causa interior do comportamento linguístico dos organismos singulares que somos nós” e, desse modo, tem dignidade teórica e prática na versa pragmatista da psicanálise.

Como afirmado acima, um aspecto importante do neopragmatismo segundo Rorty, e que Freire Costa articula ao seu empreendimento visando servir de parâmetro para se pensar a clínica, é a admissão do princípio de “auto-enriquecimento” em oposição à chamada “autopurificação”. Uma via de compreensão de como se embasa esse princípio é considerando que a pragmática tende a pôr as noções epistemológicas da verdade em suspenso para destacar as noções voltadas à justificação, realização e satisfação. A existência de relações causais entre crenças e desejos estão para além de um imperativo lógico-positivista de correspondência com uma realidade externa e extralinguística. A satisfação e a realização seriam, portanto, propriedades das palavras. Nesse ínterim, Freire Costa (1994, p. 52) afirma que “suporte corpóreo, material ou mental para a satisfação ou a realização de desejos, expectativas etc. Basta que seja descrito como “satisfatório””.

Satisfação é aquilo que num determinado sistema de crenças e numa certa prática linguística chamamos e reconhecemos como sendo satisfatório. O menos aqui é mais. Nenhuma definição de satisfação por meio de critérios extralinguísticos consegue dar conta do que é a satisfação. Coisa, aliás, bastante familiar à psicanálise, quando dizemos que o desejo, diferente da necessidade, realiza-se ou não pela realidade linguística da fantasia (Freire Costa, 1994, p. 52)

A satisfação ou não-satisfação seriam propriedades próprias à rede de crenças e desejos que, por sua vez, são o próprio sujeito para o neopragmatismo. No caso da não satisfação, que é percebido a partir de uma espécie de sentimento, Freire Costa (1994, p. 52) relaciona às formas mais variadas de sofrimento já descritas pela psicanálise (“angústia, tristeza, ansiedade, dor moral, desespero, inibições”) e que seriam razões para que um sujeito procure análise, e a própria situação pragmática de interpelação entre analisante e analista seria inicialmente suficiente para que redescrições comecem a efetivarem-se.

O processo analítico tem início com o reconhecimento de que a insatisfação do analisando pode ser reconhecida pelo analista como "insatisfação do analisando". A rede de crenças e desejos, que é o sujeito, começa a retecer-se. Mas, diz, Rorty, sem que se tenha que supor a presença fantasmagórica de nenhum sujeito metafísico ou de nenhuma estrutura invisível. A rede se movimenta em função de novas causas e justificativas criadas no diálogo com o analista (Freire Costa, 1994, p. 52)

A experiência de análise, por esse viés, dá-se pela paulatina alteração dos conteúdos proposicionais, isto é, crenças e desejos, “em virtude do poder performativo da linguagem”. Ou seja, a redescrição é se valer do estatuto performativo de significação em prol de outras formas de ser sujeito enquanto uma rede descentralizada, porém coerente, de crenças e desejos.

Nem sempre as mudanças satisfazem. Tentamos, então, novas descrições, partindo de novas causas e novas justificativas. Muitas vezes, entretanto, o sujeito diz "estou satisfeito, nem tudo vai ótimo, mas me satisfaço com o que consegui!". O analista pode concordar ou não (Freire Costa, 1994).

### **3.3. Ato de promessa enquanto princípio da experiência analítica**

Em *Dois verbetes de enciclopédia*, Freud (1922/1923) fornece sua bem conhecida definição para o que vem a ser a psicanálise. Trata-se de uma disciplina condicionada a dois procedimentos que se desenvolvem mutuamente, quando o conhecimento reunido que forma a *teoria* depende da articulação existente entre a *investigação* dos processos psíquicos e o *tratamento* conduzido pelo psicanalista. O que possibilita o funcionamento desse circuito, a própria manutenção da psicanálise, é o método de pôr em jogo a regra técnica fundamental – a associação livre.

Tal regra se apoia no “dever” e na “mais completa honestidade” do analisando em comunicar, como um “auto-observador atento e desapassionado”, o que ocorre na “superfície de

sua consciência” (Freud, 1922/1923). O que torna alguém que padece de um sofrimento psíquico, um paciente qualquer, em analisando, não é simplesmente a sinalização de seus sintomas no interior de um enquadramento discursivo específico, como aquele regado por uma gramática médica, biológica etc. A psicanálise depende de um dizer que *sim* do sujeito ao cumprimento desse trabalho, estabelecido na prática por Freud e atualizado por “uma imposição do psicanalista” quando ele diga “fala-me” (Gabbi Jr, 2007). O resultado é um compromisso atípico socialmente, em que o engajamento no cumprimento da regra fundamental por parte do analisando coloca-o em voltas com o seguimento de uma promessa impossível de tudo dizer – necessário ao estabelecimento do lugar do psicanalista e de tudo que subsequentemente será feito em nome do tratamento.

Esse dizer que *sim*, que se escuta muito mais pelas vias de uma enunciação indireta de quem pede análise, indica que o tratamento não se configura como um veículo específico de informações regido unicamente pela competência cognitiva para comunicação de seus participantes, mas é regulado por um virtual empenho a ser cumprido pelo analisante.

Dizer em análise não se reduz a um relato de estados internos pautado na introspecção. Caracteriza-se, sobretudo, como uma ação que não estaria apenas preconizada pela técnica da associação livre, necessária ao tratamento, mas ela mesma é esperada em função de um dever aceito e que se remete, por sua vez, à promessa realizada no acordo com o condutor do tratamento e que, já de saída, endivida o sujeito em sua própria palavra, em seu próprio dizer.

Situar a regra fundamental da associação livre é um apelo do psicanalista que regula a prática clínica. Na sessão, desse modo, a fala do analisante não estaria posta em função de atender às condições lógico-semânticas da verdade, a adequação verdadeira entre significação e realidade. A fala se sustenta muito mais pela busca de atender outras condições de sucesso, no caso, no cumprimento de uma promessa de tudo dizer.

O propósito desse pequeno esboço de um dinamismo fundamental à experiência de análise não é simplesmente reforçar a indicação de quão capital é o lugar da fala no fazer clínico, bem como do quão essencial é que o analisante fale para que o psicanalista tenha o que escutar, fundamentando mais uma vez o que também pode dizer Jacques Lacan, em um período inicial de seu ensino e que se encontra em *Função e campo da fala e da linguagem* (Lacan, 1998/1953), que “quer se pretenda agente de cura, de formação ou de sondagem, a psicanálise dispõe de apenas um meio: a fala do paciente”.

É no esteio de uma *filosofia da psicanálise* que Osmyr Gabbi Jr. (2007) situa a argumentação de que concepções diversas sobre a natureza da linguagem atravessam a obra freudiana, apesar de que Freud não tenha formalizado e tenha determinado até mesmo o

trabalho de formulação inicial da metapsicologia. Segundo o filósofo, desde a *Interpretação dos sonhos* se “pressupõe”, mesmo que tacitamente, “que a relação entre pensamento e linguagem seja uma relação de tradução” (Gabbi Jr, 2007, p. 109). O trabalho do psicanalista detém-se na busca pela revelação do sentido do pensamento e do desejo, atuando no estabelecimento de uma “identidade entre analisar significado e analisar processos internos” (Gabbi Jr, 2007, p. 109).

A psicanálise, calcada em um tipo de lógico-semantismo não positivista, mas em função da realidade psíquica, estaria condicionada a uma *metafísica do desejo* que se edifica na teoria e na prática psicanalítica pelo princípio de que todo ato psíquico é a realização de um desejo. A metapsicologia freudiana, portanto, constitui-se dependente de certos pressupostos e estatutos da linguagem e da verdade que, diante do avanço teórico nesses campos, seriam passíveis de uma revisão crítica e filosófica.

Diante dessa perspectiva crítica, porém favorável, Gabbi Jr. (2007, p. 112) em seu artigo “*Usos da linguagem em psicanálise*” formula uma interessante perspectiva que propõe um paradigma implícito e latente da linguagem em psicanálise que se depreende, como visto, a partir do próprio funcionamento do dispositivo psicanalítico, partindo de uma crítica à metafísica do desejo e que alcança uma articulação com o campo da análise performativa.

Essa proposta considera que a sessão analítica estaria organizada por uma noção bastante considerada em análise performativa, não apenas por Austin (1979), mas Lacan (1967) e Agamben (2011), a dimensão da promessa.

No sentido de elaborar uma metapsicologia que efetivamente determine a experiência psicanalítica, a noção de promessa oferece a vantagem de dirigir a atenção do analista para as condições formais da constituição de promessas, [...], e não para os seus conteúdos específicos, evitando o falso dilema de saber se o analisando está mentindo ou não. Em suma, dirige os esforços do analista na direção de entender que as condições de determinação da subjetividade do analisando estão fora dele e não em algo interno, pois, prometer supõe, em princípio, uma relação entre agentes e não algo no seu interior (Gabbi Jr., 2007, p. 112).

A promessa, por essa perspectiva, consiste em um ato essencialmente operante para a experiência de análise. Para o autor, evidenciar a função da promessa depende da realização de um deslocamento teórico do lugar do desejo, que deixaria de ser um *princípio constitutivo* – todo ato psíquico visa a realização de desejo – para se tornar um *princípio regulador*.

Esse movimento, além de atualizar a própria tradição empirista adotada por Freud, põe a metapsicologia ainda mais em dependência de decisões técnicas do tratamento psicanalítico. Desse modo, a modalidade de escuta e do fazer do analista são determinantes para se pensar a própria linguagem em uso na própria experiência psicanalítica, destituindo-a de forma radical

a práxis de uma grande dificuldade – a de acomodar a função interpretativa na especulação dos mecanismos internos.

#### **4.0. ALÉM DO PRAGMATISMO E DA CRÍTICA PÓS-ESTRUTURALISTA: UMA PROPOSTA DE LEITURA PERFORMATIVA, TEÓRICA E CLÍNICA DO ENSINO LACANIANO**

A abordagem austiniana que substitui um modelo representacional da linguagem por um modelo performativo legou aos estudos filosóficos e linguísticos o problema da dimensão ilocucionária: a realização performativa depende das condições contextuais e convencionais para que os atos de fala tenham força de significação, não apenas das condições sintáticas, mas especialmente da dimensão pragmática. As diversas formas de tratar esse problema geraram doutrinas distintas sobre o ato performativo: John Searle propôs sua taxonomia dos atos ilocucionários, articulação do ato de fala à lógica proposicional e indicação da competência cognitiva e linguística dos falantes em suas relações com os contextos; Jacques Derrida, com sua crítica desconstrucionista, desarticula os atos performativos do paradigma fonocêntrico, propondo que a iterabilidade e a citacionalidade da escrita tornam os atos independentes das convenções e, inclusive, das intenções do falante; Judith Butler, tomando o gênero como exemplo de como a linguagem performativa é fenomenologicamente incorporada, vale-se da dramaticidade e da paródia para pensar os atos performativos na relação entre repetição e variação, assim como entre injúria e resistência.

Surge, portanto, a questão de como a teoria psicanalítica, a partir do ensino de Jacques Lacan e enquanto um saber a respeito da função da fala e do campo da linguagem, poderia responder à problemática contida na forma como o discurso da ação formulou a performatividade da linguagem. Faz sentido pensar a partir da psicanálise que a linguagem atua em relação aos falantes em termos de lógica ilocucionária, iterabilidade e citacionalidade, incorporação fenomenológica etc. À medida em que conhecimentos dos estudos de gênero alcançam à psicanálise, a invenção freudiana é demandada a pensar a performatividade.

Tal demanda também já tinha surgido na articulação com os estudos pragmatistas e pragmáticos que buscaram atender à indagação de psicanalistas sobre vieses menos estruturalistas para a experiência psicanalítica. Além disso, ao se reconhecer que a performatividade não é apenas um modelo teórico, mas uma forma de se viver a linguagem que, como os autores trazidos por esta pesquisa tematizam, extrapola convenções e limites entre realidade e representação, vida cotidiana e arte etc., e indica a subjetividade de nossa época.

A performance contemporânea, em seus diferentes territórios de atuação e com suas distintas acepções, oferece um campo de abertura para que a psicanálise valorize, em seu campo específico de atuação, as dimensões do ato e do corpo. Concebida como um modo de linguagem que comparece em ato e cuja duração tem como condição a

presença do corpo, a performance instiga o psicanalista a vislumbrar o ato como uma operação psíquica positiva, reveladora de um sujeito que ali mesmo se fabrica, e não como um elemento que aponta para um sujeito alhures, aquele que comparece na atuação ou no acting-out para denunciar uma dessimbolização ou uma dificuldade de elaboração psíquica (Fortes, 2020, p. 50).

A atual tese se propõe, no entanto, delimitar-se epistemologicamente em responder essa questão mais geral posta à psicanálise, circunscrevendo-se a partir do ensino de Jacques Lacan e de considerações teóricas de seus comentadores para pensar de que forma ocorrem as relações entre ato e fala e suas distinções no escopo de problemas até este momento levantados a respeito do discurso da ação. Para tanto, a pesquisa elegeu pontos temáticos do ensino lacaniano: a) função fundamental da fala na experiência psicanalítica, b) noção geral lacaniana sobre atos de linguagem em vista do ato analítico; c) teoria da lalíngua e; d) a dimensão retórica da experiência de análise

#### **4.1. A performatividade da mensagem invertida: a função fundamental da fala**

*“Não iremos mais longe por esse caminho, antes de perguntar: que é a fala? E verificaremos que, aqui, todos os termos têm peso. Nenhum conceito, no entanto, fornece o sentido da fala, nem mesmo o conceito do conceito, pois ela não é o sentido do sentido. Mas ela dá apoio ao sentido no símbolo que encarna por seu ato. Trata-se, pois, de um ato, e como tal, supõe um sujeito”* (Lacan, 1998, p. 353).

Uma das propostas iniciais de Jacques Lacan enquanto psicanalista, algo que se encontra especialmente em seus escritos e primeiros seminários, é um empreendimento crítico que pudesse levar a psicanálise praticada em sua época a reencontrar a sua própria técnica. Trata-se de um momento importante na história da invenção freudiana, pois tal empreendimento pretendeu se contrapor às psicanálises centradas nas relações de objeto e nas defesas do ego, a partir da restituição da função da fala e do campo da linguagem. Um dos principais argumentos seria o de que a descoberta do inconsciente por Freud e sua forma de analisá-lo anteciparam a formulação da análise da língua por Ferdinand de Saussure (Lacan, 2003, p. 175).

O que ficou conhecido como *Discurso de Roma e Função e campo da fala e da linguagem*, que posteriormente se tornou conhecido pelo público em forma de escritos, é uma retomada à questão da técnica que invariavelmente estaria comprometida com uma recondução da “experiência à fala e à linguagem”. A crítica dirigida aos psicanalistas que abandonam o fundamento da fala é também uma afirmação de que a psicanálise evita seus descaminhos ao se dedicar aos estudos da função da fala (Lacan, 2003, p. 245).

[...] momento em que Lacan tanto enfatizou como sendo aquele no qual eu começo, de verdade, e que ele atribuiu a seu “Relatório de Roma” sobre a linguagem e a fala. Com efeito, é o primeiro escrito em que Lacan afirma a primazia do simbólico, não mais do imaginário que é ultrapassado pelo simbólico. Ele atribui ao simbólico a causalidade em jogo e, por isso mesmo, ele põe em questão o sujeito, ele cria seu nome, ou seja, ao lado do eu (moi), cuja instância responde ao narcisismo, ele inscreve o sujeito como sujeito da fala, sujeito da linguagem, sujeito do inconsciente ao qual ele dará mais tarde o símbolo (Miller, 2011).

Dado o período em que se deu suas primeiras formulações teóricas, especialmente em meio à ascensão do estruturalismo em seu meio intelectual, pode-se afirmar que Lacan se tornou um teórico da fala ao encontrar os fundamentos no próprio campo da linguagem subjacente à prática da psicanálise – campo esse que evidencia o poder e a eficácia simbólica da palavra. Dizer que foi um teórico da fala se contrasta com o fato de que a linguística saussureana, assim como todo movimento estruturalista, valoriza mais a língua em sua realidade estrutural do que em sua atualização fonológica no fenômeno da fala.

No *Curso de linguística geral* (2012, p. 50-51), Saussure propõe dois objetos de trabalho para o linguista, a *língua* e a *fala*, apesar de que a linguística é vocacionada principalmente para a primeira e tem nela seu objeto próprio (Saussure, 2012, p. 52). A fala é eminentemente a formação fonética, a fonação e o processo de alteração de sons. O projeto saussureano parte da premissa de que a língua, enquanto sistema de signos, existe independentemente dos fenômenos que regem o campo da fala.

Sem dúvida, esses dois objetos estão estreitamente ligados e se implicam mutuamente; a língua é necessária para que a fala seja inteligível e produza todos os seus efeitos; mas esta é necessária para que a língua se estabeleça. Como se imaginaria associar uma ideia a uma imagem verbal se não se surpreendesse de início essa associação num ato de fala? [...] Existe, pois, interdependência da língua e da fala; aquela é ao mesmo tempo o instrumento e o produto desta. Tudo isso, porém, não impede que seja duas coisas absolutamente distintas (Saussure, 2012, p. 51).

Para Saussure, a fala é “um ato individual de vontade e inteligência” (Saussure, 2012, p. 45), na qual se distingue as combinações para a realização da língua e a sua exteriorização mediante o mecanismo psicofísico. Desse modo, a separação entre língua e fala acompanha o que viria a ser a distinção entre social e individual, assim como o essencial do que é acessório (Saussure, 2012, p. p. 45)

Lacan, por sua vez, situa diferentemente a relação entre língua e fala desde o início do seu ensino. Afirma que se “os conceitos psicanalíticos se orientam no campo da linguagem”, apenas se “ordenam na função da fala” (p. 247). A experiência de análise dada na realidade revela uma função da fala muitíssimo distinta da abordagem linguística saussureana que, de certa forma, articula fala à intenção e inteligência no campo comum de interpelação entre os

falantes. A situação analítica possibilita uma outra conjuntura<sup>24</sup>. Ao definir a psicanálise, Lacan diz que: “Seus meios são os da fala, na medida em que ela confere um sentido as funções do indivíduo; seu campo é o do discurso concreto, como campo da realidade transindividual do sujeito; suas operações são as da história, no que ela constitui a emergência da verdade no real” (Lacan, 1998, p. 259).

“Nada há de criado que não apareça na urgência, e nada na urgência que não gere sua superação na fala”, afirma Lacan (1998, p. 242). Desde muito cedo na história do ensino lacaniano, a fala, enquanto forma privilegiada pela psicanálise em se realizar a eficácia simbólica da palavra, encontra sua função alhures ao modelo comunicacional. Segundo Lacan (1998, p. 246), a noção de comunicação é anti-histórica e diametralmente oposta àquilo que a experiência analítica evidencia. Equivaler fala com comunicação é próprio de modelos comportamentalistas cuja intenção é promover uma *human engineering*, adaptando indivíduos à sociedade, estabelecendo padrões de conduta para a comunicação humana.

As relações entre fala e linguagem é um problema que, para a psicanálise, está localizado na experiência do sujeito consigo, relações essas que, segundo Lacan (1998, p. 281), constituem um trio de paradoxos interessantes para a investigação das funções da fala. Primeiramente, a loucura, que indicaria “a liberdade negativa de uma fala que renunciou a se fazer reconhecer” e “objetiva os sujeitos em uma linguagem sem dialética”. O segundo paradoxo está no fato de que sintoma, inibição e angústia, por sua vez, são formações que indicam quando a fala é expulsa do discurso – “o sintoma é o significante de um significado recalcado da consciência do sujeito”. Já o terceiro, a perda do sentido do sujeito nas objetivações do discurso, discurso esse que Lacan identifica, em larga medida, próprio à civilização científica.

Para fornecer disso uma formulação exemplar, não poderíamos encontrar terreno mais pertinente do que o uso do discurso corrente, fazendo notar que o “isso sou” [“ce suis-je”] da época de Villon inverteu-se no “sou eu” [“c'est moi”] do homem moderno. O eu do homem moderno adquiriu sua forma, como indicamos em outro ponto, no impasse dialético da bela alma que não reconhece a própria razão de seu ser na desordem que ela denuncia no mundo (Lacan, 1998, p. 283).

Nesse momento inicial do percurso de Lacan, bastante marcado pela influência hegeliana vinda de Alexandre Kojève, o inconsciente é pensando como uma realidade transindividual, constituído em larga medida por uma espécie de *apartheid* da fala em relação ao discurso histórico e concreto que constitui o sujeito, e tratável pela retomada de uma dialética

---

<sup>24</sup> Veja-se uma alusão à psicologia concreta de Georges Politzer. Dada a importância do filósofo nos estudos pessoais de Lacan, o autor da atual tese, por decisão teórica, pretende em futuras pesquisas contemplar melhor esse aspecto.

na experiência interpelativa entre analisante e analista. Uma famosa máxima lacaniana que marca esse momento teórico do ensino caracteriza o inconsciente como sendo o capítulo da história do sujeito “que é marcado por um branco ou ocupado por uma mentira: é o capítulo censurado” (Lacan, 1953/1998, p. 260).

O *Relatório de Roma* (Lacan, 2003) e *Função e Campo* (Lacan, 1998) fazem parte de uma fase teórica inicial quando Jacques Lacan considera a existência de uma fala plena em oposição a uma fala vazia, ou seja, uma aposta enorme nos poderes da fala no sentido de que seria capaz de um trabalho que suspenderia o recalque, de modo que fosse possível a reunião do significante com seu significado, o seu significado verdadeiro. Como pôde afirmar em seu primeiro seminário, e de alguma forma antecipando o que viria ser a sua posterior doutrina do ato analítico:

A palavra plena é a que visa, que forma a verdade tal como ela se estabelece no reconhecimento de um pelo outro. A palavra plena é palavra que faz ato. Um dos sujeitos se encontra, depois, outro que não o que era antes. E por isso que essa dimensão não pode ser eludida da experiência analítica. Não podemos pensar na experiência analítica como um jogo, um engodo, uma manigância ilusória, uma sugestão. Ela coloca em causa a palavra plena (Lacan, 2009, p. 147).

Nesse mesmo seminário, articulando com o elogio a função da fala, também se retoma a conhecida afirmação freudo-lacaniana de que “nossos atos falhados são atos que são bem-sucedidos” (Lacan, 2009, p. 345), máxima que parte da equivalência entre ato e palavra e da consideração de que revelariam sua relação com uma verdade. Em todas as formações do inconsciente, em geral, “manifesta-se uma palavra que traz a verdade” – fato esse próprio à descoberta de Freud, “a verdade pega o erro pelo cangote, na equivocação” (Lacan, 2009, p. 345)

Posteriormente, como é sabido, o que pôde ficar registrado em *A direção do tratamento e os princípios do seu poder* (Lacan, 2003), a prática da psicanálise supera o paradigma dialético da perspectiva de que a análise ofereceria uma intersubjetividade operante a partir de uma interpretação simbólica universal capaz de reencontrar ao sujeito o discurso/razão de seu ser. A fala plena não existe, conclui Lacan de diversas maneiras. Com o avanço do ensino lacaniano em vista do registro do real, fica cada vez mais colocado teoricamente que a verdade da fala não se representa e nem se imagina. Se é formulada, ela é bem o impossível. Segundo Jacques-Alain Miller (2005, p. 53), “a impossibilidade de dizer na fala a verdade da fala, é o que, bem mais tarde, Lacan escrevera como S de A barrado: S( $\bar{A}$ )”. Além disso, como em um período avançado do ensino lacaniano, afirma-se que essa impossibilidade tem materialidade: “as

palavras faltam”. Diz-se a verdade, mas não-toda, de modo que pelo impossível “a verdade tem a ver com o real (Lacan, 2003, p. 508).

Porém, retornando ao momento do seminário do *Relatório de Roma* e a despeito do posterior reconhecimento da impotência/impossibilidade representacional da fala em relação à verdade, o que a experiência psicanalítica invariavelmente testemunha – ponto teórico que se retoma mesmo em seminários mais avançados, como em *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (Lacan, 1985) – são os efeitos de fala enquanto constitutivo do inconsciente. O estatuto mais fundamental da fala na psicanálise, desse modo, é aquele que se deduz pelos seus efeitos.

Em meu relatório de Roma, procedi a uma nova aliança com o sentido da descoberta freudiana. O inconsciente é a soma dos efeitos da fala, sobre um sujeito, nesse nível em que o sujeito se constitui pelos efeitos do significante. Isto marca bem que, com o termo sujeito - é por isso que o lembrei uma origem - não designamos o substrato vivo de que precisa o fenômeno subjetivo, nem qualquer espécie de substância, nem qualquer ser do conhecimento em sua patia, segunda ou primitiva, nem mesmo o logos que se encarnaria em alguma parte, mas o sujeito cartesiano, que aparece no momento em que a dúvida se reconhece como certeza - só que, pela nossa abordagem, as bases desse sujeita se revelam bem mais largas, mas, ao mesmo tempo, bem mais servas quanto à certeza que ele rateia. É isto que é o inconsciente (Lacan, 1985, p 122).

A forma como Lacan tematiza os efeitos da fala subverte a perspectiva comunicacional e pragmática, pois não se trata simplesmente da dimensão persuasiva e mobilizadora da fala de um enunciador sobre ouvintes, plateias etc., mas, ao considerar a noção de sujeito, o que é deveras distinta do mero falante enunciador linguístico, compreende-se que ele é assujeitado pela linguagem, ou mais propriamente à língua, do Outro e que constitui o próprio inconsciente. Assim, encontra-se certa consonância com um aspecto dos atos de fala pouco tematizado por Austin e Searle, o ato perlocucionário, ou seja, o ato *por se dizer* e que é aferido pelos seus efeitos subjetivos, consonância essa já identificada por Safatle (2005, p 108), ao dizer que Lacan faz “uma espécie de uso clínico da ideia de Austin”, ou seja, uma clínica da força perlocucionária, mas tomada a partir do Outro, do inconsciente.

Como Austin, Lacan em diversos momentos de seu ensino fez referências críticas aos lógico-positivistas de Oxford. Lacan, particularmente, problematizava em especial à tentativa de busca de um “meaning of the meaning” de C. K. Ogden and I. A. Richards. Mesmo na fase inicial do ensino lacaniano, a do inconsciente histórico, o que seria a verdade da fala não é simplesmente um outro sentido, mas o próprio dizer enquanto produtor e criador, a verdade do lugar do verbo e de seus efeitos.

Com efeito, como haveria a fala de esgotar o sentido da fala — ou, para dizê-lo melhor, com o logicismo positivista de Oxford, o sentido do sentido -, a não ser no

ato que o gera? Assim, a inversão goetheana de sua presença nas origens - "No começo era a ação" - inverte-se, por sua vez: era realmente o verbo que estava no começo, e vivemos em sua criação, mas é a ação de nosso espírito que dá continuidade a essa criação, renovando-a sempre. E só podemos voltar as costas para essa ação deixando-nos impelir cada vez mais adiante por ela (Lacan, 1998, pp. 272-273).

O sujeito sofre os efeitos da fala e vive na criação do verbo. A cadeia significante, portanto, é o que reverbera. O que poderia chamar filosoficamente de discurso da ação – doutrina dos atos de fala em geral no sentido austiniano e pragmático – é uma mera repetição ou renovação do dizer inconsciente, que a psicanálise mostraria que não seria tão utilitarista assim. Trata-se da língua, enquanto dizeres e seus efeitos, do que propriamente de linguagem no sentido de que portaria uma estrutura, uma gramática e mesmo no reconhecimento de regras convencionais. Esse estatuto outro para linguagem, que não é propriamente a do “inconsciente estruturado como uma linguagem”, é o “muro de linguagem que se opõe à fala, e as precauções contra o verbalismo, que são um tema do discurso do homem "normal" de nossa cultura” (Lacan, 1998, 283).

A função do analista, desde então, é possibilitar que se libere a fala, reintroduzindo a linguagem que não seja muro, mas a que fala o desejo e o sujeito é falado. Trata-se da fala articulada “ao discurso do outro no segredo de seu código”, e não a que expulsa o desejo do discurso. Desse modo, a psicanálise restituiria a função fundamental da fala em um campo da linguagem que não serve para informar, mas é evocativa.

Para Lacan, a razão da linguagem se exprimir, longe de ser puramente pragmática, é a de definir a subjetividade. Porém, a lógica desse processo somente é possível de ser reconhecida enquanto mensagem invertida – tema clássico no ensino lacaniano –, razão pela qual “a linguagem humana constituiria, então, uma comunicação em que o emissor recebe do receptor sua própria mensagem sob forma invertida” (Lacan, 1998, p299). Trata-se de uma proposição que subverte a racionalidade comunicacional, pois a fala não seria uma mensagem cuja resposta viria posteriormente, mas, como a análise evidenciaria, pelo fato da linguagem ser Outro, “não há fala sem resposta” (Lacan, 1998, p. ). O destinatário não é simplesmente o outro falante, mas o Outro, o próprio inconsciente em que se estrutura a resposta daquilo que o sujeito quer dizer:

Como tal, ela se envolve na mais alta função da fala, na medida em que implica seu autor ao investir seu destinatário de uma nova realidade: por exemplo, quando por um "Tu és minha mulher" um sujeito marca-se como sendo o homem do conjunto. Essa é, com efeito, a forma essencial de onde deriva toda fala humana, em vez de chegar a ela (Lacan, 1998, p. 299).

Tematizando a performance no âmbito do ensino lacaniano, Éric Laurent (2022) considera que “a presença do Outro na própria performance da fala dá lugar à resposta que

espero assim que falo porque o que busco na fala é a resposta do Outro”. O sujeito não apenas pergunta, mas é a própria pergunta, é a grande questão presente mesmo quando se fala para agir, ou seja, se profere atos de fala como “tu és minha mulher”, recebe a resposta do que és, o homem do conjugo: “É o que se evidencia em toda palavra dada, onde as declarações "tu és minha mulher" ou "tu és meu mestre" significam "sou teu marido", "sou teu discípulo" (Lacan, 1998, p. 353).

A experiência analítica, portanto, demonstra que nessa forma de se identificar com a linguagem, ou seja, ao ser nomeado, como afirma Lacan, o sujeito se perde nela como objeto (Lacan, 1998, p.301). Laurent (2022) afirma que esse vínculo entre nomeação e perda de referência “será mantido no ensino de Lacan”. Trata-se de uma concessão do sujeito com o Outro que é a forma de se entrar na linguagem, porém, “ao me nomear, ao me identificar, já não sou mais quem fui ou o que estou me tornando, o nome desaparece” (Laurent, 2022). O objeto posteriormente ganhará um estatuto teórico maior quando, no âmbito do grafo do desejo, é localizado como objeto articulado ao fantasma. Esse objeto, do qual o sujeito é, por ser constituído pela trama inconsciente, apenas é possível ser reconstituída no discurso analisante a partir de interpretações tanto do analista quanto do analisante e em um modo temporal bem específico, o futuro anterior: “o que se realiza em minha história não é o passado simples daquilo que foi, uma vez que ele já não é, nem tampouco o perfeito composto do que tem sido naquilo que sou, mas o futuro anterior do que terei sido para aquilo em que me estou transformando” (Lacan, 1998, p. 301).

Pode-se situar esse “terei sido”, ou o *desse*, como afirma Miller (2011), como que relacionado com os efeitos de desidentificação próprios ao dispositivo analítico, assim como a desarticulação do objeto do ideal ou extração de objeto, como tematizado em seminários posteriores. O que se faz importante ressaltar no âmbito desta atual pesquisa sobre a performatividade é a distinção que essa forma de se identificar e desidentificar demonstra em relação à incorporação fenomenológica da linguagem performativa pensada por Butler. Trata-se de um ponto de reflexão que se mostra decisivo, pois há diversas diferenças teóricas entre as formas como Lacan e Butler pensam a performatividade como que presente no campo da linguagem por onde o sujeito se constitui.

Os processos identificatórios, como pensado pela experiência psicanalítica, passa por um necessário recalçamento e, por sua vez, ao largo da racionalidade proposta por Butler. A prática de fala ou performatividade psicanalítica é distinta das práticas parodísticas dos atos performativos de subversão de identidades normativas e das categorias de corpo, sexo, gênero e sexualidade, subversão essa que também passa pela performatividade social de autoafirmação.

Na psicanálise, corrobora-se com Lacan de que a afirmação de si e qualquer processo de identificação passa pelo Outro, no âmbito de um desconhecimento e alienação que é fundadora, mas que ao mesmo tempo produz enigma. Nesse ponto, Éric Laurent argumenta que:

O gozo que o performativo traz como autoafirmação é o oposto da produção psicanalítica do sujeito. Para a psicanálise, a afirmação mais segura é a do fracasso: ato errado, lapso de língua, tropeços diversos. As formações do inconsciente produzem um sujeito através de um ato de linguagem que une o enigma e o significado a ele atribuído (Laurent, 2022)<sup>25</sup>.

O objeto na psicanálise é uma produção acéfala, regido pela ordem do gozo, e não decorrente de uma prescrição normativa de contextos de imposição de identidades. A reconstituição do tecido inconsciente a partir do discurso do analisante leva à aposta de se recuperar o contexto do qual a psicanálise se interessa; não uma realidade convencional, mas a realidade sexual, propriamente fantasmática.

#### **4.2. Noção lacaniana sobre atos de linguagem em geral em vista do ato analítico**

Entre os diversos engajamentos teóricos de Jacques Lacan em sua busca por formulações renovadas para a experiência psicanalítica, há um que tem uma especial particularidade, exatamente por estreitar ética e linguagem no que há de mais evidentemente prático na invenção freudiana, a própria relação entre analisante e analista. Trata-se do que pôde ser tematizado em torno da questão do *ato* e que se deu, especialmente, entre os anos de 1966 e 1968, quando ocorreram os seminários *A lógica do fantasma* e *O ato psicanalítico*.

A particularidade desse momento teórico justifica-se pelo fato de que, diferentemente do que poderia se pensar, o psicanalista parisiense foi capaz de realizar um conjunto de reflexões que não apenas se resume à compreensão do que vem a ser os atos que visam a interpretação e a passagem da posição de analisante a analista. Paralelamente ao interesse pela estrutura e lógica próprias ao ato psicanalítico, aquele ato que autoriza, instaura e conclui uma análise, há também uma empreitada do Lacan em evidenciar o que pode vir a ser, de modo geral, um ato.

Uma noção que à primeira vista parece genérica, mas ato alude que a indicação de que uma dimensão propriamente performativa compõe a experiência subjetiva e social com a

---

<sup>25</sup> Tradução livre do francês: La jouissance qu'apporte le performatif comme assertion de soi est à l'opposé de la production psychanalytique du sujet. Pour la psychanalyse, la plus sûre assertion est celle de l'échec : acte manqué, lapsus, achoppements divers. Les formations de l'inconscient produisent un sujet par un acte de langage qui noue ensemble l'énigme et le sens qui s'y attachent.

linguagem. Não apenas de situações e contextos da linguagem ordinária, como já pode ser visto e problematizado em outros momentos desta pesquisa, mas a noção de ato é própria dos movimentos decisivos e idiossincráticos à História. Um importante exemplo que interessou a Lacan (1966-67/2008, p. 25) pôde ilustrar bem essa questão: a travessia do Rubicão. Trata-se do momento histórico em que um rio homônimo e localizado no território italiano foi atravessado pelo general Júlio César e suas tropas. Na época do Império Romano, esse curso d'água servia juridicamente como um limite para qualquer movimentação militar, dificultando que chegassem ao centro de Roma até mesmo as tropas imperiais, evitando com que elas, por exemplo, servissem a propósitos políticos de desestabilização do estado. E exatamente o que a aristocracia mais temia, ocorreu: aquele que iria se tornar um dos mais famosos governantes da antiguidade decidiu não obedecer a essa lei e se lançar à sorte na luta pelo poder – *Alea jacta est*, “a sorte está lançada”, teria dito César.

Para o argumento lacaniano, a realização do “sonho de ultrapassar o Rubicão” é um bom exemplo para responder à questão do que pode ser um ato, por ter sido capaz de instituir um começo, inaugurando um novo tempo e espaço. Mas como também foi visto, além dessa característica solene, tratou-se também de uma ação que teria posto um sujeito histórico fora dos limites de uma lei, dos contextos e das convenções, desvencilhando-o da repetição normativa, e sem deixar de ter força simbólica na história, a partir de uma ultrapassagem, de uma atitude também caracterizada de politicamente revolucionária e transformativa.

Esse exemplo do que poderia ser entendido como uma atitude heroica, rebelde ou triunfante, deixa principalmente em evidência as atribuições de nobreza e bravura a certos atos, exatamente por estar relacionado com a “determinação do começo, e muito especialmente, ali onde há a necessidade de fazer um, precisamente porque não existe” (2008/1967, p. 78). A travessia do Rubicão marcou o início da era juliana de Roma.

Mas se é possível afirmar que há esse caráter criativo e, ao mesmo tempo, transgressivo e transformativo que, em geral, carrega um forte sentido político, é importante também observar a existência de atos que se dão na experiência cotidiana de interpelação entre os sujeitos falantes. Trata-se do que ocorre especialmente em contextos ordinários, fenômenos de linguagem que Lacan chegou a chamar de “resíduo leigo do ato” (p. 78), e que testemunham uma articulação entre fala e ação, entre dizer e fazer, mas de uma maneira que também subverte a pragmática. Retomando uma citação lacaniana já posta neste trabalho (Lacan, 1998, p. 272), a ação é nada mais que a continuidade e repetição a partir do que se criou pelo verbo, por atos mais fundamentais e que antecede os sujeitos, o que podemos aproximar aos enunciados das formações discursivas como pensa Foucault (2008).

É evidente o constante recurso a uma diversidade grande de saudações, inaugurações, ameaças, ordenamentos, promessas etc., que ocorrem explícita e implicitamente no cotidiano da vida social, e que evidenciam uma densidade performativa da linguagem. Lacan denomina de atos cerimoniais, tradicionais etc. tais proferimentos performativos, e procurou especialmente evidenciar o lugar que esses usos da linguagem têm na estrutura simbólica, revelando, assim, a lógica que os determina. É bem por essa perspectiva que ele poderá dizer, por exemplo, que em geral esses atos se mostram como “ecos de coisas de que se fala como se fossem passadas” (1968, p. 78), ou seja, ações que, por serem propriamente simbólicas, estão submetidas a uma repetição, a uma referência, a uma origem, formando um movimento que, por razões estruturais, tomaria como fiador um ato inicial, supostamente primordial. No entanto – e segue uma argumentação contundente e valiosa –, essa fiança se refere menos a um fato histórico e mais a uma dimensão mitológica intrínseca e relacionada à linguagem simbólica.

Essa abordagem se vale, portanto, da “fecundidade do mito da criação” (Lacan, 1968, p. 78), ilustrando, assim, o quanto a ato em geral, em sua articulação com a fala, não deixa de recorrer ao que há de propriamente simbólico na operação da linguagem e, conseqüentemente, do inconsciente. Como bem articula Lacan no seminário sobre *A transferência* (2010/1960, p. 411), “se existe alguma coisa que o analista pode se levantar para dizer, é que a ação como tal, a ação humana, se quiserem, está sempre implicada na tentação de responder ao inconsciente”. O ato é, portanto, uma ação significativa, é no âmbito de uma perspectiva de linguagem que supõe um sujeito, bem como a consolidou a doutrina lacaniana de que um significante é o que representa um sujeito para outro significante.

A dimensão propriamente significativa do ato atribui mesmo à motilidade da ação um outro lugar distinto. Da experiência que a psicanálise promove verifica-se que o caráter físico e dinâmico da ação humana, além de não se situar fora da linguagem, pode bem ser formas de interpretar/atuar o que está em jogo ao nível do inconsciente, como ocorre no *acting out*, estando também sob a determinação própria da dimensão significativa.

"Caio no chão" ou "tropeço", por exemplo: reflitam que esse fato de redobramento significativo, a saber, que em meu "caio no chão" há afirmação de que caio no chão; "caio no chão" transforma minha queda em qualquer coisa de significativo. Caio no chão e faço com isso o ato onde demonstro que eu estou, como se diz "aterrado". Da mesma forma, "tropeço" – mesmo "tropeço" que porta em si tão manifestamente a passividade do fracasso - talvez, se ele é retomado e redobrado da afirmação "tropeço", a indicação de um ato na medida em que assumo eu mesmo o sentido como tal desse tropeço (Lacan, 2008/1966, p. 203-204).

Como se sabe, essa articulação entre uma noção geral do ato, ordem simbólica e o inconsciente não teria outra razão a não ser contribuir para a própria formulação do conceito de

ato analítico. Certamente, se a atuação do psicanalista é sobre uma configuração simbólica, é porque “autoriza a possibilidade da própria psicanálise e inscreve a tarefa psicanalisante” (Lacan, 2008/1967, p. 145), ou seja, possibilita outras inscrições simbólicas tanto para o campo do desejo, quanto para sua própria relação com a linguagem, encontrando novos nexos possíveis entre essa última e a ação.

Interessante poder remontar que no ano anterior ao seminário *d’O ato analítico*, no seminário *d’A lógica do fantasma* (Lacan, 2008, p. 215-216), é definido o ato como sendo um significante, mas que por ser significante repete-se como gesto, instaurando o sujeito enquanto tal, e estruturalmente teria na *Verleugnung*, desmentido, o seu correlato de desconhecimento. O ato em geral para a psicanálise reúne, portanto, os conceitos de *significante*, *repetição*, *sujeito e desconhecimento*.

Já o ato analítico, por instaurar a tarefa do analisante e a experiência analítica em si, seria propriamente uma operação de transformação, especialmente por instaurar por meio do manejo da transferência a função do corte e a conseqüente modificação do sujeito, mediante destituição subjetiva e extração de objeto. Trata-se da passagem da posição de analisante para analista: “O ato psicanalítico, ninguém sabe, ninguém viu além de nós, ou seja, nunca situado e muito menos questionado, eis que nós o supomos a partir do momento eletivo em que o psicanalisante passa a psicanalista” (Lacan, 2003, p. 371).

A passagem ao ato analítico constitui propriamente a passagem de analisando à posição de analista e, como afirma Laurent (2022), “requer um desvio particular através do objeto”. Tal desvio é possível pelo fato que a ordem significante e ordem do gozo serem conjugados, de modo que seja possível para o discurso psicanalítico posicionar o gozo acéfalo como causa.

“O objeto *a* é ao mesmo tempo a marca, o lugar do gozo acéfalo que anima o sujeito, e o resultado, o resto da realização da tarefa do analista. Para que ocorra a subjetivação da realidade sexual do analisando, o psicanalista já deve ser a representação do que ele está enunciando dessa realidade do objeto *a*” (Laurent, 2022)<sup>26</sup>.

O analista, como afirma o próprio Lacan no seminário *O ato analítico* (1968), é aquele que se responsabiliza em autorizar o trabalho do analisante, dado que por parte do desse último advém “o ato de fé no sujeito suposto saber”, e que opera a partir da consistência lógica do objeto *a*. Nesse ponto específico, Lacan faz uma curiosa afirmação:

Após ter transformado o objeto “*a*” como um Austin, o que pode querer dizer o ato psicanalítico, se de fato, apesar de tudo, é o psicanalista quem comete o ato

---

<sup>26</sup> Tradução livre do francês do trecho: “L’objet *a* est à la fois la marque, le lieu de la jouissance acéphale qui anime le sujet, et le résultat, le reste de l’accomplissement de la tâche de l’analyste. Pour que se produise la subjectivation de la réalité sexuelle de l’analysant, il faut que le psychanalyste soit déjà la représentation de ce qu’il bouche de cette réalité de l’objet *a*”

psicanalítico? Isso seguramente quer dizer que o psicanalista não é todo o objeto "a", ele opera como objeto "a" (Lacan, 1968, p. 139)

Baseando-se nessa passagem, Laurent (2022) acrescenta que “Lacan introduz uma dimensão radicalmente nova na lógica performativa. Aquele que apoiou a operação encontra-se no final dela, excluído, rejeitado”. A causa singular do gozo assim produzido tem o efeito de expulsar o psicanalista.

Mesmo tendo em vista que uma das concepções possíveis da performatividade na psicanálise é remetida à autorização da tarefa do analisante, ao ato de fé por parte desse último e a sua passagem à posição de analista decorrente da extração do objeto, corrobora-se nesta pesquisa que o analista mesmo atuando a partir do objeto, isso se faz e se realiza a partir de seu próprio estilo.

O estilo é o objeto, afirma Lacan em *Abertura de dessa coletânea* e em *Juventude de Gide ou a letra e o desejo* (Lacan, 1998, p. 11; 751), condizendo com “uma prática da linguagem, de um discurso que traz a marca dessa divisão entre saber e verdade [...] um estilo que não é afirmado teoricamente, mas experimentado na própria exposição” (Ianini, 2012, p. 310). Nesta pesquisa, corrobora-se com a perspectiva que articula objeto, estilo e retórica como uma outra forma de se verificar a incidência da performatividade na experiência analítica.

#### **4.3. A performatividade da retórica, da sofística e do ato enquanto teatralidade**

“O psicanalista é a presença do sofista em nossa época, mas com um outro estatuto”, afirma Jacques Lacan em *Problèmes cruciaux de la psychanalyse*, um dos seus seminários ainda inéditos (Lacan, 1965). É a partir das consequências que essa afirmativa pode trazer que Barbara Cassin (2017) propõe pensar um estatuto específico para a prática da psicanálise. Ao contrário do que se poderia pensar, a partir das refutações aristotélicas, quando sofística se passa por uma prática concebida com o objetivo de produzir uma espécie de ilusão da verdade e que abrigaria uma inconsistência lógica interna, seja por puro paralogismo ou por engano deliberado, Cassin reconhece um elogio à invenção freudiana, principalmente àquela formulada e ensinada por Jacques Lacan.

Segundo a helenista francesa, a psicanálise seria filiada a uma forma de pensamento que se originaria em gradativa contraposição ao que ela vem a chamar de “longo desvio aristotélico” (Cassin, 2017, p. 47), responsável por pautar o pensamento e a ciência ocidentais no âmbito de princípios lógicos e objetivos, em especial aquele da não-contradição. Argumenta que a

disciplina freudiana formula um saber sobre a linguagem a partir de seu uso retórico e na sua capacidade de produção de verdade, que a sofística antiga abrigava.

Para Cassin (2017), a sofística configura um saber sobre a homonímia e a performance do significante. A consequência mais imediata que advém quando esse saber é posto em jogo, tanto na polis pelos sofistas, quanto nos consultórios pelos psicanalistas, é o abalo no que se fundamentou no filosofar clássico e na ciência moderna, a perspectiva de que o Logos, o discurso, aborda e se dirige à realidade, à verdade, ao ser, à ontologia, de forma secundária. Sofística e psicanálise, ao contrário, colocam a ontologia em uma dependência com o discurso, ou seja, não há apenas o ser, mas os discursos sobre o ser que tal discurso constitui.

Essa perspectiva põe a psicanálise em uma perturbadora vizinhança com a ciência, e com determinados ramos da filosofia antiga e recente. Tanto o famigerado amor à verdade dos filósofos quanto o discurso científico, por sua vez, condicionam um tipo de verdade que a reduz a um puro índice de adequação entre proposições e a realidade material, culminando em filosofias e regimes epistêmicos como o positivismo lógico e, mais atualmente, ciência baseada em evidências.

Os lugares do analisando e do analista como provenientes e, ao mesmo tempo, guardiões de uma cultura iminente retórica, pela qual os proferimentos assumem a espessura de atos de linguagem: por um lado as formações do inconsciente em ato pela fala do analisando, por outro a interpretação-ato do psicanalista que restitui a dimensão retórica/semblante do inconsciente: “[...] foi a partir das manifestações do inconsciente, das quais me ocupo como psicanalista, que vim a desenvolver uma teoria dos efeitos do significante na qual reencontro a retórica” (Lacan, 1998, p. 903).

A retórica, que desde os antigos gregos é considerada a arte do bem-dizer, da eloquência, de usar a linguagem no contexto comunicacional de forma eficaz, torna-se objeto de interesse para Lacan, principalmente a partir da influência que um pensador antigo como Quintiliano e um jesuíta do início da modernidade como Baltasar Gracián teve em seus primeiros escritos. No seminal *Função e campo da fala e da linguagem* (Lacan, 1998, p. 228), encontramos uma famosa e importante passagem na qual a retórica advém como uma das novas matérias que deveriam ser somadas às já propostas por Freud como essenciais à formação do psicanalista. Ao lado da “psiquiatria, da sexologia, da história da civilização, da mitologia, da psicologia das religiões, da história e crítica literárias”, altamente valorizadas no desenvolvimento argumentativo que atravessa toda obra freudiana, deveriam ser somados a dialética, a gramática, a poética e, por sua vez, a retórica.

Se por um lado o psicanalista francês tem admitido que a chegada dessas disciplinas poderia se passar por obsoleta, ele também não hesitou em dizer que não se “repugnaria endossá-las como um retorno a nossas origens” (Lacan, 1998, p. 289), pois é no encontro com o que haveria de mais fecundo na antiguidade – e se evidencia o tom heideggeriano nos principais escritos lacanianos –, passando pelo entendimento difundido pelo longo período que antecede o advento da modernidade, que a “relação fortuita do homem com sua própria medida” se restitui por uma “recriação do sentido humano nos áridos tempos do cientificismo” (Lacan, 1998, p. 290)

Em outra passagem do mesmo escrito, Lacan (1998, p. 269) articula a retórica de um modo bastante especial em relação à psicanálise. É na atenção a essa matéria clássica que Freud, segundo Lacan, teria originalmente pautado a interpretação psicanalítica dos sonhos. Os deslocamentos sintáticos e condensações semânticas, que constituem formas propriamente retóricas, elaboram e modulam as formações do inconsciente. Essa perspectiva avança quando em *A instância da letra no inconsciente*, por exemplo, o psicanalista francês busca equalizar as figuras identificadas pela retórica clássica com o que vem a estar em ato pelo discurso do analisando:

a perífrase, o hipérbato, a elipse, a suspensão, a antecipação, a retratação, a denegação, a digressão e a ironia são as figuras de estilo (as *figurae sententiarum* de Quintiliano), e a catacrese, a litotes, a antonomásia e a hipotipose são os tropos cujos termos se impõem à pena como os mais adequados para rotular esses mecanismos. Será possível ver nisso apenas um simples modo de dizer, quando são exatamente essas as figuras que estão em ato na retórica do discurso efetivamente proferido pelo analisado? (Lacan, 1998, p. 525).

Desse modo, podemos corroborar com a perspectiva de que a tese do inconsciente estruturado como uma linguagem, que situa Lacan como um dos desenvolvedores de questões levantadas pelo estruturalismo linguístico, filiando-o à corrente teórica advinda de Ferdinand Saussure, Claude Lévi-Strauss, Roman Jakobson, Émile Benveniste etc., não se sustentaria sem uma outra tese que não põe a fala em detrimento da estrutura, mas propõe – e isso é o que pode ser verificado em toda a extensão do ensino laciano, até em seus seminários tardios – situa o psicanalista francês como um herdeiro da prática retórica: o inconsciente psicanalítico apenas existe quando posto em ato – ou em diversos atos – proporcionado por uma prática, propriamente retórica, possibilitada pelo trabalho analítico e pela posição do analista, de modo a restituir um dizer em causa para o analisando. Ou seja, como se escreve em *Posição do inconsciente*, “o inconsciente é aquilo que dizemos, se quisermos ouvir o que Freud apresenta em suas teses” (Lacan, 1998, p. 844).

Se em um primeiro momento a dimensão retórica encontra-se em função do inconsciente posto em ato pelo discurso do analisando, o que passaria a ser o lugar do analista? Serge André (1996) argumenta que, com a introdução da noção de *ato psicanalítico*, fica mais evidente a busca de Lacan em atender a necessidade de se ampliar o entendimento sobre o que vem a ser a interpretação, principal recurso do ofício psicanalista. A dimensão retórica somente é possível de ser consequente à medida que a interpretação passa a ser revelada como situada na dimensão do ato. “Quando fala”, o psicanalista, “suas palavras não são só palavras, elas são atos [...] quando cala, seu silêncio é ato” (André, 1996, p. 23). Cassin, nessa perspectiva, dirá que:

Não apenas a linguagem “exprime”, ou seja, “fala de”, diz o que eu vejo, diz o que é – fenomenologia ontologia. Não somente ela “fala com”, e ao fazê-lo persuade e até cura – é a retórica e a farmácia [...] Mas a linguagem “age” simplesmente, enquanto performance e não primeiramente enquanto descrição e informação, nem enquanto endereçamento: ela é capaz de produzir um efeito-mundo (Cassin, 2017, p. 63)

Essa dimensão ativa e demiúrgica da linguagem, e pela qual a retórica se vale, ao ser tomada na sua inteira proporção, atinge o estatuto da verdade por diversas vertentes. Em uma delas encontramos a própria noção de *efeito-mundo*, ao qual Cassin se refere, que se baseia na tese, sofisticada e psicanalítica, de que “o ser é um efeito do dizer, um ‘fato do dito’” (Cassin, 2017, p. 65), corroborando com a afirmação lacaniana de que “não há nenhuma realidade pré-discursiva. Cada realidade se funda e se define a partir de um discurso” (Lacan, 1985, p. 45). Outra vertente está na própria imprescindibilidade da modulação retórica do discurso em ato e a qual a psicanálise visa restituir. No esteio de uma reflexão sobre o ato psicanalítico, dirá Serge André que:

Foi o estudo da retórica que conduziu Lacan na via do ato analítico. Especialmente da retórica barroca de Baltasar Gracián que ele praticou desde cedo. Qual é a tese central em torno da qual se articula o que Gracián chama “a arte do dito espiritual”? É a ideia de que a verdade não é a ausência de máscara, ela não se obtém por uma operação de desnudamento ou de clarificação. Ao contrário, a verdade não se revela e não é operante a não ser que ela própria se disfarce de verdade. “A matéria não basta. É preciso também a maneira, diz Gracián [...] Todos os que dele [Lacan] se aproximaram lembram a que ponto ele manejava a arte da pose, da mímica, da tonalidade discordante, da paródia e mesmo da bufonaria [...] E é no jogo de sua comédia, no excesso aonde levava o parecer e a ficção, que devemos encontrar o poder do que ele chamou o ato do psicanalista (André, 1996, p. 24)

Disfarçar-se da verdade ou “eu, a verdade, falo”, fórmula performativa por excelência, como proferiu o psicanalista francês em *A coisa freudiana* (Lacan, 1998, p. 410), atinge frontalmente os mais hegemônicos estatutos da verdade, seja aquele do regime de adequação entre preposição e realidade, seja o “regime parmenídeo-aristotélico da comunicabilidade”

(Cassin, 2017, p. 66) no qual a verdade se transmite pela informação, condiz com uma adequação entre o enunciado e uma determinada realidade objetiva etc. A referência que Serge André faz ao estilo de analisar próprio à pessoa do psicanalista Jacques Lacan – e devemos assentir com o fato de que pode haver tantos estilos quanto o número de praticantes da psicanálise – corrobora com a ideia de que a simples presença do analista, *parceiro* do analisando já coloca em ação e, principalmente, em questão, o vetor que direciona o tratamento. Essa ação, tão constante quanto for o desejo do analista, visa não simplesmente contracenar intersubjetivamente com o inconsciente em ato pela fala do analisante, mas restituir retórica-performativamente a fala da verdade, ou seja, a verdade enquanto causa material, enquanto articulação significativa.

É possível considerar que a dimensão retórica não apenas sacode a ontologia e a epistemologia, mas faz margem com o que poderia ser um caráter teatral em jogo na experiência de uma análise, algo que não do desconhecimento por parte da teoria psicanalítica.

Isso não somente liberta o dispositivo analítico de um referencialismo lógico-semantista da linguagem, corroborando com a verdade enquanto causa material, já pensada por Lacan, mas põe em perspectiva a questão acerca da própria força performativa de possível natureza dramática que opera no tratamento. “a força do verdadeiro no teatro tem a ver com a utilização do faz-de-conta para revelar uma verdade que o natural seria impotente para nos dar a conhecer: ‘o que a própria paixão não pôde fazer, a paixão bem representada o executa’, escreve Diderot” (André, 1996, p. 25).

#### **4.4. Performatividade do ressonar da lalíngua**

Em *Mais, ainda* (Lacan, 1988) se encontra a formulação da noção de lalíngua, *lalangue*. A estrutura do inconsciente, enquanto uma linguagem, está para lalíngua como uma elucubração, uma linguagem hipotética. A partir dessa noção, Lacan pôde melhor demonstrar que a psicanálise não se passa como uma espécie de aplicação terapêutica da linguística: “o que eu adiantava, ao escrever lalíngua numa só palavra, era mesmo aquilo pelo que eu me distingo do estruturalismo, na medida em que ele integraria a linguagem à semiologia” (Lacan, 1985, p. 137).

Por muitas e diversas razões, a psicanálise não se vale de quaisquer tratamentos filosóficos ou científicos da linguagem, haja vista que facilmente supõem a existência da metalinguagem. Na verdade, pode-se dizer que para a experiência analítica formula-se que mesmo “A linguagem” – com “A” maiúsculo – sequer teria existência. Supô-la pode bem ser,

como diz Lacan, admitir o forjamento da língua realizado pelo discurso filosófico (Lacan, 1985, p. 60).

Comunicação - a propósito do quê, e preciso perguntar-se a propósito de que os? A comunicação implica a referência. Só que, uma coisa é clara, a linguagem é apenas aquilo que o discurso científico elabora para dar conta do que chamo lalíngua. Lalíngua serve para coisas inteiramente diferentes da comunicação. É o que a experiência do inconsciente mostrou, no que ele é feito de lalíngua, essa lalíngua que vocês sabem que eu a escrevo numa só palavra, para designar o que é a ocupação de cada um de nós, lalíngua dita materna, e não por nada dita assim (Lacan, 1985, p. 188).

Ao questionar radicalmente quaisquer estatutos da linguagem, inclusive considerando que aquela que estrutura o inconsciente tem a forma de uma hipótese, Lacan situa a dimensão da lalíngua também como forma de restituir em seu ensino, de modo mais contundente, aquilo que fala a língua, ou seja, um corpo, mas um corpo que não é apenas corporeidade, mas um corpo falante (Lacan, 1985, p 163 e 178): “a análise se distingue, entre tudo que foi produzido até agora de discurso, por enunciar isto, que constitui o osso do meu ensino: que eu falo sem saber. Falo com o meu corpo, e isto, sem saber. Digo, portanto, sempre mais do que sei” (Lacan, 1985, p. 161).

Como bem pode se deduzir da referência acima, o corpo falante do qual a psicanálise lida não é nenhuma instância corporificada que se vincula a uma agência de fala, regida por uma consciência e uma racionalização da fala. Haja vista que, ao nível da lalíngua, dá-se a impossibilidade de se formular a própria comunicação – o que se supõe ao corpo falante é a existência de um dizer incomunicável, de uma enunciação irreduzível a forma de enunciados, não captável pelo sentido, que não é unicamente uma impossibilidade de significação, mas principalmente o que impossibilita aquilo que idealmente se esperaria da experiência da sexualidade, escrever a relação sexual:

É o corpo falante, no que ele só pode chegar a se reproduzir graças a um mal-entendido do seu gozo. O que é dizer que ele só se reproduz graças a uma rata do que ele quer dizer, pois o que ele quer dizer - isto é, como bem diz alíngua, seu sem-tido - é seu gozo efetivo. E é ao ratea-lo que ele se reproduz - quer dizer, ao trepar (Lacan, 19885, p. 163-164)

No livro de Éric Laurent, *"O avesso da biopolítica – uma escritura para o gozo"* (2016), é proposta o que seria a análise do falasser, tendo em vista que a direção do tratamento nessa clínica requer do analista um outro uso da linguagem, apoiado em uma outra compreensão da relação entre inconsciente e real, significante e gozo. Não se trata somente que a interpretação seja, fundamentalmente, “*eu te digo que você disse algo diferente do que pretendia dizer*”,

assim como da autorização do trabalho analisante e atuação a partir do lugar de objeto. Veja-se melhor:

“O estatuto do inconsciente é ético, não ôntico”, afirma Lacan (1985). No entanto, mesmo o grande alcance que se pode antever quando o inconsciente não é simplesmente uma parte do aparelho psíquico, mas uma dimensão propriamente ética do sujeito perante a falta de garantia do sentido do desejo. No decorrer do ensino de Lacan a relação entre o inconsciente e o real não é somente pautada logicamente pela impossibilidade, mas também pela contingência, de modo que Lacan reconhece que há, sim, uma ôntica, a do gozo. Como argumentado no resumo d’*A lógica da fantasia* (Lacan, 2003), tal gozo é traçado pelo lugar do Outro que somente pode ser encontrado no corpo. É uma conclusão que precede a noção de falasser, um deslocamento teórico do estatuto do real com consequências para a prática.

Em “*O inconsciente e o corpo falante*”, Miller (2014) afirma que “quando se analisa o inconsciente, o sentido da interpretação é a verdade. Quando se analisa o falasser, o corpo falante, o sentido da interpretação é o gozo” (Miller, 2014). Visa-se menos a interpretação da dialética do desejo, própria ao primeiro ensino lacaniano, e mais aquela atenta à ressonância semântica presente na fala do analisando frente àquilo que lhe foi ouvido no real.

Nesse caso, a fala interpretativa se apoia no *réson*, neologismo a partir da homofonia entre *réson* e *raison*. O que o analista faz é “rezonar para despertar a ligação do sujeito com seus significantes mestres” (LAURENT, 2016, p. 229). Trata-se de uma virada interpretativa em psicanálise, que passa “da razão intrínseca à estrutura de linguagem do inconsciente, [...] às vibrações, à *réson*, o que implica servir-se da palavra para um uso inusitado” (BASTOS, 2021)

A interpretação enquanto *rezonar* aponta à materialidade da palavra, que tem o corpo como percussão, e fornece condições para uma abordagem distinta do sintoma, visando uma escrita singular para gozo. Mas de que modo essa vertente implica ao lugar do analista? O que o rezonar pressupõe ao desejo do analista, ou melhor, ao ato analítico?

Laurent (2016), referindo-se a Jacques-Alain Miller, traz uma interessante elucidação: a introdução do falasser por Lacan significou a redução máxima possível do sujeito suposto saber à presença encarnada do objeto, de modo que nesse lugar cabe ao analista manejar a força de sua fala interpretativa, apoiando-se favoravelmente no *réson*. Em seu curso *O ser e o um*, Miller (2011) diz que cabe ao analista atribuir potência à fala, característica propriamente criacionista, de modo a implicar uma relação distinta e inédita do sujeito com sua língua: “a interpretação é um dizer que visa ao corpo falante para produzir nele um acontecimento, para passar pelas entranhas, dizia Lacan. Isso não se antecipa, mas se verifica a posteriori, pois o efeito de gozo é incalculável” (Miller, 2014).

“A língua escapa à linguagem” (Laurent, 2016), língua que é do corpo e que se fala a partir de um fazer, o rezonar, um uso da palavra fundado no dito espiritual próprio ao chiste e apoiado no equívoco. A interpretação, portanto, realiza uma união estreita entre som e sentido de modo neológico, equívoco e ressonante (Laurent, 2016, p 229): “Não temos nada de belo para dizer. Trata-se de uma outra ressonância, a ser fundada sobre o dito espiritual. O chiste não é bonito, ele se sustenta por um equívoco” (Lacan, lição de 19/04/1976, s/d.).

Para concluir este capítulo, indicando de que forma performance se articula nessa perspectiva da língua, uma curiosa passagem do livro de Laurent cita *O Seminário 18 – De um discurso que não fosse semblante* (2009), para postular a releitura de Lacan das noções linguísticas de competência e performance, ao menos na forma como foram cunhadas por Noam Chomsky. Se a língua é considerada uma competência, que se expressa na prática a partir da performance, Lacan implica nessa última um acontecimento, o mais-de-gozar. No entanto, Laurent (2016, p. 229), a partir dessa proposição de Lacan, lança a ideia de uma *performance psicanalítica*: o analista, por um tempo, faz o analisando esquecer que sua fala é apenas palavras, sustenta essa condição, até que não seja mais necessário, quando já é possível suportar a contingência.

O que seria uma intromissão da temática da performance na orientação lacaniana, na verdade é uma indicação da importância de elucidar a natureza do semblante da linguagem entre ato e interpretação. Como bem argumentou Serge André, o analista age o tempo todo, está sempre em ato, mesmo não sabendo. A interpretação somente tem sua potência ao se revelar em ato, que é uma maneira, um parecer, um lance de teatro.

## 5.0. CONCLUSÃO

*“Se o ato do analista é cortar, resolver o que está aí, cabe ao analisando bem dizê-lo... como pode, o que é uma forma de se responsabilizar por isso, e também um ato, desta vez, seu” (Tarrab, 2023)<sup>27</sup>.*

Esta tese optou por uma pesquisa que expusesse e debatesse, em conjunto com a problemática dos atos de fala e no esteio do debate linguístico e filosófico proposto por Austin, como forma de expor e formalizar, e ao mesmo tempo delimitar – com ganhos e perdas –, o que vem a ser a performatividade da linguagem e, dessa forma, indagar a psicanálise. Certamente, haveria diversas outras – ou muitas outras –, especialmente ao se considerar uma dimensão, pouco exposta aqui, que é a da teatralidade – como recentemente foi tematizado na bibliografia psicanalítica a partir dos trabalhos de Antonio Quinet (2019) e Jean-Michel Vivès (2022). Outro caminho, que nos últimos anos pôde ser trilhado em diversas pesquisas acadêmicas (Ambra, 2017), é tomar a noção de gênero como mediadora para se compreender as relações entre sujeito e performance, de modo, inclusive, a questionar a generificação da racionalidade psicanalítica, especial quanto à sexuação. No entanto, buscou-se deixar mais evidente, mesmo havendo necessárias formulações e reconhecidos déficits, a paródia do “retorno a Austin”, por considerar que tanto no âmbito da performance artística quanto a de gênero, pesquisadores rementem ao filósofo inglês como aquele que legou os problemas que puderam produzir novas redefinições acerca da performatividade.

Dizer, fala, gesto, linguagem, escrita ou quaisquer outras formas para se indicar a dimensão da significação, foram equalizados com a noção de ato que, por sua vez, pode ser entendido tanto na sua vertente lógica da necessidade, quanto da lógica da contingência.

Necessidade, uma vez que regras gramaticais e pragmáticas são supostas como necessárias, especialmente pela força ilocucionária exigida nas atuais formas de linguagem cada vez mais especializadas no chamado capitalismo tardio (Lyotard, 2009). Trata-se, portanto, de uma posição epistemológica e política que, como afirma Poulain (2008), é própria a um mundo que se experimenta cada vez mais de forma cientificizada, em que se faz necessária a distinção metodológica entre padrão e uso, na qual o uso somente é interessante na medida em que representa um padrão.

---

<sup>27</sup> Tradução livre do espanhol: “Si el acto del analista es cortar, zanjar lo que está ahí, al analizante le toca bien decirlo... como pueda, lo que es una forma de responsabilizarse de eso, y también un acto, esta vez, el suyo”.

Já a lógica da contingência põe a performatividade em vista da insuficiência e do excesso de significação: sempre se diz mais do que se pretendia ou de forma semi-dita, assim como a infelicidade ou mal sucesso de um ato performativo, como em uma promessa não atendida, não deixa de produzir efeitos imprevisíveis. A performatividade não apenas é reduzida para ser a repetição e aplicação do que historicamente se sedimentou no uso da linguagem, mas se considera que em seus excessos e abusos também é capaz de transformar os modos de uso de forma decisiva. A psicanálise, especialmente a lacaniana, teria afinidade com essa lógica performativa.

Como exposto no último capítulo, contam-se ao menos cinco tipos de performatividade em psicanálise que puderam ser aferidas na atual pesquisa: a fala invertida, dos atos de fala em geral, da retórica e sofística, e do ressonar da língua. Essas condizem com a lógica contingencial pela qual a performatividade é feliz ao falhar, ao extrapolar a expectativa de um sentido e frustrar qualquer imperativo de comunicação, apesar de que não há psicanálise de um sujeito sem o seu parceiro, o analista.

Fica a importância de apontar que os atos em psicanálise, como já preconizado por Freud, não se tratam de produtos de uma vontade consciente, seja por parte do analisante em associação livre ou do analista em atenção flutuante. Esses atos, portanto, são solidários ao desejo e à pulsão e decorrentes do reconhecimento da retórica própria do inconsciente por parte das intervenções do analista em suas diferentes modalidades de interpretação, como são a alusão, equivocação, escansão, pontuação, o corte.

## REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. *O sacramento da linguagem – Arqueologia do Juramento (Homo Sacer II, 3)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
- ANDRÉ, S. O ato e a interpretação. IN: *Correio da Escola Brasileira de Psicanálise*, São Paulo, nº 14, p. 19-26, abr. 1996.
- ARRUDA, Arthur; BEZERRA JR., Benilton; TEDESCO, Silvia (org). *Pragmatismos, pragmáticas e produção de subjetividades*. Rio de Janeiro: Garambond, 2008.
- AUSTIN, John Langshaw. *How to do things with words*. Oxford: Clarendon Press, 1962.
- AUSTIN, John Langshaw. *Philosophical papers*. Oxford: Oxford University Press, 1979.
- AUSTIN, John Langshaw. *Quando dizer é fazer*. Porto Alegre: Artes médicas, 1990.
- BASTOS, A. *Corpo e presença na interpretação psicanalítica: dos incorporais ao habeas corpus*. Cythère, #4, 2021. Link: <https://rb.gy/u3tcml>. Acessado em 31 de janeiro de 2023.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1991
- BIRMAN, Joel. *Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- BUTLER, Judith. *Discurso de ódio – uma política do performativo*. São Paulo: Editora Unesp, 2021
- BUTLER, Judith. *Performative Acts and Gender Constitution: An Essay in Phenomenology and Feminist Theory*. 1988 In: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3703381/mod\\_resource/content/1/Performative%20Acts%20and%20Gender%20Constitution.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3703381/mod_resource/content/1/Performative%20Acts%20and%20Gender%20Constitution.pdf). Acessado em 10 de outubro de 2023
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.
- CABRERA, Julio. *Margens da Filosofia da Linguagem*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2003. 32
- CABRERA, Julio. *Problemas de Estética e Linguagem*. Uma abordagem analítica. Santa Maria: UFSM, 1985.
- CASSIN, Barbara. *Jacques, o sofista – Lacan, logos e psicanálise*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- CASSIN, Barbara. *O efeito sofístico: sofística, filosofia, retórica, literatura*. Trad. de Ana Lúcia de Oliveira e Maria Cristina Franco Ferraz. São Paulo: Editora 34, 2017.
- COHEN, Renato. *Performance como linguagem*. São Paulo: Perspectiva, 2018

- DAVIDSON, Donald. "Original". In: Wollheim, R., Hopkins, J. (1982): *Philosophical Essays on Freud*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 289-305.
- DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- DERRIDA, Jacques. *Escritura e diferença*. São Paulo: Perspectiva, 2009
- DERRIDA, Jacques. *Limited inc*. Evaston: Northwestern University Press, 1988.
- FELMAN, Shoshana. *The scandal of the speaking body: Don Juan with J. L. Austin - or seduction in two languages*. Stanford. University Press: California, 2003.
- FIORINI, José Luiz. Uma teoria da enunciação: Benveniste e Greimas. Gragoatá, *Niterói*, v.22, n. 44, p. 970-985, set.-dez. 2017
- FORTES, I. A performance como linguagem: corpo, ato, gênero e sujeito. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, v. 23, n. 2, maio de 2020, p. 44–50.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2008.
- FREGE, Gottlob. *Lógica, filosofia e linguagem*. São Paulo: Edusp, 2009
- FREIRE COSTA, Jurandir. *Redescrições da psicanálise – ensaios pragmáticos*. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 1994
- FREUD, Sigmund. *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago, 2006.
- GABBI JR., Osmyr Faria. Sobre o uso da linguagem na psicanálise. *Ide (São Paulo)*, São Paulo, v. 30, n. 45, p. 109-114, dez. 2007.
- GERBASE, Jairo. *Atos de fala*. Salvador: Campo psicanalítico, 2015
- GLUSBERG, Jorge. *A arte da performance*. São Paulo: Perspectiva, 2018
- GRAF, Gerald. Summary of "Reiterating the Differences". In. DERRIDA, Jacques. *Limited inc*. Evaston: Northwestern University Press, 1988.
- IANNINI, Gilson de Paulo Moreira. *Estilo e verdade na perspectiva da crítica lacaniana à metalinguagem*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- KRÄMER, Sybille. *Sprache, Sprechakt, Kommunikation. Sprachtheoretische Positionen des 20. Jahrhunderts*, Frankfurt am Main: Suhrkamp 2017.
- LACAN, Jacques. (1972-1973) *O seminário livro 20: mais, ainda*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1985
- LACAN, Jacques. *O Seminário Livro 18*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2009.

LACAN, Jacques. (1966-1967) *O Seminário Livro 14: a lógica da fantasia*. Recife: Centro De Estudos Freudianos Do Recife, 2008

LACAN, Jacques. (1966-1967) *Problème cruciaux de la psychanalyse*. Disponível em: <http://staferla.free.fr/S12/S12%20PROBLEMES.pdf>. Acessado em: 13 fev. 2024.

LACAN, Jacques. (1967-1968) *O seminário livro 15: O ato psicanalítico*, s/sd.

LACAN, Jacques. (1971-1972) *O seminário livro 19: ...ou pior*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2012.

LACAN, Jacques. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

LACAN, Jacques. *O Seminário – Livro 01 Os escritos técnicos de Freud*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

LACAN, Jacques. *O Seminário – Livro 08 A transferência*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

LACAN, Jacques. *O Seminário Livro 11*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1985.

LACAN, Jacques. *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

LAURENT, Éric. *La jouissance performative et l'acte analytique*, 2022. Disponível em: <https://www.causefreudienne.org/archives-jecf/la-jouissance-performative-et-lacte-analytique/>. Acessado em 20 de novembro de 2023

LAURENT, Éric. *O avesso da biopolítica – uma escrita para o gozo*. Rio de Janeiro, Contra Capa, 2016.

LYOTARD, Jean-François, *A Condição Pós-Moderna*. Trad. Ricardo Corrêa Barbosa; posfácio: Silvano Santiago. 2a ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

MARCONDES, Danilo. *A pragmática na filosofia contemporânea*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

MARCONDES, Danilo. *Filosofia Analítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

MARCONDES, Danilo. *As armadilhas da linguagem*. Jorge Zahar: Rio de Janeiro, 2017.

MARCONDES, Danilo. *Filosofia, linguagem e comunicação*. Cordez Editora: São Paulo, 2012.

MILLER, Jacques-Alain. *O inconsciente e o corpo falante*. [Versão estabelecida por Anne-Charlotte Gauthier, Ève Miller-Rose e Guy Briole. Texto oral, não revisto pelo autor] Inédito. 2014.

MILLER, Jacques-Alain. *O ser e o um*. Orientação lacaniana, Inédito, 2011.

MILLER, Jacques-Alain. *Silet – Os paradoxos da pulsão de Freud a Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

MORRIS, Charles. *Fundamentos da Teoria dos Signos*, 1938. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4904582/mod\\_resource/content/1/Teoria%20dos%20Signos.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4904582/mod_resource/content/1/Teoria%20dos%20Signos.pdf). Acessando em 10 de outubro de 2023

PEIRCE, S. Charles. *Escritos Coligidos*. Tradução de Armando Mora D'Oliveira e Sérgio Pomeranglum. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Os Pensadores).

POULAIN, Jacques. *A pragmática dos atos de fala e o exercício do juízo da verdade*. In: ARRUDA, Arthur; BEZERRA JR., Benilton; TEDESCO, Silvia (org). *Pragmatismos, pragmáticas e produção de subjetividades*. Rio de Janeiro: Garambond, 2008.

QUINE, Willard van Orman. *Palavra e objeto*. Petrópolis: Vozes, 2010.

QUINET, Antonio. *O Inconsciente Teatral: Psicanálise E Teatro – Homologias*, 1ª ed.. Rio de Janeiro: Atos e Divãs, 2019

RAJAGOPALAN, Kanavillil. *Nova pragmática – fases e feições de um fazer*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010

SAFATLE, Vladimir Pinheiro; SILVA JUNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian Ingo Lenz. *Patologias do social: arqueologias do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 2012.

SEARLE, John. *A redescoberta da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 2006

SEARLE, John. *Consciência e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2010

SEARLE, John. *Expressão e significado – Estudos da teoria dos atos de fala*. São Paulo: Martins Fonte, 2002.

TARRAB, Maurício. *El decir y lo real*. Buenos Aires: Grama, 2023

TAYLOR, Diana. *O arquivo e o repertório: performance e memória cultural nas Américas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

VIVES, Jean-Michel. *O teatro do inconsciente: ou como Freud inventou a psicanálise oferecendo um palco para o desejo*. São Paulo: Aller Editora, 2022

WIRTH, Uwe. *Performanz zwischen Sprachphilosophie und Kulturwissenschaften*. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 2015.

WITTGENSTEIN, Lwidwig. *Investigações filosóficas*. São Paulo: Nova cultural, 1999.